

cadernos do

# terceiro mundo

abr. 1982 • Esc. 60\$00 • Kz 60.00 • MT 60\$00 • PG 60\$00 • CV 60\$00 • Cr\$ 100,00 • Ano V n.º 42

exclusivo

entrevista  
com o  
Presidente  
**EANES**



ONTEM JERUSALÉM  
HOJE GOLAN  
**ATÉ ONDE  
IRÁ**

**ISRAEL?**







**nosso petróleo  
onde  
é necessário...**

Sociedade Nacional  
de Combustível de Angola

**ONANGOL**

rua duarte pacheco pereira, 8  
c.p. 1316 · Luanda  
telex 3148 3260



# Aos leitores

## Golan, outra vez

*Temos de novo uma matéria de capa sobre o Médio Oriente, desta vez em consequência da anexação do Golan pelo regime israelita, mais um elo na cadeia das flagrantes violações ao direito internacional – usando a expressão de Yasser Arafat – que tem provocado a condenação mundial de Telavive.*

*A partir dos contactos que manteve, o nosso enviado especial à região refere a disposição dos movimentos árabes em reagirem à provocação e salienta o risco que a decisão do regime sionista encerra para a paz mundial, comparando-a aos primeiros passos expansionistas do regime de Adolf Hitler, rastilho da Segunda Guerra Mundial.*

*A outra chamada de capa desta edição é a entrevista que em exclusivo o presidente Ramalho Eanes concedeu à nossa redacção de Lisboa. Nas vésperas da sua importante deslocação à República Popular de Angola, Eanes falou-nos do actual estágio das relações de Portugal com os países africanos que utilizam o português como língua oficial e doutras questões da política externa de Lisboa, nomeadamente no respeitante a Timor Leste.*

*No Rio, cadernos do terceiro mundo abordou com o ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, Paulo Jorge, a situação em África, com natural destaque para o problema da Namíbia e das agressões sul-africanas ao território de Angola.*

*A última entrevista inserida neste número para a qual também chamamos a atenção dos leitores foi a que em Accra, Jerry Rawlings – de novo à cabeça dos destinos do Gana – deu ao nosso colaborador.*

*Sobre a América Latina publicamos uma longa e documentada matéria do nosso correspondente no México onde é analisada a acção dos contra-revolucionários nicaraguenses, que se organizam nas Honduras e nos Estados Unidos para agredir e desestabilizar o governo sandinista de Manágua.*

*Finalmente, o nosso director traz-nos um testemunho da importância que teve para o continente a conferência de Lima em solidariedade com o povo salvadorenho.*



Editor Geral  
Neiva Moreira  
Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional  
Darcy Ribeiro — Juan Somavia  
Henry Pease Garcia — Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett

● *Edições em português*  
ANGOLA — CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor  
Altair Campos  
Administrador  
Ernesto Pádua  
Redacção  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Leonardo Mourão  
Revisão  
Estevam Reis  
Documentação e arquivo  
Cristina Assis  
Tricontinental Editora Ld.ª  
Calçada do Combro, 10-1.º  
T. 320650 — Lisboa 1200  
Serviços Comerciais e Publicidade  
José C. Figueiredo  
Composição e Impressão  
Renascença Gráfica e  
Gráfica Europam, Ld.ª  
Distribuição  
CDL — Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.  
Representantes  
Angola  
Luís Henrique — C.P. 3593 — Luanda  
Moçambique  
Etevaldo Hipólito  
Rua Kongwa, 153 — Maputo  
T. 25140

BRASIL  
Director e Editor  
Neiva Moreira  
Director Administrativo  
Altair Campos  
Secretário de Redacção  
Nilton Caparelli  
Representantes  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033  
Arte  
Maria Nakano  
Carmem Saporetto  
Tradução e Revisão  
José Carlos Gondim  
Cláudia Guimarães  
Publicidade  
Jesus Antunes

Documentação e Arquivo  
Lídia Freitas  
Composição  
Ronaldo Fonseca  
Distribuição  
Homero Souza  
Fotolito  
Coloriolo Stúdio Gráfico Lt.ª  
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado

editora terceiro mundo, Lda.  
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106  
tel. 242-1957  
telex: 2133054 CTMB BR.

Registo na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306, 291  
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual n.º 81.341.400  
Registo no INPI: Protocolo n.º 013.539  
Registo no SCDP/SR/DPF  
n.º 2195 — P. 209/73

● *Edições em espanhol*  
MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE  
Editor  
Roberto Remo  
Gerente Geral  
Gerónimo Cardoso  
editora periodistas del tercer mundo a.c.  
salle California, 98A — Coyoacán  
México, 21 DF — telephone: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal, 20 572  
México, 20, DF  
BOLÍVIA — CHILE — COLOMBIA  
EQUADOR — PERU — VENEZUELA  
(Edição Andina)  
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru — Teléfono 724-712

● *Edições em inglês*  
ESTADOS UNIDOS — CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO  
Editor  
Fernando Molina  
Editor Consultivo  
Cedric Beifrage  
Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Service), **SHIHATA** (Tanzania), **WAPA** (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia — Irão — Iraque — Jugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Perú — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Sahara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Taiti — Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietname — Zâmbia — Zimbábue.

Editor e Director: Altair L. Campos  
Propriedade:  
Tricontinental Editora, Lda.  
Redacção e Sede da Administração:  
Calçada do Combro, 10-1.º  
tel. 320650 1200 Lisboa  
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288. LA PAZ. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontário, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 801 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Libreria Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Libreria del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valência St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRA-BRETTANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spul 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Libreria Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Óscar Pérez Casas N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Libreria Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. REPUBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educacion, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.



*Editorial*

- 5 Chile, as lições de um fracasso

*Matéria da capa*

- 8 Até onde irá o expansionismo israelita?, *Moacir Werneck de Castro*  
13 Arafat: «Golan é mais um elo da cadeia»  
18 «Alguém compra peixe no mar?»  
20 Um guerrilheiro de quatro anos

*Exclusivo*

- 23 Entrevista com o presidente Eanes, *Baptista da Silva*

*Mundo Árabe*

- 27 **Tunísia:** A polémica sobre a redemocratização, *Alberto B. Mariani*

*América Latina*

- 31 **El Salvador:** O apoio à salvação negociada, *Neiva Moreira*  
35 **Nicarágua:** As provas da conspiração somozista, *Roberto Bardini*  
45 **Haiti:** «Baby Doc» à beira de uma nova crise  
46 O fracasso do duvalieirismo, *Gérard Pierre-Charles*

*Ideias*

- 55 O «teatro» político como arma diplomática, *Gregorio Selser*

*África*

- 61 **Angola:** Entrevista com Paulo Jorge, *Altair L. Campos*  
67 **Gana:** Jerry Rawlings, «Estamos para ficar», *Alberto B. Mariani*

*Ásia*

- 71 **Bangladesh:** Uma democracia de botas, *Narinder Koshla*  
73 **Vietname:** O planalto central sete anos após a guerra, *Wilfred Burchett*

*Norte-Sul*

- 81 Se Herodes vivesse  
84 Um mais um igual a três

*Sul-Sul*

- 86 Os dilemas do Terceiro Mundo

*Cultura*

- 88 Os filhos de Roque Dalton, *Marco Benedetti*

*Comunicação*

- 90 Objectividade e credibilidade, *Roberto Remo*  
92 *Panorama Tricontinental*





# Cartas

## Países esquecidos

(...) Aqui mesmo na América do Sul, os cadernos têm-se esquecido do Paraguai, do Chile e das ex-Guianas. E que se passa no Botswana, Benin, Nigéria e Somália, só para falarmos de alguns países da África?

Os recentes acontecimentos no Gana apanharam até os mais interessados completamente desinformados...

M. Cristos, Buenos Aires - Argentina

## Temas brasileiros

Gostaria de propor a criação de uma seção especial que incluisse apenas reportagens brasileiras (...) Estou achando fraco o trabalho de informação por parte da imprensa alternativa (imprensa «nanica») pois se estão tornando meros porta-vozes dos partidos, não nos fornecendo o material informativo sobre a realidade brasileira que tanto necessitamos (...) Eu proponho-me colaborar, pois precisamos ser solidários uns com os outros, já que aspiramos a uma sociedade justa e igualitária, sem explorados e exploradores.

Paulo Henrique Q. Torres, Rio de Janeiro - Brasil

## Experiências socialistas

Porque razão a revista se limita a informar somente sobre a situação do Terceiro Mundo. A pergunta pode parecer estranha, mas é que as informações que recebemos sobre os países socialistas europeus ou são fraudulentas ou dadas de forma incompleta pela imprensa burguesa. Não-de convir que as experiências socialistas de todo o mundo são de fundamental importância para a libertação do Terceiro Mundo.

Geraldo Magela R. Vasconcelos, Belo Horizonte - Brasil

## Angola, agredida

(...) Hoje, o meu agredido país tornou-se um campo de experimentos das mais sofisticadas armas da indústria belicista do senhor R. Reagan e dos seus criados ocidentais. Mas nós dizemos a Reagan e aos seus racistas sul-africanos que a revolução angolana irá continuar e a luta também continuará até à libertação completa de África. Peço que os cadernos continuem a denunciar constantemente todos os planos de recrutamento dos cães e caçadores mercenários ao serviço do ocidente, corrompidos pelos dólares americanos, que semeiam a morte e lutam para acabarem com os regimes que lutam pela paz, liberdade e progresso social dos povos.

Domingos Matulanda, Luanda - Rep. Pop. de Angola



## Os caminhos da emigração

Sou um jovem trabalhador português emigrado em terras de França. Meus pais vieram para cá trabalhar ainda na década de sessenta e trouxeram-me ainda criança. Sou leitor assíduo da vossa revista e gostaria de sugerir-lhes um tema nunca tratado nos «cadernos do terceiro mundo»: as comunidades de emigrantes na Europa.

Penso que o tema continua a ter toda a actualidade. Se aqui em França muito melhorou para o emigrante após a vitória de Mitterrand, o que é certo é que ele continua a sofrer toda a espécie de discriminação. Muito especialmente as comunidades de emigrantes norte-africanas, aqui muito numerosas.

António Brito, Paris - França

## Petróleo

Duas perguntas: quais são os principais países produtores de petróleo e quem são os membros da OPEP?

Manuel Rui, Benguela, Rep. Pop. de Angola

n.d.r. - Segundo dados das Nações Unidas os 19 principais produtores de petróleo em 1980 foram os seguintes (em milhões de toneladas métricas):

URSS	603
* Arábia Saudida	495
EUA	485
* Iraque	138
* Venezuela	113
México	110
China	106
* Nigéria	101
* Koweit	86
* Líbia	86
* Emiratos Árabes	83
Canadá	82
Reino Unido	80
* Indonésia	78
* Irão	74
* Argélia	45
* Qatar	23
* Equador	11
* Gabão	10
Total destes 19 países	2,809
Total mundial	3,066
Tot. dos 13 membros da OPEP	1,343
OPEP: % do mundial	43,80

Os membros da OPEP estão assinalados na tabela com asterisco

## Independência

Parabéns aos cadernos do terceiro mundo por um ano de publicação no Brasil. É primordial para o público brasileiro esse tipo de publicação, independente das grandes agências monopolistas da informação.

João Luis N. Brito, Goiânia - Brasil

## Intercâmbio

● Gunter Gaulke  
C.P. 101  
94400 Viamão-RS, Brasil

● Geraldo Magela R. Vasconcelos  
Rua Rio Grande do Sul, 646/202  
30000 Belo Horizonte - MG, Brasil

● Aljones Luís de Castro  
Rua 4, n.º 129 - Vila Cefer, Partenon  
90000 Porto Alegre - RS, Brasil

● Baptista Canoquena  
ao c/ de Fonseca Segunda Miúdo  
Mintec/Chitato  
Lunda Norte  
Rep. Pop. de Angola

● Manuel Tunga Amândio  
ao c/ de Manuel Miúdo  
C.P. n.º 15 - Sorra-Dundo-Diamang  
Chitato - Lunda Norte  
Rep. Pop. de Angola

● Domingos Chacuisa  
ao c/ de Alberto Chirieno  
C.P. n.º 15, Sorra-Dundo-Diamang  
Lunda Norte  
Rep. Pop. de Angola

● Manuel Fernando Ribeiro Henriques  
Av. Suburbana 3536 Casa 6 D. Castilho  
Rio de Janeiro Cep 21050, Brasil

● Zeca António dos Santos Andrade  
T.G.F.A. Luena - Moxico  
Rep. Pop. de Angola

● Domingos Ginga Matulanda  
C.P. 60 Soyo  
Rep. Pop. de Angola

● Paulo dos Santos  
C.P. 202  
Cahora Bassa - Songó  
Rep. Pop. de Moçambique

● Manuel Canhica  
a/c do Ana Canhica  
trab. n.º 3/1 217868 Secção Rec.  
Pessoal  
Dundo - Chitato  
Lunda Norte  
Rep. Pop. de Angola



## Chile, as lições de um fracasso

O regime do general Augusto Pinochet, que tomou o poder a sangue e fogo no dia 11 de Setembro de 1973, apresenta ao mundo, muito a contragosto, as provas irrefutáveis do fracasso do modelo económico ultraliberal que adoptou e que inspirou outros governos semelhantes da região — Argentina e Uruguai — assim como, em condições económicas e políticas muito diferentes, o dos Estados Unidos sob a presidência de Ronald Reagan.

Quando se trata de modelos económicos, os *experts* exigem que, para que se possa analisar seriamente a sua validade, estes sejam aplicados coerentemente e num longo período de tempo. Poucas vezes se terão dado condições tão propícias para a aplicação de um modelo e para a avaliação dos seus resultados, segundo os critérios compartilhados pelos expoentes de todas as escolas de pensamento.

Em primeiro lugar, havia condições políticas ideais. Pinochet concentrou o poder totalmente nas suas mãos, enquanto que o mesmo não se pode afirmar dos governantes argentinos e uruguaios, divididos internamente e carentes de uma liderança militar única e indiscutível, como a conseguida pelo general chileno.

Em segundo lugar, a repressão, desencadeada contra os opositores políticos, sindicais e económicos, com diferentes graus de brutalidade, segundo as posições ideológicas de cada sector, mas em todos os casos de implacável eficiência

para eliminar qualquer ameaça, resistência e até críticas moderadas.

Por outras palavras: apesar do enorme mal-estar social e das acções corajosas de tantos opositores, os aparelhos repressivos impuseram-se com tanto vigor que retiraram do seu caminho o menor obstáculo à execução a fundo do modelo.

Poderia dizer-se que o país foi convertido num perfeito laboratório para examinar e avaliar com exactidão os defeitos práticos das teorias monetaristas da escola de Chicago (cujo expoente máximo é o prémio Nobel de Economia Milton Friedman), aplicadas a um país dependente do Terceiro Mundo.

É exactamente a excepcional «exemplaridade» dessas condições que permite lançar um veredicto definitivo.

Os resultados saltam aos olhos e não deixam margem a equívocos ou segundas interpretações. As duas regras sobre as quais se assentou o planeamento económico foram a liberdade de importação e a taxa de câmbio do dólar.

A primeira consistiu na mais ampla experiência contemporânea de abertura aos mercados estrangeiros e traduziu-se numa redução substancial do imposto alfandegário, estabelecido em dez por cento de um modo indiscriminado (ou seja, para qualquer mercadoria, supérflua ou não, competitiva ou não com a indústria nacional). A eliminação de controlo ou formalidades fez com que se pudesse importar qualquer coisa de qualquer lugar, imediatamente.



# Editorial

Outro eixo foi o índice fixo para o dólar, mantido em câmbio fixo de Junho de 1979 até hoje. Neste clima económico, onde havia liberdade para todos menos para a moeda nacional, esta foi forçada a absorver uma inflação de 70 % sem ser desvalorizada, uma medida que incentivou as importações e desestimulou as exportações.

Estas disposições conduziram a uma rápida queda da inflação, apresentada como um êxito do regime. Este é o único indicador que o regime pode, em teoria, mostrar como positivo. Nos últimos tempos de Allende, e nos primeiros de Pinochet, o Chile sofreu uma inflação de três «algarismos» — uma das mais altas do mundo — que caiu hoje para dez por cento.

A causa principal dessa queda foi a redução nos preços dos bens de consumo, impulsionada pela liberdade de importação e pelo preço artificialmente baixo do dólar.

O consumidor acostumou-se a preferir as mercadorias de menos custo provenientes das potências industriais, que eliminaram de uma forma indiscriminada os produtos nacionais de todo o tipo.

A consequência dessa política foi, literalmente, demolidora: uma série de falências empresariais de uma magnitude sem precedentes. As empresas «com elevada estrutura de custos e ineficientes» foram eliminadas.

Só que o processo não se interrompeu no ponto imaginado pelos discípulos de Friedman. O descalabro na indústria foi geral, destruindo empresas que haviam alcançado um alto nível de qualidade e eficiência, como o sector têxtil privado deste país rico em gado ovino.

O que terá acontecido para que o «modelo infalível» não atraísse os investimentos produtivos prometidos pelos discípulos de Friedman? Ocorreu que os homens de negócios se orientaram com uma clara preferência para o sector mais rentável, como o fazem desde que o capitalismo

existe como tal. Neste caso, preferiram a importação. Todos os empresários que puderam fazê-lo, venderam as suas indústrias e transformaram-se em importadores.

E os empréstimos e investimentos seguiram o mesmo rumo, atraídos pelos excepcionais estímulos.

Em que outro país, a não ser o Chile, onde se cobra um juro bancário anual de 50 % e onde há liberdade de compra de divisas, pode um investidor duplicar o seu capital em apenas dois anos e depois transferi-lo para o exterior?

Para poupar detalhes do planeamento ultraliberal na produção, tomemos um indicador global. O Produto Nacional Bruto (PNB) do país é o mesmo de 1969. Isso significa que o Chile retrocedeu, não só porque o PNB deve ser repartido entre uma população que cresceu durante 14 anos, como também porque a maioria das nações, ainda que em proporções diferentes, expandiu os seus PNBs. Enquanto que o vencimento anual per *capita* foi de 900 dólares em 1971, em 1979 ele havia baixado para 820 dólares.

O que esse fracasso custou ao país está parcialmente quantificado na dívida externa. Em 1973, quando Pinochet derrubou Allende, o total da dívida (a pública mais a privada) era de quatro mil milhões de dólares. Hoje ela ascende a mais de 12 mil milhões de dólares, cifra que equivale a três vezes as exportações anuais do país.

Isto é, enquanto todos os governos anteriores acumularam uma dívida externa relativamente suportável, a ditadura triplicou essa soma em apenas nove anos. Segundo uma regra económica elementar, pode-se admitir o endividamento de um país sob a condição de que isso sirva para expandir a sua capacidade produtiva e sempre que, pelo menos a médio prazo, se obtenha um aumento das exportações ou um *superávit* na balança comercial que permita enfrentar o próprio endividamento. O erro cometido é grave, já que o



sector externo chileno se acha numa situação de profundo défice. Em 1980, o défice comercial foi de mil milhões de dólares e no ano seguinte foi de 2,4 mil milhões de dólares. (O país exportou um montante de quatro mil milhões de dólares e importou 6,8 mil milhões, o que implica um défice de aproximadamente 60%). A relação entre a dívida e a capacidade exportadora do país é seguramente o indicador mais alarmante. Em 1981, o Chile teve que destinar 58% da receita das suas exportações para pagar o serviço da dívida externa. Teme-se que se chegue a comprometer a possibilidade de uma renegociação da dívida, a longo prazo, sem a qual não se compreende como esta economia – que requer um fluxo alto e constante de capitais estrangeiros – poderia sobreviver.

O problema é que a política económica actual não deixa ao Chile a possibilidade de escapar ao endividamento; pelo contrário, obriga-o a aumentá-lo sem lhe dar uma base para enfrentar as consequências.

Talvez o aspecto mais irónico da situação se tenha dado no plano financeiro interno. As altas taxas de juros impossibilitaram muitas empresas adjudicatórias de créditos externos de pagar as suas dívidas. E o Estado, numa atitude incoerente com os seus princípios liberais, mas ditada pela sua identificação de classe, assumiu a dívida dos homens de negócios. A experiência monetarista ultraliberal incorreu assim na contradição radical de uma estatização que selou o fracasso da sua doutrina.

Até o sector financeiro, que levou a parte de leão e é o único ainda rentável, como consequência da lógica do círculo vicioso e da limitação das actividades económicas, entra também em retracção. Quatro grandes bancos e quatro grandes institutos financeiros declararam-se em falência. Outros encontram-se à beira disso.

Não é este o momento para enumerar os efeitos sociais, antes para registar que, sendo já

netastos, com o tempo se tornarão ainda mais. O índice de desemprego altíssimo (nunca abaixo dos 15%) está aumentando e prevê-se que durante este ano ascenderá a 20%, uma percentagem que fala por si mesma.

Num panorama tão arruinado, quais são as perspectivas? Os empresários, ou melhor, os poucos que ainda estão de pé, pressionam em favor de urgentes correcções: modificação do tipo de câmbio, elevação dos impostos alfandegários, incentivo da produção nacional.

A resposta é um redondo não. Uma mudança na orientação económica deixaria tão evidente o seu fracasso, que obrigaria ao reconhecimento por parte dos responsáveis do seu trágico erro.

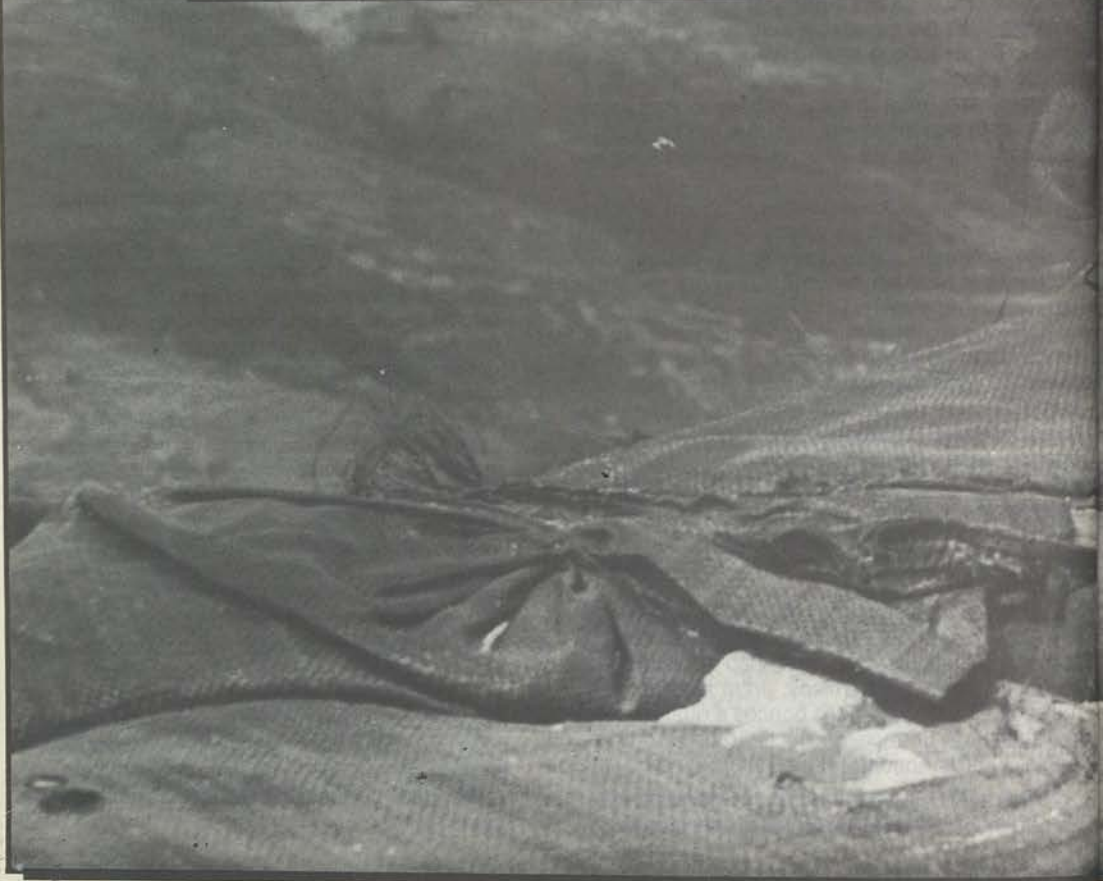
A palavra-de-ordem de «apequenar» economicamente o Chile mostra a resignação diante de um grande fracasso, que só a força militar pode obrigar a tolerar. Significa menos pão e menos trabalho para um povo já submetido à miséria por um regime preocupado somente em assegurar que se mantenham os privilégios económicos de um infimo grupo de consórcios (pois uma das características do modelo é a extrema concentração do Rendimento Nacional) e da cúpula militar que o sustenta. Quanto a esta, cabe dizer que negou a sua própria razão de ser, pois em vez de garantir a soberania nacional, usurpou o poder para entregar o país ao imperialismo norte-americano.

O exemplo negativo do regime militar é uma grande lição. Enquanto os Estados Unidos e os poderosos instrumentos de que dispõem – o Fundo Monetário Internacional, o seu enorme aparelho financeiro privado, etc. – pressionam os países subdesenvolvidos para que sigam a receita monetarista, o desastre chileno ensina às nações do Terceiro Mundo, em termos muito concretos, quais são as consequências do ultraliberalismo e que futuro de empobrecimento e de inviabilidade nacional espera aqueles que a adoptam. □



## Até onde irá o expansionismo israelita?

O escritor brasileiro Moacir Werneck de Castro esteve no Líbano como enviado especial de «cadernos do terceiro mundo» logo após a anexação do Golan por Israel. Na ocasião, ouviu vários dirigentes políticos árabes, inclusive o líder da OLP, Yasser Arafat, sobre as consequências do expansionismo sionista. Os depoimentos foram quase unânimes: a situação irá agravar-se mais ainda.









**Q**UANDO Menahem Begin, em 13 de Dezembro último, saiu precipitadamente do hospital de Jerusalém numa cadeira de rodas, para fazer aprovar no mesmo dia pelo Knesset o seu projecto de anexação das colinas do Golan, estava a lançar à face do mundo uma deliberada provocação e um desafio destinado a profundas e complexas repercussões. A urgência da medida tinha uma explicação fácil, do ponto de vista de Begin: era preciso aproveitar a confusão mundial causada pelos acontecimentos na Polónia.

Essa violação aberta de todas as normas internacionais era, por outro lado, uma demonstração de força para uso interno, em vista da proximidade da evacuação do Sinai, marcada para 26 de Abril — perspectiva que os duros da política sionista vêem com notório desagrado e que, apesar das negociações ainda em curso com o Egipto, ninguém sabe ao certo se se irá concretizar.

Com o seu acto de força, Begin repetia, quase 44 anos depois, uma operação que se tornou conhecida na história contemporânea como o *Anschluss*: a anexação da Áustria pela Alemanha nazista. Mas é de justiça dizer que Hitler agiu com melhor técnica, precedendo a incorporação de negociações com o governo austríaco e fazendo-a aprovar, depois, por um plebiscito. Além disso, a população da Áustria era germânica, ao passo que no território sírio ocupado permanecem 17 mil árabes, ao lado de 6 mil colonos israelitas que entretanto lá se instalaram. E todos sabem que o *Anschluss* foi o início de uma escalada que terminou com o sacrifício de 6 milhões de judeus.

### O próximo passo

O clima que encontramos no Líbano, no início de 1982, particularmente nos meios dirigentes da OLP, expressa a gravidade da situação criada no Médio Oriente com a anexação do Golan. Yasser Arafat resumiu-nos o quadro, dizendo que o Golan era apenas um elo, subsequente à anexação de Jerusalém, e precursor de outros acontecimentos numa cadeia de agressões e violações. Seria seguida, possivelmente, por um ataque contra o sul do Líbano.

Outros possíveis próximos passos estão a ser previstos e analisados nos círculos diplomáticos acreditados em Beirute. Por exemplo, a anulação pura e simples dos acordos sobre a evacuação do Sinai, prevista nos Acordos de Campo David. Ou um ataque aéreo para destruir os mísseis sírios *Sam-6* na região libanesa de Bekaa. Ou ainda as seguintes possibilidades: o endurecimento da dominação israelita na Cisjordânia, já marcada pelo terror; novos *raids* de reconhecimento sobre a Arábia Saudita; e a transferência da sede do governo de Israel para a parte oriental de Jerusalém.

### Reacções árabes

Os países árabes pediram à ONU a aplicação de sanções contra Israel por motivo da anexação do

Golan. A batalha diplomática prossegue, mas os árabes não alimentam ilusões quanto ao desfecho, dado o apoio que os anexionistas recebem de Washington. Com efeito, depois de vetarem uma condenação pró-forma à operação, no Conselho de Segurança, os Estados Unidos resolveram, como era previsível, dar prioridade aos seus interesses estratégicos na região, interesses dos quais Israel é inegavelmente a ponta-le-lança. Inicialmente, um assessor de Reagan chegou a declarar que o presidente estava «indignado» com a anexação do Golan, por não ter sido informado de antemão — e não por outra causa. Mas já a 12 de Janeiro, numa carta ao seu colega Begin, o homem da Casa Branca reafirmava o «firme engajamento dos Estados Unidos ao lado de Israel» e qualificava como «coisa do passado» as divergências entre os dois países. Na verdade não chegaram a ser divergências, mas simples arrufos.

Ante essa reiteração do velho compromisso, as reacções árabes foram de natural indignação, mesmo por parte dos governos mais conservadores e simpáticos a Washington. Ouvimos em Beirute, do secretário-geral da Liga Árabe, Chadli Klibi, uma declaração que expressa a média das opiniões: «Não é lógico que os Estados Unidos reclamem sanções contra a Polónia e se oponham à aprovação de sanções com respeito ao Golan». E acrescentava que «o clima político no mundo árabe, na hora actual depois da anexação do Golan, é um clima de solidariedade». Isso Begin conseguiu: criar as premissas para uma possível unidade do mundo árabe.

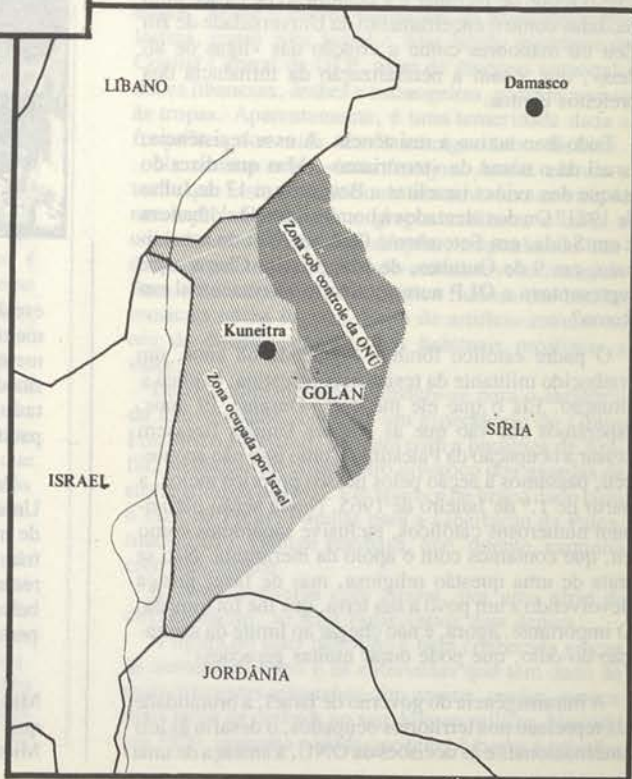
A Síria foi frontalmente atingida pela anexação, já que se trata de um território seu, militarmente ocupado em 1967. Os meios oficiais de Damasco estão exasperados. O secretário-geral do partido Baas-sírio considera, realisticamente, que «essa (a do Golan) não será a última anexação por parte dos sionistas». E o presidente do Conselho Central dos Trabalhadores Árabes, Izzeddine Nasser, também sírio, disse no mesmo sentido que «a anexação do Golan será seguida por outras medidas semelhantes contra a nação árabe, pois Israel e os Estados Unidos pretendem criar um Estado judaico que se estenda do Nilo ao Eufrates».

### Ocupação e resistência

Israel está levando a cabo, com o estímulo de Reagan e Haig, o processo da «autonomia palestina», que consiste em substituir o governo militar por uma administração civil, perpetuando assim a ocupação. A sorte dos dois prefeitos da Cisjordânia, expulsos pelas autoridades israelitas e agora em peregrinação pelo mundo, oferece um testemunho vivo da farsa que é essa autonomia.

Nas últimas semanas têm crescido as manifestações de revolta nos territórios ocupados. Israel dá dois tipos de resposta. Por um lado, toma medidas de ordem semântica, mudando o nome da Cisjordânia para Ju-









deia e Samaria. Por outro lado, reprime os protestos com a aplicação da força bruta, com prisões e tortura, com o toque de recolher e a demolição de casas, com medidas como o encerramento da Universidade de Bir Zeit ou manobras como a criação das «ligas de aldeia», que visam a neutralização da influência dos prefeitos eleitos.

Tudo isso activa a resistência. A essa resistência, Israel dá o nome de «terrorismo». Mas que dizer do ataque dos aviões israelitas a Beirute, em 17 de Julho de 1981? Ou dos atentados à bomba na capital libanesa e em Saida, em Setembro e Outubro? Ou do assassinato, em 9 de Outubro, de Maged Abu Charar, que representava a OLP num seminário internacional em Roma?

O padre católico Ibrahim Ayad, de 68 anos, um conhecido militante da resistência palestina, explica a situação. Eis o que ele me diz: «Durante 19 anos, esperámos em vão que as Nações Unidas fizessem cessar a ocupação da Palestina. Como isso não aconteceu, passámos à acção pelos nossos próprios meios, a partir de 1.º de Janeiro de 1965. Nessa acção participam numerosos católicos, inclusive sacerdotes como eu, que contamos com o apoio da hierarquia. Não se trata de uma questão religiosa, mas de fazer justiça devolvendo à um povo a sua terra, que lhe foi tomada. O importante, agora, é não chegar ao limite da saturação do ódio, que pode durar muitas gerações».

A intransigência do governo de Israel, a brutalidade da repressão nos territórios ocupados, o desafio às leis internacionais e às decisões da ONU, a ameaça de uma



escalada de agressões têm um efeito muito nítido nos meios árabes; isso mesmo pude constatar pessoalmente no Líbano. A determinação dos palestinos e a sua decisão de luta são uma realidade. Mas, apesar de tudo, ainda estão abertas as portas a uma solução pacífica.

Para isso, é necessário, primeiro, que os Estados Unidos deixem de fazer do Médio Oriente o seu campo de manobras estratégicas e posto avançado da guerra fria. E, em seguida, que a comunidade internacional reconheça o legítimo direito do povo palestino a estabelecer, numa parte qualquer do território que lhe pertence, um Estado independente e democrático.

A solução pacífica ainda é uma hipótese remota. Mas há que lutar por ela. A alternativa é uma tragédia que poderia ser o rastilho de uma Terceira Guerra Mundial. □



# Arafat:

## «O Golan é mais um elo da cadeia»

*Yasser Arafat garante – em entrevista ao nosso enviado especial – que a anexação do Golan não alterou o impasse que conhece a situação no Médio Oriente. Antes acrescentou mais um dado na escalada de tensões e acentuou o carácter expansionista de Israel.*

○ paradeiro de Yasser Arafat, presidente do Comité Executivo da OLP, é sempre uma incógnita. Quando não se encontra no exterior, empenhado numa intensa actividade diplomática, ele vive de pouso em pouso em Beirute oeste, mas a sua presença pode também ser assinalada nas zonas do sul do Líbano sob controlo das forças militares palestinas e progressistas libanesas. Antes da entrevista que nos concedeu, já depois da meia-noite — hora que parece ser da sua predilecção para receber jornalistas estrangeiros —, pudemos vê-lo três vezes durante as comemorações do 17.º aniversário do início da luta armada, o Dia da Revolução Palestina.

A primeira, fora a 31 de Dezembro, quando começaram os festejos da efeméride: um modesto auditório da Escola da Criança Feliz, situada no caminho das montanhas, onde estudam 450 filhos de mártires da causa palestina. No palco, singelos números de declamação e dança. A entrada do líder palestino é precedida do habitual aparato de segurança: sabe-se que ele irá chegar pela extraordinária movimentação de jovens guardas empunhando as suas *kalashnikov*. Instalado na primeira fila, aplaude com vigor a representação dos garotos. Um deles, bailarino de tenra idade, aproximou-se de Arafat e convidou-o a dançar também. Este levanta-se e entra no bailado perante aclamação geral. Dizem-nos que é a primeira vez que ele aparece «assim» em palco. Mão na cintura, passos não muito exímios, o comandante dança animadamente.

A outra presença em público, no dia seguinte pela manhã, não tem nada de pitoresco; pelo contrário, está marcada pela dramaticidade de um desafio. Perto da Universidade Árabe de Beirute, no mesmo bairro em que caíram bombas israelitas em Julho de 81, realizou-se um desfile militar em que participam unidades diversas, donde se destacam as unidades de tanques T-34 e T-54, de fabrico soviético. Na tribuna de



Arafat com o nosso enviado especial

honra, Arafat e outros dirigentes da Resistência Palestina, como Abu Iyyad e Abu Jihad, membros do Comité Central da OLP, além de diversas personalidades libanesas, árabes e estrangeiras, passam revista às tropas. Aparentemente, é uma temeridade dada a frequência dos *raids* aéreos inimigos sobre Beirute.

Na mesma noite, mais festejos. Arafat acende a tocha que assinala o início de um novo ano na vida da revolução. Há desfile e grupos militares e civis e unidades simbólicas de *fedayins*, empunhando bandeiras e gritando palavras-de-ordem revolucionárias. Som e luz não faltam. A música ruidosa das bandas musicais enche os ares. Fogo de artifício estoura no céu de Beirute, em vez dos habituais projecteis a valer.

Dali, a comemoração transfere-se para o auditório da Universidade, onde há um espectáculo do Grupo Folclórico Palestino, também com a presença de Arafat, precedida do costumeiro alvoroço dos guardas da sua segurança pessoal. Ele aparece de braço dado com o líder da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), George Habbash, que, doente, caminha com dificuldade.

A nossa conversa com Arafat, por uma série de circunstâncias, só teria lugar vários dias depois.

A figura do líder palestino é bem conhecida graças às numerosas fotos e às entrevistas que tem dado às mais diferentes televisões. Em pessoa, porém, parece mais largo de ombros no seu dólman militar. Nascido em 1929, aparenta a idade que tem. A barba é grisalha



e rala, contrastando com o bigode mais espesso. As mãos, de dedos finos, movimentam-se numa gesticulação sóbria. A força da sua personalidade reflecte-se nos olhos argutos que fixam persuasivamente o interlocutor e se acendem no calor das frases, enunciadas sem pressa, numa voz de barítono cujos matizes ele controla com precisão. As suas respostas são dadas, quase diríamos, didacticamente, levando em conta o *timing* da tradução, pois prefere falar em árabe, embora domine perfeitamente o inglês. Numa vez ou noutra corrige o tradutor. Ele próprio maneja o gravador, parecendo divertir-se em virar ou trocar a fita ou a apertar os botões do aparelho. Em quaisquer das ocasiões, mantém na cabeça o seu turbante (*kufiah* ou *hata*), formado por um grande rectângulo de pano com losangos brancos cercados por grossas listas negras, enrolado de modo especial.

Arafat é solteiro, um estado que certamente se compatibiliza melhor com a tremenda tarefa a que se dedica a tempo inteiro, e a que subtrai apenas uma média de quatro horas de sono por noite. Os homens sob as suas ordens costumam dizer que ele é «noivo da revolução palestina».

Ao lado de Arafat, que se senta à cabeceira de uma mesa comprida, está o dirigente da Frente Popular para a Libertação da Palestina, Abu Charif, cujo rosto e mãos estão cobertos por profundas cicatrizes, marcas que lhe ficaram de um atentado de que foi alvo através de uma bomba enviada pelo correio.

#### «Golan: apenas um elo de uma cadeia»

*Como encara a situação no Médio Oriente depois da anexação do Golan? O que mudou e em que sentido?*

Antes de mais nada, devemos considerar que o Golan não é um episódio isolado, mas um elo de uma cadeia. Antes, já Israel anexara Jerusalém. Daqui por diante, vai querer anexar mais ainda. Ameaça incorporar ao seu território a parte sul do Líbano, e contra essa ameaça já o governo libanês protestou oficialmente. Enquanto esse inimigo receber apoio dos Estados Unidos, continuará com a sua política expansionista e prosseguirá na escalada de crimes contra o povo palestino e os povos árabes. É a política da força. Mas onde é que a força prevaleceu até ao fim? Veja o destino dos grandes impérios que, ao longo da história, oprimiram os povos. Um a um, todos ruíram. Foi assim com Átila ou com Hitler. Foi assim com os impérios britânico, francês, espanhol, português. Não será outro o destino do império norte-americano. Esse império não se irá desmoronar hoje ou amanhã. Não espero nesse sentido nenhum milagre: sou um homem pragmático. Mas há indícios de contradições crescentes...

O apoio norte-americano a Israel está condicionado a esse inexorável destino de derrocada de um império aparentemente todo-poderoso.

Em suma, a anexação do Golan agravou muito a

situação no Médio Oriente, mas não acarreta uma mudança de fundo: é o prosseguimento da política imperialista que se desenvolve nesta região.

*A OLP pensa que existem diferenças entre as políticas de Carter e de Reagan?*

Para nós não há diferença. Somos pragmáticos. Para nós, os sucessivos presidentes norte-americanos, tanto Nixon como Ford, tanto Carter como Reagan, são os executores de uma política traçada para atingir um objectivo: consolidar o poder dos Estados Unidos. O campo de manobra de um ocupante eventual da Presidência é limitado. Para controlá-lo, lá estão o Pentágono, o Congresso, a força das transnacionais, a Imprensa. Ele tem de agir de acordo com uma dada situação concreta. Quando Ford e Carter, já ex-presidentes, voltaram do enterro de Sadat, no Cairo, declararam ambos que era necessário reconhecer os direitos do povo palestino. Porque não disseram isso quando estavam na Casa Branca? Lá não tiveram coragem de falar nesses termos. É porque estavam condicionados pelas forças que mencionei. Fora do poder, às vezes, os presidentes norte-americanos falam até bem...

#### A «profecia» de Dulles

*Como antevê, no tempo, a vitória da causa palestina? Poderá ser a curto prazo ou apenas para as próximas gerações, como às vezes se ouve aqui dizer?*

Em 1956, o então secretário de Estado John Foster Dulles dizia que o povo palestino é realmente infeliz, porque a geração que sofreu a expulsão e o exílio iria acabar, e a geração seguinte esquecerá a Palestina. Vocês viram os miúdos e jovens palestinos nos acampamentos de refugiados. Eles são a melhor resposta à «profecia» de Dulles, ela sim infeliz... A nova geração nascida no exílio, pelo contrário, é muito mais apegada à terra do que podia imaginar o ex-secretário de Estado. Para apressar a vitória da nossa causa, para acabar com o drama do povo palestino, o principal é que os Estados Unidos cessem a ajuda militar, política, financeira e diplomática que dão a Israel, em desobediência às resoluções da ONU. Graças a essa ajuda é que Israel pode executar as suas acções criminosas, fascistas, não só contra o povo palestino no exílio como contra os palestinos que permanecem nos territórios ocupados. A destruição da central nuclear do Iraque, por exemplo, é uma típica acção criminosa, pois os organismos internacionais competentes testemunharam a finalidade pacífica do reactor. Hoje Israel ocupa terras da Síria, do Egipto, e ilhas sauditas do golfo de Akaba.

O que esperamos é que o mundo conheça esses factos, tome consciência deles, para barrar o apoio ao sionismo, uma nova versão do nazismo, colocando-se ao lado do povo palestino na sua justa luta. Sessenta por cento dos palestinos foram expulsos do seu país; os outros 40% vivem sob ocupação militar. O nosso povo está determinado a lutar até ao fim para conquistar esses direitos. Sim, essa luta não cessará, como você próprio pode constatar pela determinação da nossa





juventude nos acampamentos. Isso deve ser entendido pelo terrorista Begin — e não sou eu quem o chama de terrorista, é a Interpol que assim o considera com base na documentação fornecida pela polícia inglesa. Não fixamos prazo para a nossa vitória, mas ela virá, é absolutamente certo. Mas não enganamos o nosso povo: a luta será longa; uma longa marcha, como a dos revolucionários chineses.

#### *Como avalia a actual situação militar?*

O inimigo prepara uma acção de grande envergadura. Está a concentrar três divisões na fronteira norte com vista a uma ofensiva. Neste momento, um *destroyer* e mais três unidades da marinha de guerra israelita estão a rondar aqui por perto, no mar diante de nós. São indícios de um ataque que pode ocorrer a qualquer momento. Da nossa parte, não empreendemos acções militares ofensivas a partir das fronteiras libanesas.

#### **A barreira do medo**

*O presidente do Líbano, Elias Sarkis, num recente discurso oficial lamentou o facto de a comunidade internacional não ser sensível ao drama deste país, ao mesmo tempo que defendia que o problema libanês deveria ser internacionalizado. O que pensa sobre estas posições?*

Somos solidários com o presidente na sua reclamação. Palestinos e libaneses são ambos vítimas da acção criminosa israelo-norte-americana. Ainda há poucos

dias, no Dia da Revolução Palestina, disse isso mesmo com toda a clareza. Quando me encontrei com Sarkis, antes da Conferência Cimeira Árabe, em Fez, reiterei-lhe a nossa fraternal solidariedade. Estamos na mesma situação, somos o alvo de um mesmo *complot*. Basta ver o que aconteceu no Bairro Fakhani, em Beirute, criminosamente bombardeado pela aviação do terrorista Begin. A Palestina não tem mísseis nem aviões, mas luta com todas as suas forças contra o crime que faz sangrar também o Líbano. No Dia da Revolução Palestina, a pequena distância das posições israelitas fizemos uma festa. Conseguimos vencer a barreira do medo.

*O secretário de Estado norte-americano Alexander Haig afirmou recentemente que, de acordo com a opinião de Philip Habib, a solução da situação libanesa depende da redução e da retirada final das forças sírias do país. Que comentários lhe merecem estas afirmações?*

Os norte-americanos têm uma conversa contraditória. O mesmo Haig também já disse que a Força de Dissuasão Árabe, constituída pelos sírios, contribui de modo importante para a paz no Líbano. A pergunta deve, pois, ser-lhe dirigida. O que nós vemos é que são aviões norte-americanos que bombardeiam Beirute e o Sul do Líbano.

#### **O conflito Leste-Oeste**

*Como se situa a questão palestina no quadro do conflito Leste-Oeste?*



«A guerra está presente e a criança não pode deixar de conhecer a realidade. Absurdo seria deixá-la na ignorância»



A nossa causa é o factor principal para a resolução do problema do Médio Oriente, um problema de alcance mundial. Não se deve ver isoladamente a causa palestina sob os seus aspectos político, militar ou estratégico, mas sob esses aspectos reunidos. Resolvê-la significa resolver em grande parte o problema da tensão Leste-Oeste, ou, por outras palavras, contribuir para a détente. A segurança no Médio Oriente tem relação imediata com a segurança no Mediterrâneo, na Europa, na Ásia e na África. Basta pensar que 80% das reservas petrolíferas mundiais se encontram no Médio Oriente para compreender o papel primordial da questão palestina nas relações internacionais.

*Qual o estado actual das relações entre a OLP e a URSS e demais países do bloco socialista?*

Nós orgulhamo-nos da amizade que nos liga aos países do bloco socialista. Não esquecemos a manifestação de solidariedade que foi o rompimento deles com Israel após a criminosa agressão de 1967. Eles continuam a apoiar firmemente a causa palestina. Por outro lado, os Estados Unidos, líderes do imperialismo, dão um apoio ilimitado a Israel. Ou seja: colocaram num dos pratos da balança os países árabes, e no outro Israel, e fizeram-na pender para este último lado. Até quando poderá continuar esse falso equilíbrio? Ponho esta questão em termos estratégicos. Creio que não é fácil encontrar-lhe resposta. A minha última visita à URSS, em Dezembro passado, foi um acontecimento de grande importância para o povo palestino. O pleno reconhecimento da OLP e a elevação do estatuto da representação palestina em Moscovo ao nível de embaixada foram de um alto significado para nós.

*Porque razão não dá a URSS à Palestina uma ajuda do mesmo porte que a concedida pelos Estados Unidos a Israel, nomeadamente em material bélico?*

Recebemos dos nossos amigos soviéticos uma ajuda de vários tipos, através de missões científicas,

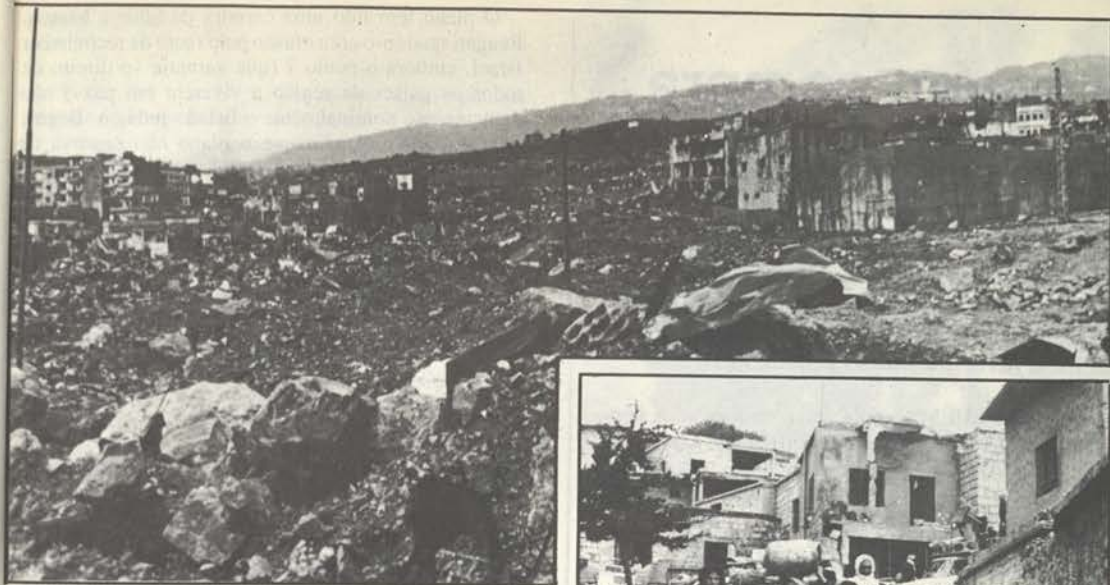
médicas e outras. Dão-nos o mais importante que é o apoio político. Eu costumo comparar a nossa revolução a um vulcão em actividade. Ele nunca se satura de ajuda. Precisa sempre de mais, inclusive de armas evidentemente, já que enfrenta um inimigo que dispõe com fartura de um equipamento mais sofisticado, fornecido pelos norte-americanos. Procuramos, ao mesmo tempo, um caminho comum com os nossos irmãos árabes. Quando um povo está determinado a lutar pela liberdade da sua pátria, não condiciona essa luta ao tipo de armamento que vai utilizar. As nossas crianças nos territórios ocupados enfrentam o inimigo mesmo com pedras. Há em Israel 24 mil prisioneiros palestinos, condenados ou não. De acordo com relatórios de instituições que investigaram o assunto, 230 mil palestinos, ou seja 40% dos que se encontram em terra ocupada, já passaram por interrogatórios das autoridades sionistas.

#### **A unidade árabe e as manobras dos EUA**

*Qual a situação da Palestina no contexto do mundo árabe? Como encara a perspectiva da unidade árabe?*

Nós habitamos uma região de areias movediças. Temos sido, no decorrer da história, submetidos a uma série de invasões: por estas terras andaram ocupantes romanos, tártaros, cruzados, ingleses, ibéricos, franceses. E esta terra continua. Quando o império romano nos dominou, que fizemos nós? Mandámos um dos nossos, um pescador palestino, Pedro, que conquistou não só Roma como o coração dos romanos. Esta é a lição da história. O bando militar israelita dá mostras de imbecilidade. Moshe Dayan, por exemplo, disse que os palestinos não lêem. Pois eu digo: Dayan lia mas sem entender o que estava a ler. Ele nunca chegou a perceber o sentir profundo da história, que estava contra ele e contra os seus.





Quanto à unidade árabe, digo-lhe que o maior obstáculo que ela enfrenta são as manobras dos Estados Unidos, cuja presença no Médio Oriente é um factor de intriga e desagregação. Washington trabalha junto dos governos conservadores de alguns países árabes tentando convencê-los que o inimigo é a URSS. Mas essa intriga revela-se, cada vez mais, fadada ao fracasso.

### Católicos e judeus

*A Igreja Católica pode ser considerada uma aliada da luta do povo palestino?*

Sem dúvida. Uma das figuras mais destacadas dessa luta é o arcebispo Hilarion Capucci que esteve preso devido à sua actuação como lutador em favor da nossa causa e que continua firme nessa posição. As relações da OLP com o Vaticano são boas. Nós, na revolução palestina, não alimentamos qualquer preconceito religioso. Aqui mesmo nesta sala, um dos meus assessores é católico. E nos cemitérios onde estão enterrados os nossos mártires vêem-se lado a lado túmulos de muçulmanos, de cristãos e de adeptos de outras crenças. Sem dúvida que o caso palestino é único no mundo. A terra palestina é também a Terra Santa dos cristãos, e o primeiro lutador palestino foi Cristo. O povo palestino continua na sua Via Sacra, carregando a sua cruz. Esse sacrifício do nosso povo é a continuação do sofrimento do Jesus Cristo palestino.

*Será possível, um dia, palestinos e judeus viverem em paz?*

Porque não? Nós não somos contra os judeus. Temos combatentes nossos de religião judaica presos nos territórios ocupados. O judaísmo, tal como o cristianismo, também faz parte da nossa história.



### O plano Fahd

*O que pensa do plano apresentado pelo príncipe Fahd, da Arábia Saudita?*

Em primeiro lugar, há que reiterar que nós, palestinos, não fazemos a guerra pela guerra; nós lutamos pela libertação da nossa pátria. Por isso avançamos duas soluções. Em 1969, lançámos a palavra-de-ordem de um Estado democrático onde convivessem em pé de igualdade palestinos, judeus e cristãos. A nossa proposta foi rejeitada. Em 1974, uma resolução da OLP expressou que estávamos dispostos a estabelecer o nosso Estado em qualquer parte do nosso território que fosse libertado. Quando o comunicado conjunto soviético-norte-americano de 1977 fez referência expressa ao nosso direito, nós aplaudimos.

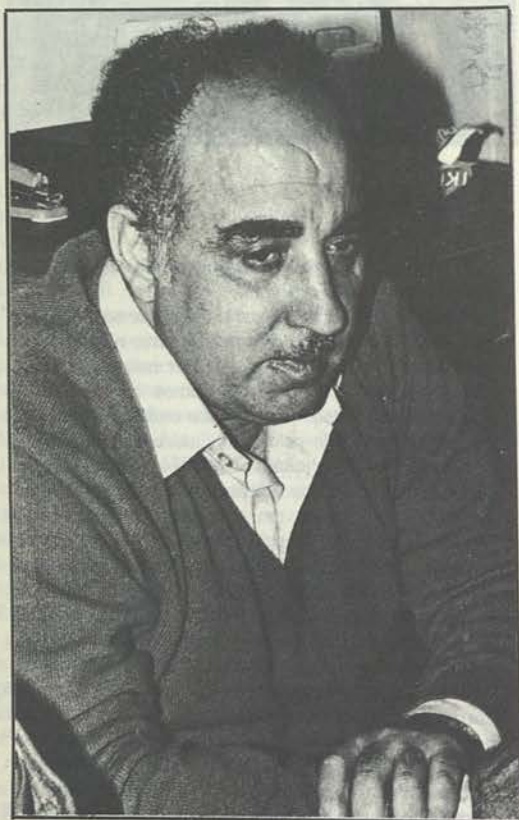
A proposta saudita foi por nós bem acolhida porque queremos uma paz justa e duradoura no Médio Oriente, uma paz que garanta os nossos direitos, a começar pelo regresso aos nossos lares e a constituir um Estado independente. Esse direito que as ilhas Fidji, com 150 mil habitantes, já conquistaram e a nós nos é negado. Não haverá paz estável no Médio Oriente se não forem assegurados os direitos fundamentais do povo palestino, porque nós constituímos o cerne, o âmago do problema do Médio Oriente. □



## Alguém compra peixe no mar?

*Apontado como o «n.º 2» da Al Fatah, Abu Iyyad critica o plano Fahd e afirma que o petróleo árabe não tem sido utilizado como arma a favor da causa palestina*

**A**LGUÉM compra peixe no mar?». A pergunta, da velha sabedoria árabe, é feita por Abu Iyyad, cerca de 50 anos, membro do Comité Central da Al Fatah, que muitos apontam como o segundo homem, depois de Arafat, no comando da revolução palestina. Ironicamente, ele refere-se às armadilhas para a OLP contidas no plano de paz apresentado em nome da Arábia Saudita, pelo príncipe herdeiro Fahd, em Agosto do ano passado.



Abu Iyyad

O plano tem tido uma carreira de altos e baixos. Reagan saudou-o com efusão pelo facto de reconhecer Israel, embora o ponto 7 (que garantia «o direito de todos os países da região a viverem em paz») não mencionasse nominalmente o Estado judaico. Begin, por seu lado, afirmou que o plano não passava de «uma receita para liquidar Israel por etapas».

Abu Iyyad faz-nos a análise do plano, do ponto de vista do povo palestino:

«Para nós, esse plano, tal como está, não pode ser levado a sério. Para se tornar realidade, ele teria que se basear numa posição de força — a força da unidade dos países árabes. E esta unidade, todos sabem, por ora não existe. O plano parte de um vazio.»

### «Perdemos tudo»

«Para nós — assinala —, não se trata de aceitar ou não Israel. Nós perdemos tudo, a nossa terra, os nossos lares. Não fazemos uma revolução que luta por lutar: o nosso objectivo é uma paz justa e duradoura, que assegure o nosso direito inalienável a recuperar aquilo que perdemos. Queremos, como primeira fase, a criação de um Estado palestino sobre uma parcela do nosso território a ser libertada.»

O dirigente da Al-Fatah recorda que quando Sadat se deslocou a Jerusalém, em Novembro de 1977, se referiu ao direito do povo palestino de implantar o seu Estado independente e formulou outros pontos aceites. No entanto, Israel, por sua parte, só aceitaria, e tratou de levar à prática, o que lhe convinha, isto é, o estabelecimento de relações com o Egipto de forma a isolá-lo do mundo árabe. Tal a essência dos acordos de Camp David. A posição de Israel — na opinião do dirigente palestino —, estribada na força militar e contando com o apoio dos Estados Unidos, não mudou.

«Caberia a Israel — prossegue Abu Iyyad — começar pelo reconhecimento de que assiste ao povo palestino o direito de criar o seu próprio Estado independente. Não nos cabe a nós, que não temos nada nas mãos, a iniciativa de qualquer tipo de 'aceitação'. Como seria possível explicar aos nossos combatentes e aos filhos dos nossos mártires um reconhecimento absolutamente gratuito do Estado de Israel, que nos espoliou de tudo? Sem garantias concretas quanto aos nossos direitos, jamais poderemos reconhecer Israel. Daí perguntarmos: Alguém compra peixe no mar? E mais: quais as fronteiras que Israel pretendia ver 'seguras'? As suas fronteiras são fluídas, e pelo que se evidencia ainda agora com a anexação do Golan, estão em contínua e ilimitada expansão. Israel é um Estado em aberto. A sua própria Constituição não se refere a um território com limites determinados; aí se afirma que o Estado se instala 'em Israel', o que é completamente vago e portanto inaceitável pela comunidade internacional.»



## Petróleo e OLP

«O petróleo — afirma Abu Iyyad — não tem sido adequadamente utilizado como arma política em favor da Palestina. Nem mesmo os investimentos árabes nos Estados Unidos e demais países ocidentais são usados como poderiam ser; eu diria que não são usados nem mesmo numa proporção mínima. Os investimentos normais nas bolsas de valores dos Estados Unidos rendem anualmente de 18 a 20%. A maioria dos capitais árabes, no entanto, obtém um rendimento ínfimo, de 3 a 7%, alguns ainda menos. E não sei mesmo se muitos deles têm, sequer, condições de retorno. Capitais esses que não são aproveitados nem ao menos para comprar um horário de televisão, onde possa ser explicada a realidade dos problemas ao povo norte-americano. Veja-se, por exemplo, o caso de Ziad Abulai Ein, um palestino de 21 anos, que foi preso nos Estados Unidos sob a acusação — que ele nega — de ter participado em 'actividades terroristas' em Israel. Toda a força do petróleo não teve capacidade para mobilizar a opinião pública norte-americana no sentido de impedir a sua extradição ilegal.»

## O lobby sionista

Quem tem força, então? O lobby sionista? — perguntamos.

«Não se trata apenas do lobby sionista, sem dúvida muito actuante. O que acontece é que os grupos de pressão assim chamados actuam de acordo com os interesses estratégicos do governo dos Estados Unidos, que beneficiam com a presença de Israel no Médio Oriente. Então tudo se torna mais fácil para esses grupos. Cria-se uma situação de desequilíbrio, pois os árabes, como disse, não utilizam a sua capacidade de pressão.»

A acusação de terrorismo dirigida à OLP é, segundo o dirigente palestino, fruto de manipulações maliciosas dos meios de comunicação influenciados pelos interesses norte-americanos e sionistas.

«Estranhamente, eles não dizem nada do que Israel faz nos territórios palestinos ocupados. Aí sim, exerce-se o verdadeiro terrorismo sob a forma de uma guerra de extermínio travada por terra, mar e ar. Aqui mesmo, em Beirute, temos o caso do bombardeamento do bairro de Fakhani, onde nenhum objectivo militar podia ser assinalado, mas onde eles fizeram cerca de 500 vítimas entre a população civil, mulheres e crianças na sua grande maioria. Que é isto senão terrorismo puro? Quando um comando nosso actua em Israel, enfrentando todos os riscos, ele tem em vista objectivos militares; se interceptado, pode eventualmente enfrentar civis, mas isso acontece excepcionalmente. O aspecto militar dessas operações é sistematicamente sonogado pela propaganda inimiga. Alguns elementos palestinos podem ter exagerado. É preciso, porém, que fique claro que a OLP repudia o



As ruínas de Fakhani



Uma guerra sem prazos fixos

terrorismo, condena actos tais como o sequestro de aviões e as acções fora dos territórios ocupados.»

## Uma vitória inevitável

Será a libertação uma perspectiva imediata ou apenas um sonho que será vivido pelas próximas gerações? Colocado ante a questão o dirigente palestino diz-nos que «uma revolução não pode fixar prazos». E argumenta: «Nós não podemos prometer ao nosso povo que vamos ganhar amanhã, pois isso seria levá-lo a ilusões fora da realidade. Sabemos apenas que somos os pioneiros de uma luta justa. Quando a unificação do poderio árabe for uma realidade, superando o de Israel, então sim, poderemos falar em vitória.» □



# Um guerrilheiro de quatro anos

*No Líbano, as crianças palestinas convivem com a guerra desde os primeiros anos de vida. Manejam as metralhadoras com a mesma naturalidade com que as crianças de outros países do mundo o fazem com os brinquedos*

**N**O Líbano de hoje, o espectro da guerra está presente por toda parte. Em Beirute, o quadro é chocante. Numa área residencial da cidade, o bairro de Fakhani foi devastado em Julho de 1981 pela aviação israelita, que despejou sobre ele 15 foguetes de tonelada e meia cada um. Foram aviões F-15 e F-16, de fabricação norte-americana, os autores da façanha. Na segunda guerra mundial houve Hiroshima, houve Coventry, Leipzig, Varsóvia — mas era uma guerra, declarada.

Alegaram fontes israelitas que o alvo seria o *bunker* de Arafat. Mas o local de trabalho do líder da OLP muda a cada dia, e de resto seria impossível localizá-lo da grande altura a que voavam os aviões atacantes para escapar ao fogo antiaéreo. Foi um crime puro e simples. Edifícios inteiros de apartamentos, com oito andares em média, ruíram como se fossem feitos de papelão. Montes de escombros ainda se encontram no local e os precários serviços municipais não conseguiram consertar os canos arrebentados dos esgotos, de onde se exala um cheiro fétido. Morreram em Fakhani cerca de 500 pessoas. A visão dessas ruínas é inesquecível; e esse crime, imperdoável.

Coloca-se ali, na prática, de modo trágico, o problema do terrorismo. É assombroso como a propaganda sionista no mundo lança sobre os palestinos, e sobre a OLP em particular, a pecha exclusiva dos atentados terroristas, quando tem sobre os ombros a responsabilidade de um morticínio como esse, de civis, mulheres e crianças; quando está ali, no coração de Beirute, aos olhos de quem queira ver, a mais horrível demonstração de terrorismo já registada na história do conflito árabe-israelita.

## Nas frentes de guerra

Um ataque de Israel é considerado iminente no sul do Líbano por muitas fontes autorizadas. Duas unidades militares palestinas que visitámos, uma delas muito próxima da fronteira, mostram-se dramática-

mente alertadas para a eventualidade da guerra. O comandante chefe das forças de Kharamé, general Abu Hajem, recebe-nos no QG da primeira dessas unidades, dá as boas vindas e passa a palavra ao tenente-coronel Abu Omar, comandante da unidade, que faz uma exposição brilhante e minuciosa. Omar é um bacharel em direito que se tornou militar pelas circunstâncias e sabe falar como um diplomata. Narra animadamente episódios de guerra em que participou. Aquela sua unidade deteve forças israelitas muito superiores em número e armamento, comandadas por um general. Os soldados palestinos estavam e estão dispostos a tudo, assegura o militar. E fala da determinação dos seus homens, do apoio da população civil e da solidariedade internacional, das táticas de luta guerrilheira, da Nicarágua e de El Salvador, da Polónia e da situação interna no Líbano.

Proseguimos viagem, com ele, numa viatura militar e, já de noite caminhamos à luz da Lua por uma encosta pedregosa. Chegamos a uma tenda escassamente iluminada. Em redor do subcomandante, os soldados desse posto avançado empunham as suas metralhadoras como se fossem instrumentos de trabalho. Eles recebem treinamento intensivo e uma não menos intensa doutrinação política. Discutem os acontecimentos internacionais e em especial os do mundo árabe, mas sobretudo a situação militar concreta, as formas possíveis de um ataque inimigo que pode ocorrer a qualquer momento e a tática a empregar para a resistência.

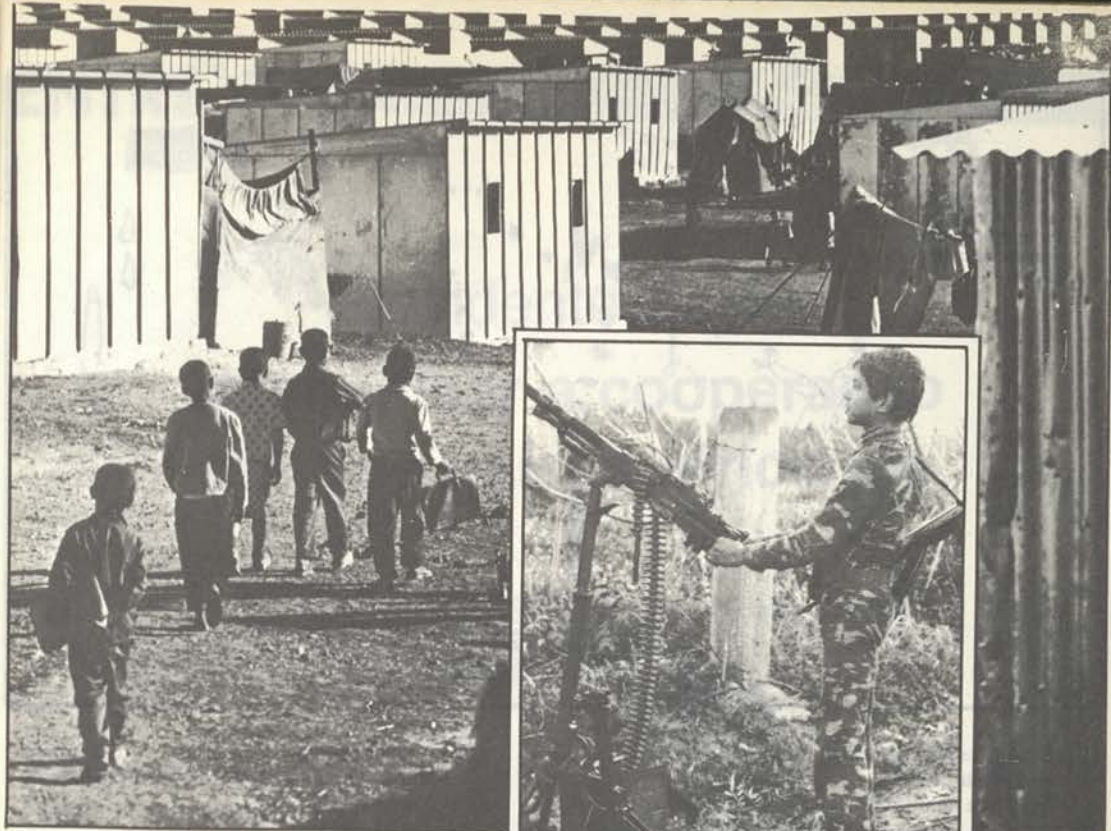
A outra unidade visitada fica ao sul de Tiro. O antigo centro fenício, por onde passamos, é hoje uma cidade paupérrima. Novas ruínas causadas pelos bombardeamentos juntam-se às ruínas romanas. Conversamos com gente local, sobretudo jovens ao acaso; são na sua maioria católicos, mas não reconhecem naquela guerra nenhum carácter religioso. Descendo pela estrada que leva a Naqoura, sob o domínio das forças pró-israelitas do major Haddad, atingimos o posto avançado. Ali, numa barraca camuflada no meio de um lanjaral, o comandante oferece-nos uma pequena refeição e conta animadamente histórias de uma viagem que fez ao Oriente, acompanhando Arafat. É extraordinária a intimidade que esses homens demonstram com a guerra.

## A infância armada

A partir dos 16-17 anos, após os testes necessários, o jovem palestino está apto a tornar-se um *feddayin*. Mas a preparação começa antes, nos acampamentos. Ali treinam luta, manejam armas, gritam *slogans* em ordem unida, marcham e arrastam-se no chão, na lama fria, sob o comando de instrutores severos.

Salah Tamari tem 38 anos, é militar há 18 e casado com a primeira mulher do rei Hussein, da Jordânia, que deixou o palácio para se tornar uma activista da causa palestina. Comandante do acampamento de Aien Al-Helut, perto de Saída, e dirigente da organi-



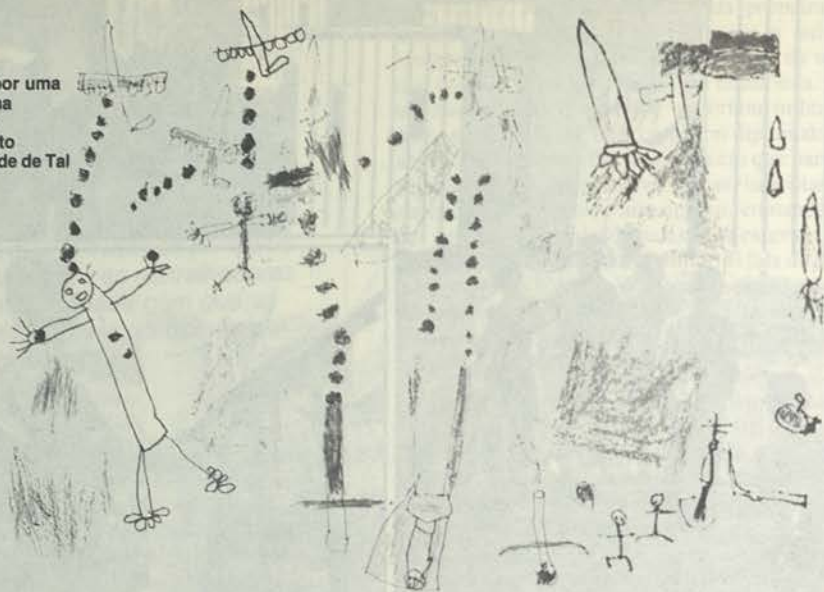


As crianças palestinas já nasceram dentro de uma guerra. Tudo o que elas conhecem é a luta pela auto-sobrevivência.





Desenho feito por uma criança palestina reproduzindo o bombardeamento israelita na cidade de Tal Zaatar



zação da juventude palestina, Salah explica o sentido do treinamento militar:

«Um pai de família europeu, ou de um país qualquer em paz, pode levar o seu filho a passear, falar-lhe de Byron ou de Picasso, ensinar-lhe os nomes das flores e das plantas. Aqui é diferente. Vivemos sob a ameaça dos ataques dos aviões israelitas, que já fizeram inúmeras vítimas neste acampamento. Aqui não há outro jeito senão ensinar a criança e enfrentar a realidade da guerra. Ela deve saber defender-se quando atacada; saber encontrar, por exemplo, o caminho do refúgio sem entrar em pânico e ajudando os demais. Assim como se faz em certas regiões da Índia, onde as crianças recebem pequeninas doses de veneno, para formar os anticorpos com os quais se protegem do veneno das cobras.

#### Um guerrilheiro de 4 anos

Há numerosos desses acampamentos de refugiados palestinos, pobres aglomerações de casebres que lembram as favelas brasileiras, apenas com uma organização superior e sob o espectro constante da guerra. Em Rashidieh, no extremo sul do Líbano, presenciamos uma demonstração patética.

Um garotinho de pouco mais de um metro de altura dá a volta num espaço cercado pelos seus companheiros maiores. Ao lado dele vai um instrutor, armado com uma submetralhadora, dando tiros espaçados junto do pé do menino. Podemos ver: não são cartuchos de festim, são balas de verdade, de uma *Kalashnikov*. O garoto termina a volta, imperturbável, indiferente aos estampidos. Entrevisto-o:

*Como é o teu nome?*

— Hammudah. (O diminutivo de Muhammad.)

*Quantos anos tens?*

— Quatro anos.

*O que é que queres ser quando cresceres?*

— Feddayin.

As respostas saem sem nenhuma hesitação. Hammudah quer ser um guerrilheiro. Mas será que já não o é?

#### Em vez de flores, bombas

Mais tarde, uma jornalista grega, Mitza Theodorakis, sobrinha do compositor, conta que abordou com Arafat o tema do treinamento militar dado à infância. Como mãe de um menino de oito anos, disse ela, não podia conformar-se com aquilo. Recebeu de Arafat, com veemência, a mesma explicação que nos foi dada pelo comandante Salah: a guerra está presente e a criança não pode deixar de conhecer a realidade. Absurdo seria deixá-la na ignorância.

Uma exposição de crianças palestinas de diversas idades, em Beirute, mostra essa dura realidade a que é impossível fugir numa região em guerra. Meninos e meninas representam as imagens que marcaram a sua infância: em vez de flores e bichos, aviões e bombas; em vez de carrinhos, tanques...

O acampamento de Rashidieh teve 270 mortos e 1400 feridos do início de 1973 a Agosto de 1981. Sofreu 700 ataques com obuses e bombas de todo o tipo. Perto de 600 crianças nasceram nos refúgios. Que outra visão podem elas ter da vida — se sobrevivem — senão a de uma guerra cruel e permanente? □



## Presidente Eanes Intensificar a cooperação com os países africanos



*A pouco tempo da sua visita oficial à República Popular de Angola, o presidente Ramalho Eanes traça para os leitores de cadernos do terceiro mundo o quadro das relações de Portugal com os países africanos, exprime «reprovação absoluta» perante os ataques sul-africanos ao território angolano e aborda, ainda, as questões da Namíbia e de Timor-Leste*

Baptista da Silva



**O** senhor Presidente esteve, ainda muito recentemente, na República Popular de Moçambique, na Zâmbia e na Tanzânia, numa visita considerada histórica pelos próprios dirigentes desses três países. Gostariamos que nos fizesse um balanço dessa visita.

Esse tipo de balanço pode ser entendido de dois modos: como um registo de resultados obtidos ou como uma realidade política com continuidade. É certo que os resultados obtidos foram positivos e constituem mesmo um passo de grande importância para superar algumas incompreensões do passado. Mas considero muito mais importante a realidade política dinâmica que foi possível construir e que se baseia no melhor conhecimento mútuo, na compreensão das nossas respectivas posições e na determinação das áreas de cooperação que, por serem mutuamente vantajosas, nos fornecem uma estrutura sólida para o futuro. Este é o balanço político que considero mais importante e, também, mais realista. Essa é a base que nos pode permitir equacionar os problemas de ordem técnica e material, designadamente os de tipo organizativo e financeiro, de modo a podermos desbloquear uma relação efectiva de cooperação com essas vastas áreas de África.

*Sete anos após a descolonização, qual o quadro que, em síntese, nos pode traçar das relações de Portugal com as suas ex-colónias, hoje países soberanos de África?*

Também aqui considero que se deve distinguir a resposta em dois planos diferentes. Em termos de presente, são relações normais entre países amigos, que se conhecem bem nas suas virtualidades e nos seus defeitos. Mas se tivermos em conta que há sete anos estávamos a terminar uma guerra e numa relação fortemente traumatizada, de parte a parte, teremos de concluir que a evolução verificada se deve considerar, à luz do que é normal nas relações internacionais como realmente excepcional.

#### **Ataques a Angola merecem «reprovação absoluta»**

*Prepara-se, entretanto, uma nova visita do Senhor Presidente a três outros países africanos — República Popular de Angola, Zimbábue e Argélia —, os dois primeiros, à semelhança dos anteriormente visitados, membros da Linha da Frente. A que se deve o facto de privilegiar, nesses seus contactos africanos, os países da África Austral, uma das mais conturbadas regiões desse continente, e onde continuam por resolver problemas tais como a descolonização, na Namíbia, e o apartheid, na África do Sul?*

A única deslocação já, com data decidida é Angola, mas esta correcção de pormenor não invalida o sentido geral da sua pergunta. E dir-lhe-ei que não há um privilégio especial da área da África Austral pois,

como sabe, são boas as nossas relações com países africanos de outras zonas. No entanto, é compreensível que o nosso conhecimento da problemática da África Austral justifique que procuremos modestamente contribuir para a solução pacífica dos problemas que aí subsistem, aliás numa relação de colaboração que é comum a muitos outros países ocidentais.

*Que comentários lhe merecem os sucessivos ataques, e a ocupação, de que tem sido alvo o sul da República Popular de Angola pelas tropas sul-africanas?*

É óbvio que só pode merecer um comentário de reprovação absoluta, não só porque seria sempre essa a nossa posição em termos de relações entre Estados soberanos e no quadro de fronteiras que têm de ser respeitadas, mas também porque este modo de fazer política externa nunca poderá conduzir à solução efectiva dos problemas e para a estabilidade das regiões.

#### **Namíbia: encontrar uma solução justa**

*Na sequência da sua visita a Moçambique, o Presidente Samora Machel considerou Portugal o «interlocutor privilegiado» da África Austral no Ocidente. Sendo membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e mantendo tradicionais relações de amizade com os países ocidentais que integram o «Grupo de Contacto» para a Namíbia, pensa o Senhor Presidente que Portugal poderá desempenhar um papel de medianoiro com vista a que seja encontrada uma solução justa e pacífica para esse conflito?*

Portugal não está vocacionado nem tem meios para poder exercer uma função de medianoiro. Não o fará, portanto, também neste caso. O que Portugal pode e deve fazer é contribuir para a melhor compreensão internacional dos condicionalismos dessa área de tensão estando, por via da posição que tem sobre este assunto, disposto a colaborar num esforço conjunto que leve à concretização de uma solução justa e pacífica.

#### **«Espírito de Bissau» foi uma «porta aberta»**

*O encontro de Junho de 78, na capital guineense, entre o senhor Presidente e o então Presidente da República Popular de Angola, dr. Agostinho Neto, de que resultou o chamado «espírito de Bissau», foi interpretado como um ponto final no contencioso entre os dois países e uma «porta aberta» para uma ampla cooperação, que o Senhor Presidente qualificou de «possível, necessária e conveniente». Três anos mais tarde, considera que esse «espírito de Bissau» acabou por ter uma tradução nos factos equivalente às esperanças suscitadas? Ou, pelo contrário, pensa não ter tido correspondência a essa expectativa?*





Eanes em Moçambique: «... os resultados obtidos foram positivos e constituem mesmo um passo de grande importância para superar algumas incompreensões do passado».

Como «porta aberta» no domínio político, não tenho qualquer dúvida em considerar que se deram os passos necessários que estavam implícitos no «espírito de Bissau». E essa foi a responsabilidade maior que se assumiu nessa longa troca de pontos de vista realizada já há quatro anos. Mas não se fez tudo o que se poderia fazer no domínio da cooperação económica, técnica e cultural, essencialmente porque a falta de meios financeiros e de organizações vocacionadas para esse fim constituíram obstáculos poderosos. Apesar de tudo, é sintomático que tenham sido as iniciativas privadas nacionais quem mais rapidamente soube entender a oportunidade constituída pelo nosso melhor entendimento político, assim conseguindo contornar obstáculos que não estavam a ser removidos com suficiente rapidez.

*Após esse encontro, manteve mais algum contacto com o falecido Presidente Neto?*

Não, não me tornei a encontrar com o Presidente

Neto. Mas isso não impediu que não mantivéssemos contactos regulares por outras vias, como normalmente acontece.

*Na sequência do 14 de Novembro de 1980 na Guiné-Bissau, movimento que levou à destituição do então Presidente Luis Cabral, as relações entre a República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau têm-se pautado por uma certa animosidade. Dadas as boas relações que o nosso país mantém com os dois países, pensa o senhor Presidente da República que Portugal poderá vir a desempenhar um papel importante no esforço de aproximação entre os Governos da Praia e de Bissau?*

Portugal não interfere, nem interferirá, nas relações que se estabelecem entre países soberanos. E por maioria de razão assim fará quando a especificidade histórica das relações entre os dois povos aconselham a não pretender impôr qualquer modelo pré-concebido nem qualquer visão exterior às realidades da região.





Junho 1978. Encontro entre os presidentes Ramalho Eanes e dr. Agostinho Neto. O «espírito de Bissau» foi considerado uma «porta aberta» no domínio político na relação entre os dois Estados.

### As divergências com a maioria governamental

*Sendo a orientação e a execução da política externa portuguesa da competência do Governo, mas cabendo ao Presidente da República — como representante máximo de Portugal — um decisivo papel nesse âmbito, crê que algumas eventuais divergências entre a actual maioria governamental e o Presidente da República no que diz respeito a essa política terão prejudicado o estreitamento de relações com alguns países africanos, nomeadamente os de expressão oficial portuguesa?*

Penso que não, pois os responsáveis políticos pelos outros Estados conhecem perfeitamente as nossas particularidades e sabem avaliar o valor real das posições expressas, designadamente em termos dos interesses de longo prazo.

*Após a sua recente visita à República Popular de Moçambique a Imprensa portuguesa começou a falar cada vez com mais insistência na possibilidade de virem a ser implementados, em alguns países africanos, projectos de desenvolvimento que contariam com o apoio técnico e financeiro de Portugal e da França. Pouco tempo passado sobre o surgimento desses ru-*

*mores o Presidente francês, François Mitterrand, visitava Lisboa. O que há de concreto sobre o assunto? Crê, por outro lado, que esse tipo de cooperação entre nações industrializadas e do Terceiro Mundo poderá contribuir para um novo e melhor relacionamento entre o Norte e o Sul?*

Penso que a parte importante da sua pergunta é a última, isto é, a necessidade imperativa que a Europa tem de estabelecer formas de cooperação económica intensa com os países africanos. A partir do reconhecimento desta necessidade, que se tornou clara na passagem da década de 70 para a década de 80, há variadas oportunidades de cooperação entre diversos países europeus e os países africanos, numa relação que se torna naturalmente mais estreita em função dos conhecimentos respectivos que cada país tem nas diferentes zonas.

### Timor-Leste: redefinir novas modalidades de acção

*A questão de Timor-Leste — na qual Portugal tem grandes e graves responsabilidades — continua a ser tema obrigatório nos grandes aréopagos internacionais, nomeadamente na ONU. Alguma Imprensa portuguesa chegou a noticiar que o actual governo teria mesmo endossado o «dossier» à Presidência da República, reconhecendo assim implícita e explicitamente a sua impotência para prosseguir diligências que levassem à solução do problema. Posteriormente, o próprio Conselho da Revolução teria, igualmente, abordado o assunto. Que iniciativas pensa o Presidente da República que poderiam vir a ser tomadas, nesse sentido, por Portugal? Não acha que, a manter-se a actual situação de impasse, o reconhecimento pelas instâncias internacionais da anexação de facto de Timor-Leste pela Indonésia, dada a actual relação de forças no seio da Assembleia das Nações Unidas (vide as mais recentes votações sobre a matéria), é de prever e de temer?*

O impasse em que se caiu, obriga a proceder a um reexame exaustivo da situação. Para isso se compilam e analisam criticamente todos os elementos disponíveis e se procuram outros necessários ou convenientes para a caracterização correcta da situação. Caracterizada esta, haverá que proceder à definição do quadro de possibilidades oferecidas. Uma vez construído este quadro de possibilidades, serão estudadas as modalidades de acção que apresentem maior viabilidade, designadamente em termos de existência dos instrumentos necessários para a sua realização.

Será este o conjunto de elementos de apreciação que será apresentado ao Conselho da Revolução para aprovação genérica e, depois, discutido com o Governo, sendo então apresentado também aos partidos que não fazem parte do Governo. Será sobre os resultados de todas estas fases que, por fim, se fundamentará a escolha final das modalidades de acção. □



Tunísia

## A polémica sobre a redemocratização

*O governo Bourguiba prometeu uma abertura política que acabou por frustrar todos os partidos da oposição. Mas são poucos os que têm um projecto claro para derrotar o regime no poder há 25 anos*

Alberto B. Mariani

A operação «abertura» foi desencadeada na Tunísia por uma frase do presidente Bourguiba, pronunciada no dia 18 de Abril de 1981, durante o último congresso do PSD — Partido Socialista Desturiano. Bourguiba declarou na ocasião que «a evolução da sociedade tunisina fazia com que não se vissem inconvenientes no surgimento de outras formações políticas além do PSD». Esta decisão levou, em Novembro último, às primeiras consultas legislativas de carácter pluralista da história da Tunísia independente. Mas até hoje pairam entre as oposições políticas sérias dúvidas sobre as verdadeiras intenções do poder situacionista.

Porquê, então, essa «abertura» — pergunta a oposição — e qual a razão por que, depois do governo ter orientado e autorizado o multipartidarismo e o pluralismo das candidaturas, ele faz tudo para impedi-la e reduzi-la a nada?

Será que ele considerava a democracia como uma «verdade adquirida», ou será que ficou constrangido por causa de circunstâncias independentes da sua vontade?

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Beji Caid Essebsi, respondeu-nos a essa pergunta sim-

plesmente dizendo: «Eu não posso responder ... Terminei os meus estudos de filosofia há mais de 35 anos ... » Essa pareceu-nos também a opinião de outros responsáveis pelo aparelho governamental.

Para estes últimos, os resultados das eleições falam por si: os 94,6% dos votos e os 136 lugares (a totalidade) conquistados na Câmara dos Deputados pela Frente Nacional (PSD + UGTT + UNFT + Utica +

UNA \*), comparados aos 3,28% dos votos ganhos pelo MDS (Movimento dos Democratas Socialistas), aos 0,78% do PCT (Partido Comunista Tunisino) e aos 0,81% do MUP (Movimento de Unidade Popular), não são senão a prova «da grande maturidade do povo tunisino, do seu engajamento ao bourguibismo e da sua firme vontade em continuar o processo democrático desencadeado pelo próprio Combatente Supremo». (Este é o nome dado a Bourguiba pelos seus seguidores.)

### O medo do governo

A análise desses resultados pelos oposicionistas é inteiramente outra.

Efectivamente, segundo a opinião deles, «essa unanimidade de sufrágios atribuídos à Frente Nacional foi só uma nova farsa ... »

«O regime — sublinha o líder dos democratas socialistas, Ahmed Mistiri — teve mais uma vez medo da sua própria sombra ... »

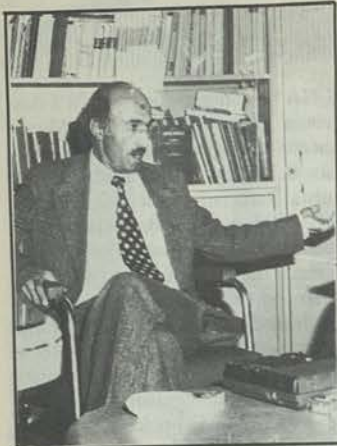
«Pressionado pelo crescimento do integrismo religioso, ele pensou

\* Coligação de partidos conservadores mais a central sindical.



Ahmed Mistiri





Tijani Harscha



Salah Eddine Jourchi

salvar o salvável, associando-nos a um processo democrático que, caso fracassasse, deveria ter bloqueado qualquer tipo de aventureirismo ... depois, temendo o fim dos seus privilégios, ele perdeu a cabeça ... Bourguiba fechou os olhos à atitude dos «barões» do regime em relação a esse processo ... e os militantes do PSD fizeram o resto...

«Eles fecharam postos de votação, expulsaram os presidentes de mesa que não aceitavam a sua intromissão e manipulação das urnas, ameaçaram os candidatos e o corpo eleitoral e, em diversos casos, agrediram e feriram numerosos opositores. Assim, obtiveram aquilo que se chama de «esmagada

dora vitória» da Frente Nacional.»

Deve-se ou não aceitar os resultados dessa eleição? Para Mohammed Harmel, secretário-geral do Partido Comunista Tunisino, a resposta é simples:

«De que adianta — sublinha ele — contestar esses resultados? Todo mundo sabe que eles são falsos. Mas, o que fazer? Nós nunca esperamos conseguir lugares no parlamento... mas, mesmo assim, participamos nas eleições. Para nós elas foram uma ótima ocasião de nos conhecermos e, principalmente, de saber quantos somos... O resto não nos interessa. Podemos, assim, falar e divulgar os nossos programas. Isso era o mais importante.»

Quase a mesma opinião tem o secretário-geral do Movimento de Unidade Popular, Mohammed Ban Adj Amor. «Pessoalmente — disse-nos — considero essas eleições nulas, mas não estou absolutamente surpreendido com o que aconteceu. Desde o primeiro dia, quando decidimos participar nessa encenação, sabíamos que o regime se iria comportar dessa maneira. Quem poderia acreditar que o «lobo», mesmo camuflado com pele de cordeiro, se teria tornado mais dócil? Nós nunca acreditamos nisso. O lobo continua lobo... e não há nada a fazer.

«Entramos no jogo sabendo disso. Fizemos a nossa campanha eleitoral, fizemo-nos conhecidos, alargamos as nossas redes de contactos e, principalmente, permitimos aos nossos militantes espalharem as nossas idéias. Isso é um saldo positivo. Quanto ao resto... cabe ao povo julgar.»

#### A opinião do regime

Os homens do regime respondem a essas pesadas acusações com um simples encolher de ombros. Eles reconhecem, claro, que houve pequenas irregularidades, pequenos enfrentamentos, incidentes comparáveis aos registados em todos os países do mundo, mas nunca aquilo que erradamente é chamado de *complot* «contra a democratização».

«Não houve nenhum *complot*»,



Hama Hammani



Bechir Essid

afirmou Dris Guiga, ministro do Interior. «Muito pelo contrário, o processo de escrutínio demonstrou que os tunisinos fizeram bom uso da democracia. Houve pequenos incidentes causados por alguns saudosistas do partido único, mas a etapa eleitoral foi ultrapassada com sucesso».

Ora, deve-se acreditar que a sabotagem sistemática da experiência democrática e as graves irregularidades que surgiram no decurso das eleições legislativas são simplesmente obra de uma minoria saudosista do antigo regime, ou será que se deve deduzir — como pretende a oposição — que o próprio regime já tinha concebido e desejado essa en-



cenação? De qualquer maneira, não há dúvidas de que a ruptura entre o sistema de valores afirmados pelo regime e a sua prática política real só poderão favorecer, a longo prazo, uma radicalização da batalha política na Tunísia, desvantajosa tanto para o regime na situação como para os partidos políticos moderados que aceitaram «entrar no jogo» do poder nessa ocasião.

Tijani Harcha, antigo companheiro de Ben Salah e líder da facção do Movimento de Unidade Popular que não aceitou participar nas eleições, é definitivo a esse respeito:

«Essa política de fim de reinado lembra estranhamente, para nós tunisinos, a das autoridades coloniais no decorrer dos últimos anos do protectorado. O regime do protectorado ontem não acreditava na independência mais do que o regime tunisino acredita hoje na democracia. Mas, hoje como ontem, as mudanças da nossa sociedade e as aspirações do nosso povo impuseram definitivamente a transformação global e radical que o poder continua a recusar-nos.»

Qual será, portanto, o futuro da Tunísia? E, principalmente, qual o caminho a ser tomado? As oposições, legais e ilegais, ao regime de Bourguiba concordam num ponto:

«O regime desturiano não sobreviverá ao desaparecimento do chefe-de-Estado». «É inevitável», sublinha Béchir Essid, chefe do Agrupamento Nacionalista Árabe, que o regime seja enterrado com o seu fundador. O contrário seria para mim uma grande surpresa.»

Salah Eddine Jourchi, um dos líderes dos muçulmanos progressistas pensa, ao contrário, que «a verdadeira mudança se operará, inevitavelmente, com ou sem a presença de Habib Bourguiba, a partir de uma tomada de consciência islâmica e progressista do povo tunisino». Para Salah Zguidi, secretário-geral da Federação dos Trabalhadores de Bancos e Seguros e membro da comissão administrativa da UGTT\*, a

\* União Geral dos Trabalhadores Tunisinos.



Mohammed Ben Adj Amor

mudança já está a acontecer:

«Não é a que foi anunciada pelo regime — esclareceu — mas aquela que os operários e os camponeses começaram a cultivar há muito tempo. As massas exploradas não esqueceram a greve geral e os fuzi-

## Nova fase nas negociações líbio-tunisinas

A viagem oficial de quatro dias que o dirigente líbio, Muammar Kadhafi, efectuou à Tunísia, assinala, segundo os observadores, uma importante viragem nas relações entre os dois países vizinhos, depois do fracasso da projectada união de 1974 e das acusações que Tunes fez contra Trípoli em Janeiro de 1980 por altura dos sangrentos acontecimentos de Gafsa, atribuídos pelos tunisinos a uma acção de comandos líbios.

O dirigente líbio avistou-se não só com o chefe de Estado tunisino, Bourguiba, mas também com outros dirigentes locais, nomeadamente o primeiro-ministro Mohammed Mzali, e com sectores organizados da população, como o movimento juvenil do «Destour».

Uma vez mais, foi visível o desejo do dirigente líbio de alargar a cooperação bilateral a níveis muito semelhantes aos de uma fusão, mas, desta vez, a sua abordagem foi cautelosa, pois, em conversa com os jovens «destourianos», concordou em que uma eventual execução dos «acordos de Djerba» devia ser realizada por fases.

Foram assinados vários acordos de cooperação «mútua e frutuosa» supondo-se que a Líbia aceitou conceder considerável assistência ao governo tunisino para os vultuosos investimentos previstos no seu

ambicioso plano quinquenal. Além disso, reactivaram-se os acordos nunca concretizados, subscritos em 1972, sobre a construção de vias férreas e rodovias entre a cidade tunisina de Gabes e a capital líbia, Trípoli, assim como a criação de uma empresa pesqueira. Supõe-se que a «nova era» inaugurada nas relações entre os dois países permita que líbios e tunisinos possam explorar em conjunto os recursos do Golfo de Gabes, cuja plataforma continental é rica em petróleo e recursos pesqueiros e sobre o qual tem persistido um duradouro litígio entre Tunes e Trípoli. Pormenor, interessante: por altura da visita de Kadhafi à Tunísia, esse litígio foi arbitrado pelo Tribunal Internacional de Haia, que deu razão às pretensões líbias.

Segundo consta, ao tomar conhecimento da decisão, Kadhafi teria dado a entender que a decisão do tribunal da Haia se não iria sobrepor aos interesses de uma cooperação bilateral na exploração da zona até agora em litígio.

A visita do dirigente líbio permitiu também regularizar a situação dos 60 mil cidadãos tunisinos que trabalham na Líbia.



lamentos de 26 de Janeiro de 1978. Desta vez, elas não se deixarão mais reprimir.»

O discurso de Hamma Hammani, representante do movimento marxista-leninista *El Amel Tounsi* — «O Trabalhador Tunisino» — segue mais ou menos a mesma linha. Utilizando fórmulas tais como «luta de classes», «ditadura do proletariado», «partido guia» etc., ele confirma que «a mudança que o povo tanto espera só se fará através de novas crises e de novos dramas. Eu não acredito numa mudança global a curto prazo. Muitos obstáculos se interpõem à nossa vitória final: os capitalistas estrangeiros, o jogo das alianças, as máfias locais; mas, mesmo assim, conseguiremos ganhar. Estamos no caminho da História.»

Opinião totalmente contrária a este último, têm os temidos *khouendjias* ou *khouen muslims*

(irmãos muçulmanos), cujos líderes Abdel Fattah Mourou, Ghodbani e Ghanouchi foram presos recentemente.

### Os temidos muçulmanos

«A verdadeira alternativa ao actual regime somos nós» — disse-nos um dos mais próximos colaboradores do advogado Mourou, no momento procurado pela polícia. «É o Movimento da Tendência Islâmica... É o regresso às origens; é a profunda convicção de que não há nada de bom para o nosso povo que não seja a tradição religiosa, cultural, económica, política e social do Islão. Para o povo árabe e muçulmano, não há outra alternativa. Somos o que somos e é nosso dever sermos dignos. O que foi que ganhámos ao distanciarmo-nos dos nossos terrenos culturais passados.

das nossas origens? Nada! Tornámo-nos, muito simplesmente, papagaios úteis que arrumam para vocês os hotéis onde vocês, estrangeiros, podem passar ótimas férias; papagaios que se deixam explorar nas vossas efémeras indústrias de supérfluos e que fazem os trabalhos mais sujos da tecnologia de vocês; que aceitam passivamente o desmantelamento da agricultura tradicional e de uma produção industrial em função dos mercados externos; papagaios que devem continuar a repetir sem parar a lição que vocês nos deram: o Ocidente é a civilização e o Oriente, a barbárie! É por essa razão que nós vamos ganhar. Bourguiba vivo ou Bourguiba enterado, nós ganharemos a partida. Estamos infiltrados em toda a parte e prontos a agir. Julguem vocês mesmos: o nosso jornal clandestino *Al Mojama* (A Sociedade), até há pouco tempo atrás era impresso na imprensa do Estado...» □



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

Empresa Distribuidora Livreira  
Caixa Postal 1245  
Luanda — República Popular de Angola



### O apoio à solução negociada

*Partidos e movimentos políticos de todo o continente americano reúnem-se em Lima para exigir que a administração Reagan e a Junta salvadorenha ponham termo ao genocídio em El Salvador*

Neiva Moreira

**E**M Lima, na Conferência pela Paz, pelos Direitos Humanos e pela Autodeterminação do Povo Salvadorenho ficou patente que cada vez mais o problema de El Salvador se converte em uma causa americana. E dizemos americana e não apenas latino-americana pois, de outra maneira, seria desconhecer ou menosprezar o crescente apoio que os combatentes salvadorenhos estão a encontrar nos Estados Unidos e no Canadá, sem falar nos países de idioma inglês de todo o continente, principalmente das Caraíbas.

A delegação norte-americana era integrada por um grupo numeroso de personalidades e uma delas, o reverendo Robert Drinnan, até há pouco congressista, representante de Massachussets pelo Partido Democrata, disse que o menos que podia fazer, naquele momento, era pedir perdão aos salvadorenhos pelo que está a fazer no seu país o governo norte-americano.

#### Bianca Jagger

Embora nicaraguense de nascimento, Bianca Jagger, internacionalmente conhecida não apenas pelo seu casamento com Mick Jagger, principal figura do conjunto inglês de rock, os Rolling Stones, mas pela sua militância em favor dos refugiados, estava incorporada na delegação dos Estados Unidos. Foi verdadeiramente impressionante o



Carlos Andrés Pérez

seu depoimento sobre a repressão da soldadesca salvadorenha, em território hondurenho, contra os refugiados da guerra que se asilam nas Honduras.

«Estou profundamente preocupada — disse Bianca — pelo facto de termos sido testemunhas das primeiras medidas que levaram à regionalização da guerra de El Salvador.

«Como pude ver, as forças armadas de El Salvador e Honduras já ignoram as fronteiras internacionais entre os dois países.

Mais ainda: a militarização das Honduras pelos Estados Unidos é demonstrada pelos crescentes embarques de armas, pelo treinamento, os conselheiros e as manobras conjuntas. Tudo indica que será activa a participação das Honduras tanto no presente conflito como em outros de maior alcance, que se possam dar no futuro.

«Temo — concluiu Bianca Jagger — que assim como a guerra do Vietname acabou por se estender a toda a Indochina, o conflito salvadorenho acabe por envolver toda a América Central».

#### Os pontos fundamentais

De um modo geral, as discussões, que duraram dois intensos dias, centraram-se em alguns pontos fundamentais, como sejam: a urgência de uma solução negociada, que termine com a «enorme matança», no dizer do presidente da Conferência, o ex-chefe de Estado venezuelano Carlos Andrés Pérez; que o governo Reagan cesse a sua intervenção no conflito, responsável pelo prolongamento da guerra e os sofrimentos do povo; que o apoio a El Salvador, por parte dos povos latino-americanos e todas as nações, entidades e pessoas amantes da Paz e da Justiça, em todo o mundo, se amplie e se exerça de todas as formas que realmente contribuam para a vitória da democracia naquele país.





Fernando Cardenal

Esses pontos de vista foram compartilhados por todos, sem que as divergências ideológicas e os posicionamentos políticos bloqueassem a solidariedade. «A hora é das grandes alianças populares em defesa dos direitos humanos e das transformações sociais», disse o padre Juan Vives, da Venezuela. Vives chamou a atenção de que — ao contrário do que o governo de Reagan insiste em declarar — em El Salvador como em toda a América Latina, «não é o comunismo que enfrentamos, antes a intolerável injustiça social».

Este, aliás, foi um dos temas centrais da discussão, em torno do qual se estabeleceram amplas coincidências. O empenho propagandístico do governo Reagan, procurando



Peña Gomez, a presença dominicana

situar a luta de El Salvador no contexto da confrontação Leste-Oeste foi frontalmente contestado. O delegado colombiano, Pérez Carrizosa apresentou ao plenário um trabalho brilhante, chamando a atenção dos presentes para o que está por detrás do apoio militar norte-americano à Junta de El Salvador. Lembrou esse político liberal, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da Colômbia — que não pode sequer ser acusado de «radical» — o que se passou na Guatemala: deposto o governo progressista do coronel Jacobo Arbenz, em nome da luta anticomunista, logo no dia seguinte, as terras que haviam sido expropriadas às transnacionais norte-americanas eram devolvidas às grandes corporações, em prejuízo dos camponeses e proprietários nacionais que as haviam recebido.

Os salvadorenhos, insistiu Carrizosa, tudo fizeram para que fossem respeitados os seus direitos democráticos. Só optaram pela guerra quando já não havia mais que fazer. «A luta armada que sustentam actualmente as forças populares salvadoreñas constitui o último recurso de uma nação, quando lhe estão fechadas todas as vias de conciliação e entendimento para reivindicar a justiça contra a opressão», assinou.

Mais explícito ainda foi o ex-presidente Carlos Andrés Pérez: «Quando se fecham as vias pacíficas ao povo, é legítimo o seu direito à rebelião», acentuando que essa opção é reconhecida inclusive pela Carta dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

### O genocídio

Os dados sobre o genocídio em El Salvador, que as agências transnacionais de notícias escondem ou desvirtuam, causaram um forte impacto naquela Assembleia. O secretário-geral da Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos, embaixador Horacio Sevilla Borja, do Equador, fez um relatório dramático do que se passa naquele país centro-americano.

De uma população de cinco mi-

lhões de habitantes, há, actualmente, 650 mil pessoas fora dos seus lares, o que equivaleria, proporcionalmente, a 30 milhões de pessoas nos Estados Unidos e mais de quinze milhões no Brasil. Mais de 32 mil mortos em dois anos, correspondendo, comparativamente, a cerca de 1,5 milhão de norte-americanos e a mais de 700 mil brasileiros.

«Seria inconcebível assistirmos impassíveis a essa matança, sobretudo quando se sabe que os salvadorenhos estão a lutar, não apenas pelos seus direitos, mas também por todos nós», declarou o presidente do Partido Democrático Trabalhista do Brasil, engenheiro Leonel Brizola.

### A farsa eleitoral

Há um consenso generalizado de que é urgente um cessar-fogo em El Salvador e que sejam abertas negociações sérias na busca de uma paz definitiva. A chamada «solução eleitoral» é uma farsa que só os porta-vozes de Washington e os «gorilas» da junta militar de El Salvador defendem. Como fazer eleições num país em guerra, com uma considerável área do seu território fora do controlo do grupo no poder e acções armadas em quase todo o território nacional?

A denúncia dessa farsa foi unânime na Conferência. Do ex-ministro do Trabalho do Equador, Juan Isaac Lovato, ao padre Fernando Cardenal, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, todos, sem excepção, negaram autenticidade a essas «eleições». «Temos nesse campo uma experiência de mais de 50 anos» — disse Cardenal. «De eleições que sempre eram ganhas por uma família, a de Somoza. Eleições que eram meras farsas para homologar o domínio da oligarquia.»

### Uma paz negociada

Parece utópico, numa guerra como a de El Salvador, falar em paz negociada. Mas quem a reclama são os próprios combatentes, seguros de que serão vitoriosos, mas preocupa-



## Frente comum

**A** Conferência de Lima possibilitou um facto importante na política interna do Peru: o Partido Aprista Peruano, os partidos de esquerda e os grupos independentes actuaram numa frente comum em apoio à luta do povo de El Salvador. Estavam reunidos o presidente do Partido Aprista, Villanueva del Campo; Alfonso Barrantes, presidente da Izquierda Unida; general Leónidas Rodríguez, presidente do Partido Socialista Revolucionário; Juan Lituma, presidente da Democracia Cristã; o secretário-geral do Partido Comunista, Jorge del Prado; vários parlamentares desses partidos e também da Acção Popular (governo), além de personalidades independentes como Lucia de Pavletich, presidente do Comité de Solidariedade com os povos da América Latina e Caraíbas, o ex-presidente Bustamante y Rivero, o cardeal Juan Landázuri Ricketts, o bispo Luis Bamba-rén e o teólogo Gustavo Gutiérrez.

Os partidos e forças populares estiveram representados no grande acto de massas com o qual culminou a Conferência.

Os participantes da Conferência foram: Roberto Simes e Marcelo Galino, do Partido Socialista Popular da Argentina; Siles Suazo, presidente eleito da Bolívia, principal dirigente do Movimiento Nacionalista Revolucionario de Izquierda (MNRI) e Jaime Paz Zamora, vice-presidente eleito, do Movimiento de Iz-

quierda Revolucionaria; pelo Brasil: Leonel Brizola, presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT); Neiva Moreira, director de *cadernos do terceiro mundo*, prof. Bayard Boiteux, presidente do Comité pró-Salvador e Marcos Cavalcante, presidente da União de Estudantes do Estado do Rio; Canadá: padre Patrick Donovan, representante da Conferência Nacional dos Bispos; Chile: Anselmo Sule, coordenador da Unidad de la Izquierda Chilena e delegação; Equador: pintor Oswaldo Guayasamin e outras personalidades; Honduras: prof. Jorge Arturo Reyna, da Aliança Liberal Popular; México: Ricardo Valero, sub-secretário de relações internacionais do PRI e deputado Alfonso Zegbe Sanen, secretário executivo da Conferência Permanente de Partidos da América Latina (COPPAL); Nicarágua: comandante Dora María Telez, padre Fernando Cardenal e outros dirigentes sandinistas; Panamá: Gerardo González, secretário-geral do Partido Revolucionário Democrático, no governo, e o ministro da Justiça, Jorge Ritter; Porto Rico: Rubén Berrios, do Partido Independentista, e Rafael Anglada, do Partido Socialista; República Dominicana: José Francisco Peña Gómez, presidente do Partido Revolucionário Democrático (governo); Quebec: Michel Leduc e Michael Boubien, do Partido Quebecois; e Uruguai: Juan Ferreira Aldunate, pela Convergência Democrática. □

dos com o custo humano e social da luta.

Guillermo Manuel Ungo, presidente da Frente Democrática Revolucionária, foi o porta-voz autorizado dos seus companheiros de armas. Ungo disse, na sua intervenção, que a etapa actual da guerra é muito favorável aos revolucionários, que estão a lutar hoje para ampliar nacionalmente as áreas locais sobre as quais já exercem um domínio total. Chamou a atenção para o facto de o exército salvadorenho estar em processo de desmoralização, o que explica a sua progressiva substituição pelos norte-americanos. Mais de 10% dos oficiais em comando são norte-

-americanos e 1600 militares de El Salvador recebem preparação nos Estados Unidos.

O líder salvadorenho foi claro e objectivo: «Demonstrámos o nosso interesse, disposição e vontade de procurar conversações de paz para estabelecer o diálogo e negociações que conduzam a uma solução política integral, democrática, justa e verdadeira». E assinalou: «Esta não é uma posição de debilidade; pelo contrário, baseia-se na nossa força e nos nossos avanços político-militares. Com responsabilidade humana e política, estamos dispostos a uma solução pacífica negociada».

Porque razão, então, a Junta de El Salvador não aceita essa proposta?

A resposta é simples: sabe que já perdeu a guerra e que, negociando, também perderia a paz. Assim, joga na continuidade do conflito para dar ensejo a uma intervenção directa dos Estados Unidos, mesmo à custa da internacionalização da guerra.

De Lima, a Conferência fez um apelo aos amantes da Paz e da Justiça em todo o mundo, principalmente na América, para que se mobilizem a todos os níveis, de forma a forçar os belicistas de Washington e os títeres de El Salvador a que depõem as armas, cessem o genocídio e abram, sem demora, entendimentos a favor de uma paz justa e democrática. □

cadernos do  
**terceiro  
mundo**

Assinaturas: Portugal — anual (12 números) esc. 500\$00; semestral (6 números) esc. 300\$00. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S Tomé e Príncipe (12 números, via aérea) US\$18.

Restantes países (12 números, via aérea) US\$22.

Calçada do Combro, 10-1.º, 1200 Lisboa Tel. 320650



O 1.º VOLUME À VENDA NAS LIVRARIAS



COLEÇÃO SAÚDE

uma nova coleção para quem  
se preocupa com a saúde: você  
próprio, o seu médico, enfermeiros...

Uma iniciativa de Publicações  
Europa-América

cada volume oferece a garantia de  
ser escrito por um grande especialista  
suíço

Professor FRANÇOIS REUBI

# A HIPERTENSÃO ARTERIAL



PRÓXIMOS VOLUMES

PROBLEMAS CIRCULATÓRIOS E ARTERIOSCLEROSE

ENFARTE DO MIOCÁRDIO

DOENÇAS ALÉRGICAS



**PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA**

APARTADO 8 - 2726 MEM MARTINS CODEX



# As provas da conspiração somozista

*Um acidente aéreo, ocorrido no final de Dezembro, nas Honduras, forneceu mais um dado para desvendar a rede de espionagem e conspirações montada por militares hondurenhos e ex-agentes do regime de Somoza. Este artigo mostra como está a ser preparada a invasão da Nicarágua por mercenários e elementos contra-revolucionários*

Roberto Bardini

**A** 14 de Dezembro de 1981, telegrama das agências *Prensa Latina e Ansa* emitidos de São José, Costa Rica, informavam que «dois aviões desconhecidos sobrevoaram nas últimas horas comunidades hondurenhas, onde deixaram cair vários volumes supostamente com armas». Os despachos telegráficos acrescentavam que «o material foi lançado pelas aeronaves nas localidades de Las Balitas, Santa Maria e San Marcos de Colón, no distrito de Choluteca» e que o jornal hondurenho *Tiempo* se havia pronunciado pela realização de uma «exaustiva investigação» das violações da soberania hondurenha por parte das tropas da Junta Militar Democrata-Cristã de El Salvador.

Neste caso, apesar das boas intenções do diário *Tiempo*, era pouco provável que os misteriosos voos nocturnos estivessem ligados às actividades do exército salvadoreño nas Honduras, que, de facto, são muitas e graves. Pela localização da zona sobrevoada — muito perto da fronteira da Nicarágua — teria mais credibilidade a especulação de que os aviões tinham deixado cair armas destinadas aos ex-guardas nacionais

nicaraguenses «refugiados» ao sul das Honduras, onde se treinam em vários campos militares e que permanentemente fazem incursões ao território vizinho.

Poucos dias mais tarde, nas vésperas do Ano Novo, aconteceu um episódio ligado a um acidente aéreo que, de certo modo, confirmava esta versão.

## 1982: mau começo para Mr. Steadman Fagot Muller

O líder *misquito\** nicaraguense Steadman Fagot Muller, chefe de uma das bases somozistas que operam nas Honduras, e sua esposa Digna Rivera não puderam festejar a chegada do Ano Novo como tradicionalmente: ambos estavam feridos — ele numa perna — e internados no Hospital-Escola de Tegucigalpa. Na tarde do dia 28 de Dezembro o casal achava-se a bordo do avião militar número 313 *Douglas C-47* da Força Aérea Hondurenha (FAH) que explodiu no ar quando tentava descolar do aeroporto de Puerto Lempira,

\* Grupo étnico que se localiza na costa atlântica do istmo centro-americano.



Fagot Muller

distrito de Gracias a Dios, a noroeste do país, limítrofe com a Nicarágua. No acidente morreram cinco pessoas — entre elas, três militares hondurenhos — e outras 25 ficaram feridas gravemente, inclusive 14 soldados e o recentemente promovido major Leonel Luque Jiménez, comandante do Batalhão de Engenharia sediado em Puerto Lempira.

Afirmava-se que Steadman Fagot Muller vangloriava-se de ser um *lucky man*, um homem de sorte. Muitos episódios da sua vida agitada — inclusive o do acidente aéreo — confirmavam essa definição.

Quando, em 1979, se deu na Nicarágua a vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional, Fagot Muller foi detido sob suspeita de ter colaborado com o regime de Anastasio Somoza, mas conseguiu ser libertado por falta de provas. Fugiu imediatamente para as Honduras acompanhado por três mil índios pertencentes ao *Movimento Misquitos, Ramas e Sumos* da costa atlântica (conhecidos como *misurasatas*) aos quais prometera uma «vida melhor fora do comunismo», voando em seguida para Miami para proclamar aos quatro ventos que, de facto, fora agente somozista sob o nome de Saúl Torres. Depois de anunciar que iniciava a guerra contra o «sandino-comunismo», regressou às Honduras e estabeleceu-se na área *misquita* do departamento de



Gracias a Dios, onde se dedicou a preparar os *misurasatas* para a contra-revolução.

A sua sorte acompanhou-o quando estabeleceu uma sólida amizade com o comandante militar da área, o então capitão Leonel Luque Jiménez, comandante do Batalhão de Engenharia de Puerto Lempira. Fagot Muller e Luque Jiménez reconheceram-se rapidamente como dois «homens de acção», ardorosamente anticomunistas, e unidos pelo ódio comum votado aos sandinistas. Durante anos, ambos canalizaram esse ódio através de actividades contra-revolucionárias que foram desde a organização de incursões armadas, à repressão aos nativos da zona e à instalação de uma emissora de rádio clandestina. Luque Jiménez dizia que a sua promoção a major era devida, na realidade, a Fagot Muller que, com a sua chegada, tinha-lhe dado a oportunidade de «mostrar que era macho» aos chefes de Tegucigalpa.

#### «Operação Escudo»

No início do ano passado, o Jornal *Nuevo Diario* de Manágua denunciou um vasto plano contra-revolucionário dirigido a partir de Miami: a «Operação Orión», que incluía o envio para El Salvador de 700 ex-guardas nacionais «refugiados» nas Honduras, seguida de uma «Operação Escudo», que visava a instalação de uma potente rádio-emissora de 20 mil kw em Meanguera ou Puerto Lempira, em território hondurenho.

Posteriormente, em princípios de Maio, o Comité Hondurenho de Paz e Amizade com a Nicarágua (COHPAN) enviou uma carta ao então presidente, general Policarpo Paz García, denunciando que a empresa estatal de telecomunicações (Hondutel), dirigida pelos militares, havia colaborado com os ex-guardas nacionais na instalação de uma emissora clandestina localizada a dez quilómetros de Tegucigalpa, num local chamado El Tizatillo, na estrada para Choloteca em direcção ao sul. A denúncia acrescentava que trabalhavam em postos-chaves da Hondutel perto de dez somozistas e

que o equipamento de rádio tinha sido trazido de Miami pelo ex-coronel da Guarda Nacional Carlos Rodríguez, que na época de Anastacio Somoza fora chefe do grupo paramilitar Serviço Anticomunista (SAC).

Próximo da mesma data, o Comité Hondurenho de Paz e Amizade com a Nicarágua tornou pública a presença de 900 nicaraguenses contra-revolucionários nas cercanias de Puerto Lempira e de Mosquitia. Também indicava a existência de três locais onde constantemente aterravam aviões militares da Força Aérea Hondurenha (FAH) com víveres e armas, e que os somozistas faziam cordões de segurança para que os habitantes da região não se aproximassem. Finalmente, a denúncia do COHPAN assinalava que os «sapos» — como são conhecidos pejorativamente os anti-sandinistas — «montaram uma emissora que trabalhava com o código Lima-Lima-Japão», iniciais do seu principal operador: o capitão Leonel Luque Jiménez.

#### Contacto em Warunta

Em Agosto passado, habitantes de Puerto Lempira informaram em Tegucigalpa que cerca de 15 professores haviam ameaçado retirar-se da região e que mais de mil crianças hondurensas da etnia misquita poderiam ficar sem concluir o seu ano escolar se não fossem expulsos da região os misquitos nicaraguenses contra-revolucionários. Segundo os informadores, os professores eram constantemente hostilizados e ameaçados de morte pelos dirigentes do Movimento Misquitos, Sumos e Ramas, por denunciarem as suas actividades conspirativas. Os professores relataram essa situação ao chefe militar da região — Leonel Luque Jiménez — mas não tiveram nenhuma resposta.

Posteriormente, dois professores que prestavam serviço na região, Manuel Rodríguez e Carlos Ramírez confirmaram que 900 homens eram treinados num acampamento situado no morro de Warunta e esclareceram que os treinamentos milita-

res eram dirigidos por 14 ex-instrutores da extinta Escola de Treinamento Básico de Infantaria (EEBI) e por outros enviados pelos governos do Chile e da Argentina. Os professores assinalaram a cumplicidade do capitão Leonel Luque Jiménez e a sua estreita ligação a Steadman Fagot Muller e ao seu auxiliar directo, Elmer Prado.

O acampamento de Warunta — indicaram Rodríguez e Ramírez — era cercado com arame farpado, sendo território proibido para os hondurensos que viviam em Mosquitia. Juan Portillo, um nicaraguense radicado no local, comentou com os dois professores que «depois do treinamento, os contra-revolucionários vão para a localidade de Suji e em seguida internam-se em território nicaraguense». A informação foi confirmada por Eduardo Coleman, proprietário de uma fazenda em Suji, e pelo professor Adalberto Mejía, director da escola «21 de Outubro».

Manuel Rodríguez e Carlos Ramírez lembraram que aviões da FAH transportavam material bélico destinado aos contra-revolucionários através do aeroporto de Puerto Lempira, a capital do departamento, e de pistas localizadas em Usubilia, Mocerón e Warunta. Acrescentaram que os somozistas contavam com uma emissora clandestina autodenominada «15 de Setembro» — porta-voz da Legião do mesmo nome — que operava a partir de Cayos Mayores e Cabo Falso, transmitindo mensagens todos os dias entre as cinco e as seis horas da tarde e nove e dez da noite.

A estação era dirigida por alguém que já havia sido denunciado em Tegucigalpa: o ex-coronel da Guarda Nacional Carlos Rodríguez. A estação — disseram Rodríguez e Ramírez — estava anteriormente situada nas proximidades da capital hondurenha, mas foi transferida face às denúncias formuladas por diferentes organizações populares, entre elas o COHPAN. Actualmente, uma estação emissora localizada na barra do rio Cruta auxilia o emissor central, e assim se eliminam quase que totalmente as transmis-





Ex-guardas de Somoza e centenas de mercenários recebem treino militar na zona de Miami, nos Estados Unidos





sões das emissoras mais potentes das Honduras na região.

Confirmava-se dessa maneira a realização da «Operação Escudo», oportunamente denunciada pelo *Nuevo Diario*.

#### «Que treinem na Nicarágua... se puderem»

A 27 de Agosto de 1981, realizou-se o congresso anual do Movimento Misquito Hondurenho «Misquitia Unida» (Mazta), com o propósito de analisar e tomar medidas concretas diante da situação vivida pelo departamento de Gracias a Dios por causa da chegada de três mil indígenas misquitos nicaraguenses. Antes da realização do evento, Lawrence Smith, vice-presidente da Mazta, informou a imprensa hondurenha de que «o principal ponto de discussão será a situação em que vivemos, originada pela chegada dos misquitos *misurasatas* ao nosso país e o perigo de que aconteçam combates armados entre eles e a Frente Sandinista», porque «sabemos que estão a ser treinados militarmente aqui para invadirem a Nicarágua».

O dirigente manifestou que «nós, misquitos hondurenhos, não apoiamos de nenhuma forma os *misurasatas* nem estamos de acordo com as suas acções contra-revolucionárias, já que o nosso país, o exército e o governo das Honduras devem respeitar o direito do povo nicaraguense à livre determinação». «Se os refugiados *misurasatas* quiserem lutar contra os sandinistas — expressou Lawrence Smith — que vão para a Nicarágua, se puderem, mas não provoquem distúrbios aqui, para que os *misquitos* hondurenhos não venham a sofrer as consequências desse conflito.»

Um telegrama da Agência Nova Nicarágua (ANN) proveniente de Manágua dizia o seguinte: «Nos campos de treino das Honduras existem agora cerca de mil misquitos. Recebem armamento antigo, com o qual são preparados o suficiente para não se matarem entre si. A sua preparação é diferente da recebida pelos outros contra-revolucio-

nários. Não são treinados para combater, mas para servirem como carne de canhão. Na estratégia dos planos intervencionistas foi procurada uma localização especial para os povos indígenas nicaraguenses. Ao longo da história do país, esses povos foram absolutamente ignorados. Durante a ditadura somozista, foram perseguidos para lhes tirarem as terras quando estas foram ambicionadas pelos governantes. Hoje, são bajulados, são chamados a combater a revolução sandinista, precisamente o único governo que demonstrou preocupação com as suas necessidades.»

#### Os professores de Puerto Lempira voltam à carga

A 22 de Setembro, os professores de Puerto Lempira enviaram uma carta ao general Paz García denunciando que «o capitão Leonel Luque Jiménez considera-se inimigo acirrado do magistério, predispondo os *misurasatas* ao roubo, capturas, violações, assassinatos e perseguições de nativos e companheiros professores, assando-os de terem ligações com o governo da Nicarágua». Além disso, assinalavam que «o porte de armas FAL e M-16 é exclusivo do nosso exército e não para serem utilizadas por estrangeiros que se supõe estarem na qualidade de refugiados».

Os professores expressavam que «os campos de treinamento militar constituíam uma constante ameaça para a livre circulação de pessoas alheias aos interesses dos *misurasatas*», ao mesmo tempo que solicitavam «a expulsão de todos os *misurasatas*» e a destituição do capitão Luque Jiménez, pedindo ainda que «quem ocupar o comando militar deste povoado seja uma pessoa responsável e consciente dos seus deveres».

Foi então que as altas autoridades militares julgaram que quem era realmente «responsável e consciente» era o capitão Luque Jiménez e consideraram a possibilidade da sua «merecida» promoção a major.

#### «Estrangeiros indesejáveis»

Menos de uma semana depois de enviada a carta anterior, a Cooperativa de Serviços Múltiplos de San Pedro Sula — segunda cidade mais importante do país — exigiu de Paz García a expulsão dos ex-guardas nacionais «que operam como forças paramilitares e aos quais foi permitido organizarem-se e serem portadores de todos os tipos de armas de fogo». Os cooperativistas acrescentavam que os somozistas «aproveitavam esses privilégios para cometer todo o tipo de vexames contra a população hondurenha» e citavam como exemplo o facto deles terem assaltado dias antes a sede da Cooperativa, de onde roubaram dez mil lempiras (cinco mil dólares) e assassinado um dos associados.

Quatro meses antes, os habitantes de San Marcos de Colón, em Choluteca, no outro extremo do país, haviam enviado uma carta a Paz García, datada de 8 de Maio de 1981 e assinada pela Associação de Forças Vivas de San Marcos, expressando-se em termos semelhantes. «A consequência dos problemas surgidos na vizinha Nicarágua no ano de 1979 foi a de a nossa comunidade se ter visto sufocada pela imigração de nicaraguenses, integrada na sua maioria por ex-guardas, que desde o momento da sua chegada causaram problemas à comunidade, chegando ao ponto de serem repudiados por todos», afirmavam.

Mais adiante, a carta enunciava uma longa lista de actividades dos ex-guardas nacionais: «assaltos à mão armada, roubo de gado, contrabando, assassinatos de nacionais e estrangeiros, ameaças de morte a honradas pessoas da nossa comunidade, porte ilegal de armas de fogo, violação da nossa soberania nacional, já que fazem continuamente incursões em território nicaraguense, provocando as autoridades do vizinho país, que logicamente os perseguem até que penetrem novamente no nosso território».

Mencionavam em seguida que o regulamento do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR) estabelece que «ne-





num refugiado permanecerá a menos de 50 quilómetros da fronteira, para a sua própria protecção como também da soberania nacional». Recordavam em seguida: «No nosso caso, San Marcos de Colón está a menos de dez quilómetros da fronteira com a Nicarágua.

A carta, assinada por 40 organizações populares da localidade, exigia «a expulsão dos ex-guardas e de outros nicaraguenses indesejáveis, fazendo a ressalva de que entre a população de refugiados existem pessoas aceitáveis na sua conduta com as quais se pode conviver», e finalizava: «Se esta petição não for aceite por tão honorável dignitário, a Associação de Forças Vivas de San Marcos ver-se-á na necessidade de adoptar medidas mais radicais».

A missiva, da mesma forma que as anteriores enviadas de Puerto Lempira e de San Pedro Sula, não recebeu resposta do «tão honorável dignitário».

#### Os «refugiados» somozistas

As reiteradas queixas e denúncias não eram infundadas. A 8 de Se-

tembro de 1981, o ex-guarda nacional nicaraguense Enrique Sequeira Gutiérrez, de 18 anos de idade, foi apresentado em conferência de imprensa pelo coronel Juan López Grjalva, chefe da Direcção Nacional de Investigações (DNI), sob a acusação de traficar cocaína e assaltar bancos e estabelecimentos comerciais.

Ainda que a apresentação de Sequeira tenha vindo na sequência dos seus actos delituosos, e que a DNI não se tenha interessado pela sua acção contra-revolucionária, as perguntas dos jornalistas giraram inevitavelmente em torno deste último tema. Assim, o ex-militar disse que os seus companheiros «exilados» nas Honduras mantinham contactos com oficiais da desaparecida Guarda Nacional que viviam em Miami, Guatemala e Tegucigalpa. Disse também que em Trojes, departamento de El Paraíso, existia um acampamento de contra-revolucionários de onde eram realizados contínuos ataques contra o Exército Popular Sandinista e confirmou a sua própria participação em seis incursões.

Finalmente, antes que a conferência de Imprensa fosse interrom-

#### Fronteira entre as Honduras e Nicarágua, na estrada Panamericana



General Policarpo Paz



Roberto Suázo Córdoba



vida pelo coronel López Grijalva, Sequeira reiterou que na repartição policial não o haviam interrogado sobre essas actividades e revelou que estava a ser preparada uma força militar de seis mil homens a ser utilizada contra a Nicarágua, provenientes dos Estados Unidos e da Guatemala, que se juntariam nas Honduras, de onde partiriam para o país vizinho.

### Honduras: base natural da contra-revolução

No final de 1980, várias organizações políticas, universitárias, camponesas, operárias e religiosas apresentaram na Assembleia Nacional Constituinte (Congresso) uma solicitação de investigação das actividades dos ex-guardas e de outros «refugiados» civis. A petição incluía uma lista com o nome de 25 pessoas — entre elas, 13 militares — que eram apontadas como «cabeças do movimento contra-revolucionário depois do derrube de Anastasio Somoza». Os antigos servidores da Guarda Nacional eram três coronéis, um comandante da aviação, um major, um capitão e vários tenentes.

A petição afirmava que esses indivíduos «efectuam constantemente acções paramilitares e financiam actividades contra-revolucionárias». O documento acrescentava que «alguns deles portam armas de grosso calibre, ao abrigo de permissões especiais fornecidas por autoridades militares». Finalmente, denunciava que eles eram os chefes de grupos tais como as Forças Especiais de Guerrilhas Anticomunistas (FESGAS), o Exército Nacional de Libertação (ENL), e a Associação Democrática Revolucionária da Nicarágua (ADREN), «violando constantemente as leis para estrangeiros».

Tal como foi indicado, esta carta foi apresentada ao Congresso em fins de 1980. Os sinos já haviam anunciado a chegada de 1982, e os deputados ainda não se haviam pronunciado a esse respeito.

### As ameaças de invasão

As ameaças de invasão da Nicarágua a partir do território hondurenho foram amplamente comentadas pela imprensa internacional durante todo o ano passado. A 3 de Abril desse ano, por exemplo, o *New York Times* informou que «direitistas nicaraguenses exilados nas Honduras, confiados no apoio de alguns sectores do exército hondurenho, e que aguardam o sinal de luz verde dos Estados Unidos, planeiam invadir a sua pátria dentro de dois meses».

Uma semana mais tarde, o diário *El Heraldo* de Tegucigalpa — definido localmente como um «jornal de orientação para-policial» — publicou na sua página 12, um espaço pago e assinado pelo autodenominado Exército Nacional de Libertação da Nicarágua (ENL), que no final reproduzia uma palavra-de-ordem de uso comum em todos os sectores reaccionários da América Latina: «Deus, Pátria e Liberdade». A matéria denunciava que «o regime sandino-comunista» tinha convertido a Nicarágua em «uma colónia soviético-cubana». O ENL, mais democrático que a FSLN, prometia fuzilamentos em massa e conclamava à formação de uma nova junta de governo integrada por «figuras relevantes».

Em Agosto de 1981, a UPI reproduziu o testemunho de dois ex-coronéis do exército hondurenho, que revelavam que «Honduras e Guatemala forneciam armas discretamente aos exilados», enquanto que «a Argentina lhes enviou duas mil espingardas-automáticas FAL» e o governo de Policarpo Paz Garcia «lhes permite cruzar a montanhosa fronteira de 640 km para atacar as forças sandinistas».

Informações desse tipo repetiram-se durante o ano de 1981. O governo do general Paz Garcia, por seu lado, dedicou-se a desmentir-las ou simplesmente guardou silêncio.

### Aparecem os «cães-de-guerra»

*Soldier of Fortune*, a «revista do aventureiro profissional», isto é, dos mercenários e ex-agentes, tem a

sua caixa postal no P.O. Box 693 de Boulder, Colorado 80306, EUA. Em Junho de 1981, esta publicação — que serve, entre outras coisas, de ligação entre os mercenários de todo o mundo — organizou um «Socorro para os Combatentes Nicaraguenses da Liberdade», solicitando aos seus leitores o envio de material para o seu endereço de correio. Segundo inquéritos realizados, 63% dos leitores dessa revista possuem armas de fogo, e 22% são militares ou polícias. Esses dados não incluem leitores de fora dos Estados Unidos.

O pedido de ajuda expressava: «*Soldier of Fortune* tem conhecimento de que alguns exilados nicaraguenses nas Honduras actuam secretamente contra o governo sandino-comunista. Os exilados, que vivem em acampamentos de refugiados ao longo da fronteira hondurenha-nicaraguense, têm necessidade de tudo, pois os seus fundos foram gastos em operações através da fronteira ou em armas para defender os seus acampamentos. As suas necessidades mais urgentes são comida e roupas. Devido à natureza da área onde vivem, e à actividade que desenvolvem, necessitam de uniformes de campanha e de botas em condições de uso. Se vocês possuem uniformes ou botas que não usem, enviem-nos a *Soldier of Fortune* e nós os faremos chegar aos exilados».

O interesse dos «profissionais da aventura» em ajudar os somozistas aumentou. A 12 de Dezembro de 1981, *El Heraldo* apresentou uma nota — reproduzida seguramente de outro jornal — que informava: «Sob o título 'Um dia com os chacais', *Soldier of Fortune* de Setembro publica uma reportagem do seu enviado especial às Honduras, onde seis mil antigos membros da Guarda Nacional da Nicarágua preparam operações de ataque no território nicaraguense contra as tropas sandinistas».

Apesar de o número de seis mil somozistas em pé-de-guerra se apresentar exagerado, é evidente que o enviado especial esteve nas Honduras e que a sua informação era verídica. O governo hondurenho, ocupado um mês antes com a realização



de eleições presidenciais, optou pela sua conduta habitual: o silêncio.

### Os acampamentos militares em território hondurenho

No início de Maio de 1981, o Ministério dos Negócios Estrangeiros nicaraguense publicou um «Livro Branco» que incluía um mapa da região fronteiriça com as Honduras, no qual era assinalada a localização de dez campos de treinamento militar contra-revolucionário nos departamentos limítrofes de Choluteca e El Paraíso, situados em El Triunfo, Caguasca, El Espino, San Marcos de Colón, Orocuina, San Antonio de Flores, Las Tunas, Los Trojes e El Tablazo. O documento indicava outros três acampamentos situados em pontos próximos dos departamentos nicaraguenses de Chinandega e Nueva Segovia.

A 22 de Abril e a 6 de Maio passados, o Comité Hondurenho de Amizade e Paz com a Nicarágua (COHPAN) e a Federação de Estudantes Universitários das Honduras (FEUH) já haviam denunciado a existência de quatro fazendas, propriedades de criadores de gado ligados ao Partido Nacional e de um cidadão cubano, que serviam de acampamentos militares dos somozistas. Essas fazendas eram as seguintes: «La Estrella», de Cristóbal González e Gonzalo Acuña, na aldeia El Júcaro; «El Pedregal», do cubano Miguel Angel Pérez, apelidado «Kiko», na aldeia El Pescador; «Los Laureles», de Napoleón Flores e Ramón Moncada, na aldeia Arenas Blancas; e «Las Mercedes», de Adalid Cuadra Barrientos.

Em meados de Novembro, o COHPAN e 30 organizações populares — entre as quais estavam a FEUH, a União Nacional de Camponeses, a União de Cooperativas Populares das Honduras, associações de professores, entidades profissionais e centrais operárias — publicaram novamente um documento denunciando que os ex-guardas nacionais preparavam-se para invadir a Nicarágua e partir de três fazendas localizadas próximo da fronteira: «Ceilán», propriedade de



Blindados que foram de Somoza, defendem hoje o governo sandinista

Guillermo Sevilla, onde eram treinados 300 homens; «Los Pampas», de Carlos Castillo, onde 20 homens recebiam instrução militar; e «La Chorrera», de Isaías Rodríguez, centro de concentração de 200 somozistas.

Na mesma época, Carlos Díaz, presidente das Forças Vivas de San Marcos, fez saber que «os ex-guardas saem pela fronteira roubando gado e regressam ao território hon-

durenho perseguidos pelos sandinistas». Também afirmou que na fazenda «Las Palmas», propriedade de Bayardo Ruiz, militante do Partido Nacional, eram treinados vários somozistas que se vestiam com uniformes do Exército Popular Sandinista e provocavam incidentes.

A lista de campos militares é, na realidade, incompleta. De qualquer forma, a partir dessas revelações é provável que muitos dos acampa-



mentos já não funcionem e que existam novos locais de treinamento. Mas a experiência ensina que cedo ou tarde serão localizados e denunciados.

Poucos dias depois da denúncia de Carlos Díaz, o correspondente de San Marcos de Colón da Rádio HRN de Tegucigalpa, Juan José Espinal, foi sequestrado por três membros da ex-Guarda Nacional que o acusaram de «falar demais» e o torturaram com choques eléctricos. Espinal conseguiu fugir quando os seus captores tentavam atirá-lo de uma ponte de grande altura. A 24 de Novembro, o COHPAN havia denunciado que a emissora «15 de Setembro» funcionava agora em San Marcos de Colón, na propriedade do hondurenho Alonso Corrales, a somente dez quilómetros da fronteira com a Nicarágua. Os somozistas suspeitavam que a informação havia sido fornecida por Espinal.

O grave acontecimento não teve resposta oficial. As autoridades hondurenhas com certeza concordavam com os sequestradores em que o correspondente de San Marcos «havia falado demais».

### Miami: onde a escória se concentra

Nos primeiros dias de Maio do ano passado, o comandante Bayardo Arce, coordenador da Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional, deu uma conferência em Manágua, na Universidade Centro-Americana, sobre o tema «A política externa dos Estados Unidos em relação à Nicarágua». Não foi uma exposição puramente académica. Entre muitas outras coisas, Arce denunciou a existência de quatro bases de operações contra-revolucionárias em território norte-americano.

O comandante sandinista mencionou uma fazenda situada em 11875 SW, rua 46, a sudeste do condado de Dade, onde operava a «Brigada 2506» e o seu instrutor era o ex-tenente da Guarda Nacional José Aguirre; o campo de Homestead, ao sul de Miami, propriedade do grupo «Omega 7»; um terceiro acampamento situado em Everglades,

que albergava os membros da «Legião 15 de Setembro» e a «Liga Anticomunista», sob o comando do ex-tenente Noel Gutiérrez; e finalmente outro em Kendall, também no sul, onde era treinado o grupo «Elite» sob as ordens do ex-major Rafael Ascencio, antigo chefe militar de Masaya.

A 16 de Agosto, numa extensa reportagem publicada na primeira página da sua edição dominical, o *Washington Post* revelou que «uma força de seis mil homens que operam na Nicarágua e ao longo da fronteira com as Honduras, para derrubar o regime sandinista, é comandada de Miami por um rico nicaraguense de origem espanhola e ex-sócio de Anastasio Somoza, chamado Pedro Ortega». O diário afirmava que perto de 80 nicaraguenses, na sua maioria ex-guardas somozistas, treinavam numa fazenda de cerca de 30 hectares denominada «Campo Cuba», na localidade de Everglades, a somente 15 quilómetros do aeroporto internacional de Miami. As leis norte-americanas — lembrava o *Washington Post* — não proíbem instrução militar em propriedades privadas, com armas «legalmente registadas», sempre e quando se tratar de «um campo de exercícios» e os comandos «se abstenham de utilizar o território dos Estados Unidos para lançar a invasão».

Por seu lado, o também influente *New York Times* assegurou, a 23 de Dezembro de 1981, que perto de 800 exilados cubanos e nicaraguenses haviam sido treinados militarmente nesse ano para invadir os seus respectivos países, num campo de 35 hectares situado a oeste de Miami. Segundo o jornal, esses indivíduos faziam parte de uma autodenominada Força Interamericana de Defesa, dirigida por um cubano, Hector Fabián, que afirmou que mais de 100 dos seus homens se haviam infiltrado na Nicarágua através da fronteira com as Honduras. A força de combate contava com financiamentos de empresários de nacionalidade cubana, nicaraguense e panamiana. O «comandante» Fabián declarou ao *New York Times*: «Pela

primeira vez em 20 anos, os Estados Unidos decidiram-se a defender os seus interesses. Agora as nossas lutas coincidem».

Ao que parece, os campos proliferavam abundantemente. A 28 de Setembro, um despacho noticioso da *Prensa Latina* de Nova Iorque, dava conta de que «um novo acampamento para treinar mercenários contra Cuba e Nicarágua tinha sido inaugurado no condado de Dade, no estado da Florida» e que «segundo testemunhos de jornalistas convidados, nesse condado funcionavam outros seis acampamentos onde participam como instrutores ex-boinas verdes, ex-oficiais sul-vietnamitas e grupos de soldados do regime somozista». De acordo com as revelações — acrescenta a *Prensa Latina* — «o novo centro foi organizado pela chamada 'brigada 2506', nome das forças mercenárias que participaram em 1961 na derrotada invasão de Cuba em Playa Girón». O despacho acrescentava que «supõe-se que os membros das equipas de infiltração das forças de defesa são enviados para bases nas Honduras para desempenhar actividades contra o governo da Nicarágua». Continuando, citava declarações de Robert Borger, um advogado de Miami representante dos «refugiados» nicaraguenses: «Há um canal clandestino entre as Honduras e Miami».

Da mesma forma que no caso dos acampamentos em território hondurenho, a lista dos campos nos Estados Unidos é seguramente incompleta. Não obstante, a sua enumeração parcial mostra um alarmante panorama.

### Os grupos contra-revolucionários

São poucos mas activos, e contam com poderosos recursos financeiros. Alguns não passam das explosivas declarações verbais e incendiárias. Outros, em troca, caracterizam-se por uma acção perigosa e contínua. Existem elementos de avaliação, por outro lado, para se supor que enfrentam algumas divergências, o que tem dificultado a unidade operacional.



No início de Maio do ano passado, o diário francês *Le Monde* afirmou que os dois grupos armados que actuam a partir das Honduras contra a Nicarágua — a União Democrática Nicaraguense (UDN) e o Exército Nacional de Libertação (ENL) — «têm sérias disputas entre si». De acordo com a reportagem realizada nas Honduras, a UDN e o ENL «têm um amigo em comum, o imperialismo, e um inimigo também comum, o povo nicaraguense». O jornal parisiense acrescentava ainda que as disputas entre os dois grupos «são referentes a qual dos dois é mais anticomunista, qual conta com maior apoio externo, e qual deles consegue mais mercenários para atacar a Nicarágua». O dirigente máximo da UDN, Edmundo Chamorro Rapaccioli, afirmou a *Le Monde* que tem dois mil homens armados agrupados nas chamadas Forças Armadas Revolucionárias da Nicarágua (FARN). Por seu lado, um indivíduo apelidado «Tupamaro», ex-capitão da Guarda Nacional e actual líder do ENL (integrado na sua maioria por ex-guardas) não ficou atrás e assegurou contar com 15 mil elementos «dispostos a tudo».

A UDN parece ser a maior das facções contra-revolucionárias. Conta com homens de negócios que, segundo os seus próprios testemunhos, lutaram contra Somoza, «mas romperam com o sandinismo ao ver os estreitos vínculos que o governo estabelecia com Havana e Moscovo». O seu presidente, Edmundo Chamorro, serviu na direcção da FSLN em 1978 e combateu na Frente Sul, e diz que a UDN conta com dois mil comandos, 800 dos quais se encontram nos acampamentos das Honduras, assim como os cinco mil partidários que integram células clandestinas na Nicarágua. Entre os combatentes desse agrupamento estão os *misurasatas* da isolada costa atlântica nicaraguense.

O segundo dos grupos contra-revolucionários é o Exército Nacional de Libertação da Nicarágua (ENL), de clara filiação somozista, que garante que os seus efectivos oscilam



Milhares de milicianos foram mobilizados na defesa nacional

entre oito e quinze mil homens, provenientes na sua quase totalidade da extinta Guarda Nacional. O principal dirigente do ENL é «Juan Carlos», nome de guerra de Pedro Ortega, um espanhol naturalizado nicaraguense, de cerca de 50 anos de idade que foi sócio de Anastasio Somoza numa fábrica de fósforos de Manágua.

A menor organização parece ser a Aliança Democrática Revolucionária da Nicarágua (ADREN), integrada por ex-oficiais da Guarda Nacional que contam com o apoio de Anastasio Somoza Portocarrero, filho do falecido ditador. Os seus membros estão sediados possivelmente em Miami sob a denominação de grupo «Elite» e possuem a sua base em Kendall, sob as ordens do ex-major Rafael Ascencio, e em Everglades, sob o comando do ex-tenente Noel Gutiérrez. O «braço armado» da ADREN é a «Legião 15 de Setembro», cuja caixa postal nos Estados Unidos é a 330318 Coconut Grove, Miami, Florida 33151, que é também o endereço de correio da revista *El Legionário*.

#### A contra-revolução em 1982

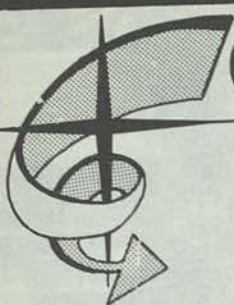
A 29 de Novembro do ano passado, foram realizadas eleições presidenciais nas Honduras; saiu vencedor Roberto Suazo Córdoba, candidato do Partido Liberal. Apesar das suas declarações posteriores

à vitória terem evidenciado um grande anticomunismo e militarismo, a sua vitória gerou algumas expectativas.

A esse respeito, a pergunta que pairava no ar em certos círculos políticos e sectores da imprensa centro-americanos era a seguinte: que atitude tomará o novo governo diante do problema do somozismo nas Honduras? No caso de tentar resolver o assunto, até que ponto as Forças Armadas o permitirão? A pergunta também seria formulada, seguramente, pelos próprios contra-revolucionários, que durante a passada campanha eleitoral apostaram e actuaram abertamente a favor do derrotado Partido Nacional.

Enquanto isso, a actuação provocatória dos «refugiados» nicaraguenses continua, com características cada vez mais graves. E no seguimento do acidente aéreo onde ficaram feridos o misquito Steadman Fagot Muller e o major Leonel Luque Jiménez, a questão atingiu o seu auge. Dizia-se que os contra-revolucionários eram «homens de sorte», com grande margem de acção dentro e fora do território nacional. Mas, a boa sorte de ambos pareceu tê-los abandonado na tarde de 28 de Dezembro, nas vésperas do Ano Novo, a bordo de um avião militar *Douglas C-47* que explodiu, ferindo-os gravemente a poucos metros do solo que foi palco das suas andanças conspirativas. □





# GEOTRADERS

CONSULTORES E OPERADORES DE COMÉRCIO, LDA.

organização especializada em operações de comércio externo  
especialmente vocacionada para o intercâmbio com os Países Africanos.



reúne uma equipa de operadores e de gestores financeiros  
experimentados e treinados em operações de comércio externo.

★ áreas de actividade

- compra/colocação de produtos africanos
- operações triangulares
- exportação
  - produtos alimentares
  - materiais de construção
  - equipamentos agrícolas
  - equipamentos industriais
  - material de transporte

★ mercados de acção prioritária

- Cabo Verde
- Guiné-Bissau
- S. Tomé e Príncipe
- R. P. Angola
- R. P. Moçambique



Av. João Crisóstomo, 32 — 5.º dt.º — 1000 Lisboa  
tels. 572929/548407 telex: 13621 GEOTRA P



**B**ERNARD SANSARICQ, 39 anos, dono de um posto de gasolina perto de Miami, é um dos quase um milhão de haitianos no exterior que não pensam noutra coisa senão pôr um fim à dinastia que humilha o Haiti, o primeiro país livre da América Latina e a primeira república negra do mundo.

Decidido a levar as suas ideias à prática, em Dezembro ele alugou um pequeno avião e sobrevoou Porto Príncipe lançando milhares de panfletos exigindo que «Baby Doc» abandonasse o seu cargo. O presidente vitalício não deu importância ao pedido, mas na noite de Ano Novo cancelou intempestivamente todos os seus compromissos públicos, inclusive a tradicional recepção de fim de ano ao corpo diplomático.

Rapidamente correu o rumor de que Jean Claude Duvalier estaria gravemente enfermo, talvez ferido num atentado, e até mesmo morto...

No meio da incerteza reinante nos primeiros dias de Janeiro, o nome de Sansaricq reapareceu nos teletipos das agências internacionais, que o mencionam como o líder de uma suposta «invasão» da ilha haitiana de Tortuga, a poucas milhas da costa norte do país. Tortuga é famosa pelas suas histórias antigas de piratas, corsários e bucaneiros. Talvez por isso o episódio tenha dado origem às versões mais variadas e contraditórias.

Tudo começou no dia 9 de Janeiro quando os vinte guardas de Tortuga se renderam a um grupo rebelde. A pequena ilha de três mil habitantes não teve muito tempo para gozar a sua liberdade. Três dias depois, desembarcou um batalhão de «leopardos» (grupo antiguerrilheiro de elite do regime duvalierista) que sufocou a rebelião após violentos combates.

Fontes ligadas à embaixada norte-americana no Haiti (o verdadeiro poder atrás de «Baby Doc») atribuíram os distúrbios a um «grupo invasor de trinta exilados». Dirigentes oposicionistas haitianos apresentaram uma cifra diferente. Segundo eles, o total seria de 300

## «Baby Doc» à beira de uma nova crise

*Depois do fracasso de uma desajeitada «abertura» política, a oligarquia dos Duvalier retoma o velho estilo de «Papa Doc» evidenciando sinais de que o reinado do terror está a chegar a um impasse*

rebeldes. Mas as autoridades somente apresentaram à imprensa os corpos de três deles (Richard Brisson, Emile Celestin e Robert Mathurin, todos residentes em Miami) ao que parece capturados com vida e fuzilados sumariamente. No entanto, fontes oficiais disseram a correspondentes estrangeiros que os «leopardos» sofreram 60 baixas, o que demonstraria que a resistência foi tenaz. Dada a desproporção de forças entre os «invasores» e as tropas do governo, esta quantidade de baixas só teria sido possível se os rebeldes contassem com um apoio activo da população local. Até ao final de Janeiro, nenhum correspondente estrangeiro ou observador internacional pôde visitar Tortuga para recolher versões imparciais dos acontecimentos.

Mais ou menos na mesma altura da invasão, um navio da Guarda Costeira dos Estados Unidos, operando em águas territoriais haitianas, interceptou o barco *Caicos Cloud* em que viajavam Bernard Sansaricq e outros 25 haitianos, que aparentemente pretendiam juntar-se aos rebeldes em Tortuga ou tentavam desembarcar em algum outro ponto do Haiti. Sansaricq continua preso nos Estados Unidos e será julgado por violação da lei de neutralidade, que proíbe residentes nos EUA de organizar forças armadas com o objectivo de derrubar regimes noutros países.

Para os exilados haitianos nos Estados Unidos, esta acusação demonstra a hipocrisia da administração Reagan, já que é público e notório que os exilados cubanos e nicaraguenses organizam forças mercenárias nas vizinhanças de Miami (ver matéria sobre Nicarágua nesta edição) sem serem molestados.



Jean-Claude Duvalier



Os haitianos estão a chegar aos Estados Unidos a um ritmo de quase mil por semana, há cerca de um ano; mas, enquanto os exilados cubanos conseguem legalizar imediatamente a sua situação no país, os haitianos são impedidos de desembarcar pela Guarda Costeira dos Estados Unidos e detidos em prisões improvisadas, à espera de deportação. Os cubanos são na sua maioria brancos e fogem de um regime inimigo de Washington, enquanto os haitianos são negros e «Baby Doc» é um aliado incondicional dos Estados Unidos.

James Gregory, um comediante negro norte-americano que se tornou famoso na década de 60 pela sua participação na campanha contra a discriminação racial nos Estados Unidos, passou agora a defender os exilados haitianos. Na sua opinião, o tratamento que estes recebem é «racista e desumano».

«No Haiti, esta gente escuta a Voz da América falando de liberdade e justiça», explica Gregory. «Temos a estátua da Liberdade que diz: «Deixem vir a mim as vossas massas cansadas, pobres e humilhadas», e esta gente é oprimida no seu país por uma ditadura brutal. Mas quando chegam aqui, vão direitos para um campo de concentração».

A frustrada invasão dos primeiros dias de Janeiro talvez não tenha sido mais do que um gesto desesperado de um grupo de exilados que resolveu «saltar da panela para cair no fogo». A União Democrática dos Emigrados Haitianos na República Dominicana não admitiu participação no desembarque em Tortuga, por acreditar que «isso somente serviria para aumentar a repressão».

Mas o episódio comoveu a opinião pública internacional e deu margem a reflexões entre os exilados haitianos, debilitados pelo fraccionamento em dezenas de organizações. Em Miami, dez desses grupos acabam de criar as Forças Unificadas para a Libertação do Haiti. Noutros pontos de reunião dos exilados, estão a ocorrer tentativas semelhantes de reaproximação das forças oposicionistas. Pode ser este o princípio do fim da dinastia duvalierista. □

## O fracasso do duvalierismo

Gérard Pierre-Charles •

O governo de Jean Claude Duvalier, instalado no poder em 1971, conseguiu passar pela prova do tempo e conta já com uma década de existência. Este facto demonstra o acerto da medida política tomada por François Duvalier ao passar o poder como herança a seu filho. O que parecia uma manobra audaz e precária, num país abalado por contradições sociopolíticas tão exacerbadas, permitiu a efectiva consolidação do «duvalierismo». Assim, este converteu-se, com os seus 24 anos, no regime mais antigo do Haiti depois do longo reinado de Jean Pierre Boyer, entre 1818 e 1843.

A consolidação do poder «neodualierista» só foi conseguida mediante a conjugação de diversos factores, tanto internos como internacionais. Entre estes convém destacar o efeito de terror e despolitização resultante de uma longa e sangrenta ditadura que utilizou todos os meios ao seu alcance para perpetuar-se no poder.

Também é importante assinalar a nova dinâmica imposta à sociedade haitiana pela decomposição do tradicional regime pré-capitalista, corroído por uma crise estrutural, e o lento despontar de um capitalismo distorcido a partir da crescente penetração imperialista.

Esse fenómeno que acompanha a ampliação da circulação monetária, do comércio, do trabalho assalariado e da modernização, cria também o êxodo maciço para o estrangeiro, e o crescimento urbano, sobretudo da capital, que passou entre 1960 e 1980, de 200 para 800 mil habitantes. Essas mudanças reflectem-se no terreno político numa necessidade de renovação de certos moldes de dominação, o que teve como efeito a consolidação do aparelho político com o apoio da burguesia.

### A nova face do duvalierismo

O regime empenhou-se em apresentar uma nova imagem de si mesmo, uma máscara de liberalização, que diferencia o governo de Jean Claude Duvalier do de seu pai, cujas características repressivas haviam sido repudiadas pelo seu povo.

Esse processo teve início no mesmo dia da morte de François Duvalier em 1971. O embaixador norte-americano Clinton Knox foi um dos autores intelectuais desse embuste, que correspondia às necessidades de uma estratégia de dominação definida em Washington. Depois de um longo período de repressão ilimitada, ao fim do qual a violência conseguiu aniquilar os principais focos de resistência, era conveniente apresentar uma face mais humana. Essa manobra surgiu logo em seguida, como mercadoria de exportação destinada à opinião internacional, fundamentalmente, à norte-americana. Com isso, os partidários do regime e o próprio governante tratavam de inaugurar um novo estilo político; operação facilitada pelo facto de que a oposição se encontrava desestruturada devido a uma longa e eficaz repressão, não chegando sequer, no plano da agitação, a neutralizar essa manobra demagógica e propagandística. Sob tais condições, a chamada «liberalização» encontrou um espaço político para exaltar a ideologia da «paz duvalierista».

Com a eleição de Carter, em Novembro de 1976, começaram a aparecer alguns novos elementos no

\* Sociólogo haitiano, exilado no México, membro do Instituto de Investigações Sociais.



âmbito da doutrina dos direitos humanos. Tais elementos não alteraram a política norte-americana de apoio à ditadura, já que a mesma foi acompanhada de pressões a favor do respeito pelas novas regras do jogo e introduziu novas mudanças nos métodos repressivos. Entre 1971 e 1977, o aparelho terrorista manteve-se intacto. Por um lado, as instituições repressivas e a administração, na sua totalidade, conservaram o seu poder repressivo, mesmo quando já começavam a modernizar-se nos seus trabalhos de controlo e perpetuação do sistema político. Também o sistema prisional manteve integralmente as suas práticas de torturar, mantendo os presos políticos em condições que os conduzissem inevitavelmente à morte. A esse respeito torna-se esmagador o testemunho dos presos

libertados em Setembro de 1977, que mostra até que ponto, enquanto o regime falava de liberalização, continuava de facto a ser um regime desumano e assassino.

Durante esses anos, a pesada carga do terror construída por François Duvalier com tantos crimes, violência e repressão, continuava a cobrir todas as instâncias da sociedade. O medo continuava a ser um poderoso agente de paralisação e despolitização, pressionando e ameaçando os sectores independentes da imprensa e do renascente movimento operário. Em Junho de 1976 foi assassinado o jornalista Gasner Raymond devido a uma reportagem que realizou sobre uma greve dos operários do cimento. Em Dezembro de 1977, o pastor Luc Nérée era agredido ficando gravemente ferido por um grupo de cace-

teiros por ter promovido no seu jornal, o *Haiti Jeune Presse*, algumas reivindicações do tipo democrático.

Internamente — já que o nome de François Duvalier significava o pior na memória do povo — pareceu conveniente aos ideólogos do regime apagar a recordação do pai e constituir uma personalidade política própria para o filho. Começou-se então a falar do «jean-claudismo», como uma nova doutrina de reconciliação.

Esse tema de distanciamento da imagem do pai teve maior impulso a partir de 1976-77, quando o processo de conquista das liberdades democráticas permitiu que a imprensa independente se referisse ao período de «Papa Doc» como uma época de terror e violência ilimitados. É então constituído o CONAJEC (Conselho Nacional «Jean-Claudista») com a clara intenção de legitimar o regime, utilizando para isso algumas figuras não tão identificadas com o período mais sangrento do duvalierismo.

O CONAJEC e toda a manobra para criar uma imagem de respeitabilidade e de liderança ao «aprendiz de feiticeiro» não prosperaram. Mesmo com a burguesia e alguns jornalistas comprados para elogiar o «jean-claudismo», o grosso da população não chegou a tomá-lo a sério, já que a velha estrutura por ele herdada, continuava a perpetuar a ordem repressiva. É dessa forma que um nascente jornalismo independente, particularmente na Rádio Haiti Inter e na Rádio Metrôpoli,





adquiriu uma inusitada presença na vida política do país. Surgiram algumas greves operárias que não foram reprimidas, surgiu a Liga dos Direitos Humanos. A distensão no ambiente político foi a tal ponto que quando, em Agosto de 1978, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos visitou o Haiti, alguns cidadãos se atreveram a prestar diante dela testemunhos na sua maioria muito desfavoráveis ao governo. Um ambiente de tolerância pareceu então surgir nas relações entre o poder absoluto e uma cidadania que começava um lento despertar.

Como mais um elemento desse novo contexto e obedecendo a instruções dos assessores estrangeiros, começam a surgir certas reformas administrativas. É sabido que desde «Papa Doc», as práticas de arbitrariedade, corrupção e nepotismo se haviam tomado norma da vida institucional. A lealdade e o incondicionalismo eram os únicos critérios de ingresso e promoção na administração pública. Esse processo de de-gradação, estendeu-se inclusive ao sistema educativo, onde a fuga para o estrangeiro de milhares de professores facilitou a corrupção mais generalizada, patenteada no inaudito tráfico de certificados escolares e diplomas universitários.

Uma das condições exigidas por aqueles que forneciam ajuda estrangeira foi a aplicação de certas reformas administrativas. Efectivamente, desde 1971, a Missão Conjunta de Assistência Técnica Cepal-OEA-BID, sublinhava a necessidade de adequar a gestão pública a critérios de saneamento e maior eficácia. Desde então dá-se a tendência — pela primeira vez no longo período duvalierista — de contratar certos indivíduos para trabalharem nas funções públicas com base nas suas capacidades tecnocráticas e/ou administrativas. Assim, passaram a formar parte dos gabinetes ministeriais personagens identificados como especialistas ou técnicos de certa valia. Os casos mais típicos são os dos ministros Pierre Petit, Daniel Beaulieu e Guy Bauduy, com fama de competentes e honestos, o que projectava uma

imagem reformista e modernizante. Mas tiveram uma gestão bastante efémera, impotentes diante da corrupta estrutura governamental. É muito significativo que em dez anos de presidência vitalícia, Jean Claude Duvalier tenha formado 17 gabinetes diferentes, com uma média de duração de oito meses cada um. São poucos os ministros que alcançam os dois anos de gestão.

Também foram criados alguns novos organismos tecnocráticos de desenvolvimento, como o CONADEP (Conselho Nacional de Planeamento e Desenvolvimento), o Ministério do Plano e o INADEP (Instituto Nacional de Recursos Minerais). Assim como foram adoptadas algumas medidas tendentes a pôr ordem e certa racionalidade na função pública e no sistema fiscal.

### A estrutura opressiva

Um número impressionante de instituições patrocinadas pelos Estados Unidos, França, Alemanha Federal e Israel, promoveram incontáveis projectos de desenvolvimento que converteram o Haiti em um laboratório para essas experiências tecnocráticas. Pretendeu-se, desse modo, resolver, com critérios paternalistas e/ou humanistas, os graves problemas socioeconómicos e políticos do país, quando os limites das reformas são dados pela própria natureza do duvalierismo.

De um duvalierismo ao outro, as estruturas repressivas permaneceram intactas, integradas pelo exército, o corpo dos *tontons-macoutes*, os «leopardos», a polícia secreta, a guarda presidencial, e o próprio aparelho burocrático. Essas diferentes corporações constituem a base que sustenta o regime, desempenhando cada uma as suas próprias funções de controlo, intimidação e repressão.

Ainda que o exército tenha sido objecto de certa repressão, nomeadamente as suas fracções antiduvalieristas ou simplesmente independentes, ele teve desde o início da ditadura um eficaz papel repressivo. Foi expurgado politicamente e substituído nas esferas do poder

pelos *tontons-macoutes* (grupos paramilitares), perdendo assim toda a capacidade de realizar um eventual golpe de Estado. Não obstante, constituiu a força de sustentação do regime, que partilha os trabalhos repressivos; tanto a instituição militar como a alta oficialidade se curvaram à ordem reinante ao ponto de, entre os grandes verdugos, se destacarem alguns oficiais do exército, como os coronéis Breton Claude, Albert Pierre e Jean Valmé. Com a morte de François Duvalier, o exército, que conta hoje nove mil homens, fortaleceu as suas posições com o estímulo e beneplácito do imperialismo, que sempre havia visto com receio um desprestígio da instituição castrense em benefício do corpo paramilitar.

Observou-se também um processo de reforço dos oficiais de academia, a despeito dos oficiais promovidos anteriormente pelo «Papa Doc». Tudo isso correspondia ao propósito de aumentar o prestígio da instituição militar como corpo profissional e reforçar também a sua força política. Foi assim que o exército começou a ter uma imagem menos arbitrária, de certo apego à lei e à Constituição, tendo a seu cargo, sobretudo na capital, o trabalho de policiamento.

Esse fortalecimento deu-se a partir da criação dos «leopardos», um contingente estilo *ranger* antimotim e antiguerrilha, integrado por cerca de 400 homens, e que duplicou os seus efectivos em poucos anos. Ainda que esse corpo «autónomo» dependa directamente do Palácio, ele constitui, de facto, um organismo especializado do exército, com disciplina castrense. Os «leopardos» adquiriram destacada presença repressiva, tendo fama de superdotados em relação à capacidade de combate, com o que vieram aumentar o terror da população.

Houve também a política de relegar o corpo dos *tontons-macoutes* para um segundo plano, sobretudo na província e no campo, e de eliminar do mesmo os assassinos e torturadores mais conhecidos. No entanto, permanece intacta e em actividade a estrutura policial e parami-



litar que chegou a contar, 50 mil homens, cobrindo todo o território nacional.

Os corpos policiais foram modernizados em geral. Muitos dos elementos da polícia militar, dependente do exército, vão estudar nos Estados Unidos ou na Zona do Canal do Panamá. Com isso, o esquema repressivo torna-se muito mais selectivo, sendo reforçada a capacidade de controlo. A maioria dos agentes policiais integram ou dependem do S. D. (Serviço Duvalier) que, do Palácio e através dos governadores locais e presidentes das câmaras, cobre todas as regiões urbanas e rurais, constituindo uma estrutura paralela ao exército, sendo capaz de exercer a qualquer momento maior autoridade e poder repressivo.

A guarda presidencial converteu-se num dos instrumentos mais eficazes do aparelho militar, um corpo coeso, com alto poder de fogo e dotado das mais sofisticadas armas que garantem a «ordem». A selecção rigorosa dos seus quadros, escolhidos entre os elementos mais fiéis, de tradição familiar duvalierista, junta-se ao sistema de lealdade fundamentado em dádivas consideráveis que os seus membros recebem. Essas dádivas consistem, frequentemente em extravagantes carros (Volvo, Mercedes Benz de até 50 mil dólares). Também é comum que os cadetes, no momento de receberem os seus diplomas de oficial, tenham que se ajoelhar aos pés do presidente. Tal devoção torna-se patente pela imagem muito difundida do seu comandante, o general Gracia Jacques, que sempre que acompanha o presidente (como antes o pai) anda de pistola em punho.

O reforço do exército contribuiu para fortalecer os seus laços com os Estados Unidos. A sua tarefa talvez não seja óbvia nem determinante no momento actual, mas é decisiva a médio e longo prazo. Destaca-se, mesmo assim, o papel mais coeso do Estado Maior. Ao contrário do que ocorria no período de «Papa Doc», a alta oficialidade dispõe hoje em dia da capacidade de ser consultada e manifesta, como corporação, atitu-



O Haiti é um dos países mais pobres da América Latina e do mundo. É também um dos lugares onde a disparidade de rendimentos atinge limites mais extremos



des de apoio e identificação com o regime.

### O apoio imperialista

Desde a instauração do regime hereditário, a política norte-ame-

ricana apoiou a manobra tendente a legitimá-lo, a nível local e internacionalmente. Tendo em conta as condições em que se transmitiu o poder, a imagem projectada pelo herdeiro de apenas 19 anos de idade, e o desprestígio global do duvalierismo, tal manobra era necessária



para justificar o apoio diplomático sem reservas, estendido à imprensa e às instituições internacionais. Também a França gaulista participou nessa operação, obcecada pelo afã de ampliar a sua influência no ultramar. É assim que, desde a instauração do poder neodualierista, os Estados Unidos e a França manifestam tanto interesse em aumentar a sua presença no país e em ajudar o regime, que pareceu abrir-se uma verdadeira concorrência entre ambas as potências.

Paralelamente à acção diplomática, acentuaram-se os laços económicos. O capital privado dos Estados Unidos aumentou sensivelmente as suas aplicações no país. As agências internacionais, particularmente a *United States International Agency* (USIA), adquiriram um peso inigualado na determinação da vida económica e política. A acção da USIA e de múltiplos organismos americanos combinou-se com a acção dos governos da França, Alemanha Federal, Inglaterra, Israel e Formosa. Logicamente, no âmbito dessa cooperação internacional, os Estados Unidos transformam-se no regente da orquestra e, além disso, no executor de quase toda a partitura.

Efectivamente, a administração norte-americana tem proporcionado ao regime uma cobertura económica sem precedentes. Essa ajuda, adoptando as rubricas mais variadas (donativos, ajuda alimentar, empréstimos, assessoria técnica) e ampliada pela cooperação internacional, vem alcançando volumes consideráveis. Representa uns 150 milhões de dólares anuais actualmente. Portanto, o governo tornou-se totalmente dependente da mesma, já que dois terços do orçamento de gastos públicos são proporcionados pela assistência externa. Em tais condições, dá-se uma verdadeira ocupação do país por organismos e assessores estrangeiros, sobretudo norte-americanos, que intervêm em todas as decisões administrativas e de política económica. Em nome do desenvolvimento e da intenção humanitária de ajudar a «nação mais pobre do continente», são oferecidos ao re-

gime os meios de executar algumas obras públicas, que são mostradas à população como prova da apregoada «revolução económica». Essa ajuda é, de facto, um factor decisivo na manutenção do dualierismo e da extrema dependência, a tal ponto que permite que o Departamento de Estado exerça pressão em favor de certa eficácia administrativa e em relação às liberdades democráticas.

Um exemplo do que foi dito é o memorando apresentado ao governo em Julho de 1978 pela embaixada dos Estados Unidos em Porto Príncipe, em nome de todas as agências norte-americanas e internacionais de auxílio. Nesse documento, Washington promete um aumento da ordem de 150 milhões de dólares, principalmente em auxílio alimentar, para os cinco anos seguintes. Auxílio subordinado ao cumprimento, pelo governo haitiano, dos seguintes requisitos: sanear as finanças incorporando no orçamento geral do Estado os recursos de certos organismos autónomos (como a *Régie de Tabacs* e o serviço de inspecção de veículos), recursos tradicionalmente usufruídos pela presidência; aplicar um severo programa de controlo da natalidade; aumentar os salários dos funcionários públicos; e diminuir os impostos sobre os produtores do campo.

Tendo a primeira dessas exigências implicado uma diminuição do poder financeiro da presidência, privando-a de cerca de 20 milhões de dólares anuais utilizados com discrição, o governo, ao aceitar as demais e ao negar-se a cumprir esta, não recebeu os 150 milhões de dólares. As pressões feitas, de maneira geral, foram no sentido da «defesa da democratização».

Em Fevereiro de 1978, por ocasião das eleições legislativas, importantes figuras da embaixada norte-americana deslocaram-se a Cabo Haitiano para assistir às eleições, para se certificarem de que o governo não poria nenhum obstáculo ao livre exercício do voto.

Notou-se, entretanto, uma notável mudança na política de Washington em relação ao dualierismo após a queda de Somoza, que con-

sistiu numa menor ênfase dada aos direitos humanos que, a longo prazo, poderia desestabilizar o governo. Isso foi acompanhado de um maior apoio às forças estabilizadoras, particularmente ao exército e ao poder em geral.

Esses factos e muitos outros, que evidenciavam um endurecimento da política norte-americana nas Caraíbas, também tiveram o seu reflexo no Haiti onde houve um fortalecimento da repressão. Isto mesmo pôde ser notado em Novembro de 1979, com a agressão perpetrada contra a Liga dos Direitos Humanos e que culminou, em Novembro de 1980, a poucos dias da eleição de Ronald Reagan, com toda uma política de restauração do terror.

### O papel do governo dominicano

No exame do apoio externo ao dualierismo, merecem um lugar destacado as relações dominico-haitianas, marcadas nos últimos anos pelo crescente fortalecimento da colaboração entre ambos os governos. Estes tinham vivido um longo período histórico de tensões e conflitos, devido a múltiplas contradições entre as oligarquias, período que teve o seu auge durante a ditadura trujilista (1930-1961). Ambos os países viveram uma nova deterioração nas suas relações durante o governo de Juan Bosch (1963), devido talvez ao antagonismo que surgira entre o dualierismo, tão parecido com o trujilismo, e o governo democrático de Bosch.

A partir da intervenção norte-americana na República Dominicana, os vínculos entre ambos os governos tornaram-se muito mais estreitos, selados pela cooperação policial, política e económica. Assegurava-se assim a neutralização de qualquer tipo de acção dos exilados haitianos no território vizinho e, em contrapartida, o governo de Porto Príncipe oferecia importantes contingentes de mão-de-obra para as refinarias açucareiras dominicanas. Essa transferência de força de trabalho, desde sempre com





Cerca de 15 mil haitianos são levados anualmente para a República Dominicana como virtuais escravos

o seu tradicional carácter clandestino, foi sancionada por um contrato legal entre os dois governos para a transferência anual, para o território dominicano, de cerca de 15 mil trabalhadores braçais haitianos. Mediante essa ligação económica, as relações entre ambas as oligarquias estreitaram-se e a compra e venda de trabalhadores haitianos tornou-se uma prática institucionalizada. As condições de exploração e de vida tornam-se tão cruéis para estes que se assemelham à escravidão: os trabalhadores designados para determinadas refinarias não têm direito de transferência para outra. Recebem salários de fome e maus tratos por parte dos capatazes, da guarda rural e dos *tontonsmacoutes*, que os obrigam a trabalhar como verdadeiros escravos.

Com o governo de António Guzmán, que chegou ao poder em 1978, o conjunto de intercâmbios económicos e políticos entre os dois países cresceu de forma desmedida. A burguesia dominicana, mais desenvolvida do ponto de vista industrial-manufatureiro que a haitiana, entendeu que poderia aproveitar o seu vizinho como mercado para os seus produtos. O fluxo de mercadorias para a parte ocidental adquiriu uma

magnitude nunca antes alcançada. Deu-se oficialmente a abertura das fronteiras, permitindo o livre fluxo de bens, passageiros e turistas.

Sendo o Haiti exportador de mão-de-obra e receptor de manufacturas e a República Dominicana compradora de força de trabalho e vendedora de mercadorias, as relações económicas desiguais foram-se projectando mais no terreno político. E assim, durante o seu primeiro ano de governo, Antonio Guzmán encontrou-se duas vezes com Jean Claude Duvalier na fronteira entre ambos os países. Nesses encontros, realizados sob o signo da cordialidade e da cooperação, foi selado um verdadeiro pacto secreto entre as duas oligarquias. Como consequência disso, os grupos exilados, que tinham manifestado maior actividade com a chegada ao poder do governo democrático de Guzmán, começam a sofrer dificuldades e perseguições tais como: medidas de intimidação contra a União Democrática de Emigrantes Haitianos (UDEH), recusas de visto a numerosas personalidades democráticas haitianas, perseguição aos dirigentes políticos mais activos no exílio e, por último, a deportação, em Fevereiro de 1980, de Robert Moise e Paul Denis.

Em resumo, a comunidade de interesses entre as duas oligarquias influiu nas relações entre os dois governos. Isto também é fruto das directrizes traçadas expressamente em Washington. Tal objectivo foi assinalado muito claramente pelo major-general Robert Schweitzer, em princípios de 1980. Durante a sua visita aos dois países, aquele militar norte-americano assinalou a necessidade de estreita cooperação e integração militar entre o Haiti e a República Dominicana com a finalidade de se protegerem mutuamente «dos perigos do comunismo na região».

### O pano de fundo da crise económica

Todos esses acontecimentos, que imprimiram uma nova característica à situação política, ocorrem num quadro global de crise económica cada dia mais aguda. Ao subir ao poder, Jean Claude Duvalier proclamara demagogicamente: «Meu pai fez a revolução política; eu farei a revolução económica.» Na realidade, o projecto de desenvolvimento do neodualismo é baseado numa estratégia de entrega do país ao capital estrangeiro.



Em 1976-77, foram instaladas numerosas fábricas têxteis, de roupas, de brinquedo e peças electrónicas, situando-se o montante global do investimento estrangeiro em uns 140 milhões de dólares em 1977. No total, foram aplicados nesse tipo de indústria, uns 40 milhões de dólares.

Na década de 70 foram criados cerca de 30 mil novos empregos nas indústrias de montagem, e essa atitude apareceu de repente, como a «galinha dos ovos de ouro». De facto, o negócio tornava-se óptimo para as firmas estrangeiras. Tornava-se, porém, bem mais modesto o número de empregos criados, tendo em conta que a taxa de desemprego no Haiti sobe a 40% da população economicamente activa.

Outro factor importante foram as transferências de dinheiro dos emigrados. Tendo em conta que quase um milhão de haitianos vivem no estrangeiro e mandam recursos financeiros para os seus familiares, a massa monetária que representa tal transferência está a aumentar constantemente. No princípio dos anos 70, representava de 10 a 15 milhões de dólares, constituindo um considerável factor de activação da vida económica.

Também os altos preços do café nos mercados internacionais entre 1973 e 1979 incrementaram as receitas comerciais do Haiti. (O café continua a ser o seu principal produto de exportação). Isso beneficiou fundamentalmente as 23 casas exportadoras que controlam a comercialização, como também o Estado, que recebe quase 30% do valor das vendas no exterior. Mas favorece também os 150 mil produtores em todo o país.

Por todos esse factores, a conjuntura tornou-se muito favorável e o auge económico bastante evidente, graças, sobretudo, à valiosa assistência internacional «que sob diversos conceitos chegou a somar, na década de 70 a fabulosa quantia de mil milhões de dólares». Mas essa situação acarretou um modelo de acumulação sumamente concentrado: os ricos tornam-se cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

A maior penetração do capital estrangeiro, a ampliação das relações capitalistas de produção, o carácter distorcido da ajuda internacional e as práticas corruptas do poder público, tiveram como resultado uma maior concentração dos rendimentos. A massa monetária, vinda sobretudo do estrangeiro através de transferências, aumentou de forma artificial a capacidade de consumo de certos sectores das classes médias, com acelerados efeitos inflacionários.

Por outro lado, a ampliação das relações capitalistas da produção e das actividades mercantis na última década proporcionou uma notável acumulação de recursos pela burguesia comercial e industrial que reforçou o seu poder económico. Operando em óptimas condições à sombra do duvalierismo, ela representa a grande beneficiária destas duas décadas de «paz e ordem». Tal circunstância reforçou a sua aliança com o poder político. O reflexo disso foi o casamento, em Maio de 1980, de Jean Claude Duvalier com Michèle Bennet, uma mulher oriunda da burguesia tradicional e ligada às grandes casas Madsen-Brandt - Reimbold - Mews - Silvera-Dufort, que constituem o núcleo mais poderoso do comércio e da indústria. Fica assegurada assim a participação directa e crescente da burguesia no poder político.

No entanto, observa-se um crescente mal-estar no bloco dominante, ligado à incapacidade do poder político em satisfazer as aspirações maiores dos mesmos grupos oligárquicos dominantes. Estes, depois de um período de bonança, experimentam no final da década de 70, os efeitos da crise económica geral.

Com a queda dos preços do café e a alta do petróleo deu-se uma acentuada redução dos recursos financeiros disponíveis. A ajuda económica externa, insubstituível sustentáculo do regime, não pôde crescer ao ritmo das necessidades e do esbanjamento duvalierista. O casamento do jovem presidente custou cinco milhões de dólares, e apesar das insistências das instituições internacionais, as contas não-

fiscalizadas continuam a existir, com exclusivo proveito da presidência. Nessas condições, o mal-estar financeiro tem reflexos no mundo dos negócios e nas esferas da administração e repercute-se dramaticamente sobre as massas.

Esta situação é a base das tensões e agitações surgidas no país em fins de 1980 e o retorno à política de força que evidencia o fim da farsa «jean-claudista». A crise continua a agudizar-se ininterruptamente, não obstante os alívios parciais e momentâneos desta ou daquela conjuntura favorável.

### As lutas populares

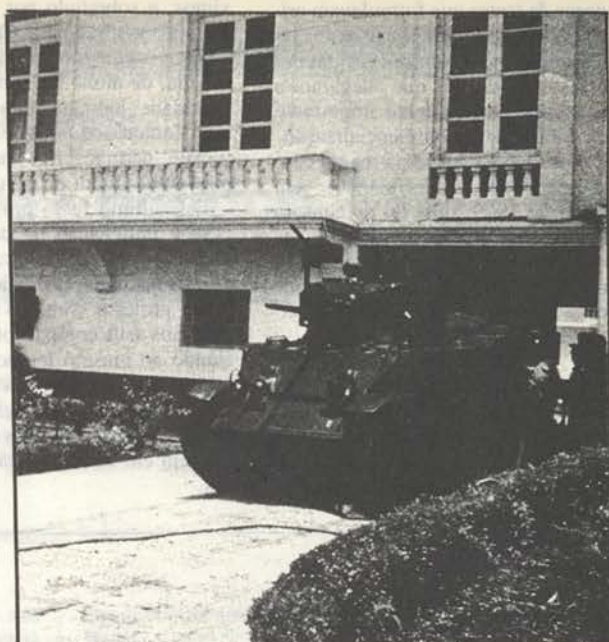
Até 1976-77, e de forma absoluta, o terror institucionalizado foi imposto a cada cidadão. Foi o período em que centenas de presos políticos morriam lentamente nas masmorras de *Fort Dimanche*, e a tortura, as prisões e os desaparecimentos continuavam a ser prática diária.

A resistência, apesar da férrea repressão, não deixava de se expressar adoptando as formas mais variadas. Nesse processo salientou-se o papel de um sector de vanguarda da imprensa independente, particularmente o semanário *Petit Samedi Soire Radio Haiti Inter*, que fizeram um trabalho perseverante, cheio de riscos, para romper a cataplasma do medo e libertar a palavra.

Houve também inúmeras manifestações populares. Desde a dos camponeses de Bocozele, no Artibonite, que se levantaram enfrentando as forças repressivas, até à dos operários do cimento, que entraram em greve em Maio de 1976 (a primeira greve desde a dissolução da Intersindical em 1963), desafiando as proibições e ameaças governamentais.

Tão fechado e repressivo era até então o clima político, que não só essa greve foi silenciada, como também o jornalista que a noticiou, Gasner Raymond, do *Petit Samedi Soir*, foi assassinado pouco tempo depois. Esses acontecimentos assinalaram uma data-chave na luta do povo. O repúdio da população por





O governo aumentou a repressão militar temendo que os refugiados regressem para derrubar o regime

este assassinato foi manifestado claramente em numerosas expressões, e o funeral do jornalista converteu-se numa manifestação pública em que centenas de jovens se pronunciaram contra o crime organizado, evidenciando que o pesado manto do terror começava a ser rompido.

Esses avanços da resistência popular coincidiram com um clima internacional favorável que obrigava a ditadura a observar certa tolerância para salvar a sua imagem externa e adaptar-se ao lema do respeito pelos direitos humanos, proclamado por James Carter desde a sua campanha.

No decorrer do ano de 1977, pela primeira vez na história do duvalierismo, procedeu-se à libertação de dezenas de presos políticos. Alguns deles foram expulsos do país, o que permitiu que chegassem a nível internacional testemunhos directos sobre as condições carcerárias no Haiti. Entretanto, as manifestações de resistência e luta populares multiplicavam-se diariamente. Surgiram numerosas greves nos estabelecimentos industriais mais impor-

tantes, como a *Ciment Haiti*, a refinaria açucareira *Hasco*, a companhia mineira *Reynolds*, exploradora de bauxite, e outras empresas de menor importância.

A agitação laboral começou a trazer inquietações aos círculos do governo e da burguesia, abalando o esquema de «paraíso sindical», promovido para animar os investidores. Em Novembro de 1978, um comunicado do Ministério do Trabalho proibiu as greves, respondendo assim a uma petição assinada pelos principais industriais do país. Foi nomeado como chefe da Polícia o coronel Jean Valmé, um «duro» que na semana em que assumiu o cargo dispersou à pancada uma manifestação de motoristas que pretendiam chegar até junto do Palácio Nacional. Essas medidas não puderam conter o movimento de protesto operário, que se verificou com maior força na zona da capital, a de maior desenvolvimento industrial do país.

Em Fevereiro de 1978, ao convocar eleições parciais para renovar a Câmara dos Deputados, o governo

enfrentou um novo problema. Além dos candidatos oficiais que participavam na farsa eleitoral, surgiram alguns candidatos independentes. Na cidade de Cabo Haitiano — a segunda do país — candidatou-se o cidadão Alexandre Lerouge que conseguiu um forte apoio popular. Apesar do clima de intimidação, Lerouge foi eleito com uma votação dez vezes superior à do candidato governamental e o governo teve que aceitar o facto.

Nesse mesmo contexto, nasceram dois partidos políticos «legais»: o Partido Democrata-Cristão, liderado por Sylvio Claude (que pela sua radicalização rapidamente contou com o apoio popular) e o Partido Social-Cristão, encabeçado por Gregoire Eugène, mais moderado e legalista. Esses partidos constituíram um novo elemento de estímulo da dinâmica política, apesar das suas limitações e da estreita margem de movimentação que tiveram.

A resistência popular manifestou-se também a nível de artistas e intelectuais através de



peças de teatro que formulavam críticas sociais e políticas bastante virulentas. O povo ocorreu em massa a esses espectáculos que chegaram a constituir um elemento importante de politização e consciencialização. Por seu lado, o governo reagiu com arbitrariedade, decretando, em Maio de 1979, uma lei de censura que proíbe a representação de qualquer tipo de peça de teatro sem permissão prévia. Também foi publicada uma lei de imprensa no mesmo sentido.

Com o auge da mobilização popular em fins de 1980, tudo isso fica evidenciado, devido à prisão do líder do PDC, Sylvio Claude, sua família e seus partidários mais pró-

ximos, e sobretudo por ocasião do caso dos náufragos de Cayo Lobos, quando o governo das Bahamas repatriou, de modo humilhante para a dignidade haitiana, um grupo de uma centena de *boat people*\*, que tinham permanecido mais de um mês numa ilha do arquipélago.

Este último facto provocou uma grande indignação no país. A imprensa, a opinião pública e o povo de uma maneira geral, manifestaram o seu protesto contra o tratamento dado aos seus compatriotas, denunciando ao mesmo tempo a responsabilidade do regime duvalierista no acontecido e pela situação reinante no país, que obrigava os haitianos a fugirem em condições tão dramáticas.



Diante da crescente mobilização e agitação, o governo, temeroso de perder o controlo da situação, desencadeou uma violenta repressão:

a) as primeiras figuras políticas, líderes dos partidos democrata-cristão e social-cristão, bem como da Liga dos Direitos Humanos, jornalistas democratas, sindicalistas independentes, sacerdotes intelectuais de prestígio foram presos e cerca de vinte deles foram expulsos para Miami e Curaçao, entre eles Grégoire Eugène, presidente do Partido Social-Cristão. Foram fechados, e em alguns casos destruídos, emissores de rádio como a *Radio Haiti Inter*, *Radio Progresso*, *Rádio Citadelle*, e órgãos da imprensa tais como *Regards*, *Inter-Jeunes* e *Cocorico*, que vinham a adoptar uma atitude de censura às arbitrariedades do regime, participando igualmente no trabalho de educação democrática do povo;

b) centenas de cidadãos foram presos, interrogados e torturados. Entre eles muitos partidários de Sylvio Claude, moradores de bairros populares e do interior do país identificados como activistas dos direitos humanos.

A partir dessas prisões e para prevenir e neutralizar alguns movimentos de protesto dos estudantes e da população em geral, o governo aplicou a mais férrea censura à imprensa, multiplicou os efectivos policiais na capital e declarou que tais medidas tinham sido tomadas para destruir um «complot comunista» com ramificações nos meios de comunicação.

Um ambiente repressivo cobriu todo o país, que sentiu reviver o período mais tenebroso do terror duvalierista. Era evidente que o governo queria apagar as conquistas democráticas do povo, e que, com Ronald Reagan na presidência dos Estados Unidos, sentia-se com as mãos livres e em condições de recorrer de novo aos métodos violentos, que por algum tempo tinha sido obrigado a conter. □

\* *Boat people*: Refugiados que tentam escapar pelo mar em barcos



Reagan

## O «teatro» político como arma diplomática

*Um jornalista que escreveu mais de dez livros sobre as relações dos Estados Unidos com a América Latina, e é apontado como o «descobridor» de Sandino, analisa de um ângulo inédito a estratégia actual da Casa Branca para o continente americano*

Gregorio Selser

**N**o manancial de exageros e iniquidades que caracterizou a derradeira etapa da segunda presidência de Richard M. Nixon, segundo o livro *The Final Days* (1), podem ser encontradas valiosas pistas de atitudes políticas e de posturas de actuação governamental, válidas para interpretar os modos de agir de certas personalidades que são hoje muito mais importantes do que na época, por terem subido na escala do poder.

Tomemos por exemplo, entre muitas das histórias referentes à actuação do general Alexander Haig para proteger Nixon dos desastrosos efeitos da investigação do escândalo Watergate, o seguinte relato de Woodward e Bernstein, alusivo a uma manobra palaciana na qual participaram aquele militar — então chefe do pessoal da Casa Branca —, o advogado J. Fred Buzhardt — conselheiro especial da Casa Branca para a defesa de Nixon no escândalo Watergate — e Ronald L. Ziegler, secretário de imprensa do presidente e um dos seus mais incondicionais e ferozes defensores, e que tinha uma opinião divergente da de Haig e Buzhardt no que se refere às «famosas» fitas. Os dois achavam que a melhor estratégia era entregar as fitas à Justiça:

«Haig e Buzhardt temiam que o argumento de Ziegler convencesse o presidente, e que este retirasse grande parte do material comprometedor ou que decidisse não apresentar nada. Tinham de 'convencer' Ziegler. O general e o advogado decidiram montar uma cena de teatro para tal (2).

«O cenário foi montado no escritório de Haig. Sob o olhar aprovador de Ziegler, Haig criticou duramente Buzhardt e St. Clair (3). Acusou-os de intervirem demasiadamente nos assuntos do presidente.

— O presidente, e não uns malditos advogados, é

que deverá decidir aquilo que será revelado — gritou Haig.

«Ziegler moveu a cabeça afirmativamente, apoiando-o.

«Esse era o sinal para que Buzhardt entrasse em cena. Nem ele nem St. Clair (e obviamente nenhum advogado) poderia apoiar essas supressões, afirmou. Mesmo trabalhando para a Casa Branca, estavam ligados à ética legal. Essa ética exigia que eles garantissem que o presidente faria uma revelação completa, coerente com os interesses nacionais. Deviam insistir no sentido de que as decisões de Nixon fossem tomadas de acordo com a Lei, e não com as relações públicas. As transcrições, tal como apareciam nesse momento, demonstravam a inocência do presidente (4). Os advogados já haviam feito tudo o que se podia esperar deles; e na realidade, mais do que isso. Estavam comprometidos, mas havia um limite. Buzhardt deixou que Ziegler tivesse a impressão de que o presidente poderia ficar sem advogados, a menos que cedesse.

«Haig fingiu ficar zangado. A posição de Buzhardt não lhe dava outra alternativa, afirmou. Não haveria mais supressões.

«Naquele momento, Ziegler aceitou: Haig fazia, evidentemente, tudo o que podia.» (5)

«Haig fazia o que podia» — segundo a conclusão de Woodward/Bernstein — para atingir o propósito de impedir o desastre na Casa Branca, uma missão política que não lhe competia dada a sua condição de chefe do pessoal, mas que assumiu, apesar de desprezar Nixon ao ponto de «às vezes referir-se ao presidente como homem de natureza fraca, medroso», e ridicularizava-o, afirmando que Nixon e



«Bebe» Rebozo (6) tinham um relacionamento homossexual, enquanto o imitava com gestos que chamava de maneirismos do presidente. (7)

Tendo em conta este tipo de intimidade, que dá uma descrição da sua personalidade, poder-se-á ter um melhor acesso às chaves e códigos que regulam as actividades político-militares do secretário-de-Estado Alexander Haig. Se unirmos e somarmos atitudes como a descrita por Woodward/Bernstein à mecânica psicomental do homem que como militar profissional está condicionado pelos reflexos e parâmetros da tática e da estratégia, e pela fria lógica de quem se apega mais aos resultados do que aos meios utilizados, o produto é uma mistura de amoralidade, hipocrisia e cinismo.

Ainda que a diferença entre Haig e o seu antecessor Henry Kissinger seja pequena em termos de meios a serem utilizados, ela torna-se enorme se são comparadas as respectivas bagagens intelectuais. A opacidade de um contrasta com o brilho do outro; um opera executiva e compulsivamente em função de planos rígidos de fundo militar, enquanto que o outro, consciente das suas atitudes de estadista, sente-se um moderno Metternich e goza com os artificios e fáscas do jogo da diplomacia internacional. E essas diferenças de capacidades e temperamentos já os haviam posto em confronto quando ambos serviam na equipa de Nixon. As breves linhas que se seguem, também extraídas dos «Dias finais» ilustram claramente o contraste.

«Haig ocupava-se da burocracia. Trabalhava mais do que ninguém nos gabinetes. (...) Evitava constantemente os debates intelectuais e ideológicos que caracterizavam o pessoal do Conselho de Segurança Nacional. Tolerava com esforço sobre-humano as ofensas que Kissinger lhe dirigia.

— Somente alguém treinado a receber merda (*sic*) pode suportar isto — opinou Hicks diante dos seus colegas.

«Na presença de Haig, Kissinger referia-se explicitamente aos militares em termos do tipo 'animais brutos e estúpidos, prontos para serem usados' como peões na política externa...

«Numa ocasião em que Haig partia para o Camboja (actual Kampuchea) a fim de ter um encontro com Lon Nol, Kissinger acompanhou-o até ao carro oficial (...) Quando Haig se baixou para entrar no automóvel, Kissinger deteve-o e poliu a única estrela que brilhava no seu ombro: 'Al, se te comportares direitinho, conseguir-te-ei outra', afirmou...»

Haig demonstrou ser diligente e eficaz o bastante para conseguir mais três estrelas sem a ajuda de Kissinger, que naquele tempo jamais poderia supor que o militar a quem inferiorizava iria ser, com o

decorrer do tempo, o titular do Departamento de Estado. Mas, no que se refere aos assuntos mundiais, as diferentes concepções para encarar o tema — crucial para ambos — das relações Leste-Oeste, foram tão opostas como poderiam sê-lo as de alguém forjado nas disciplinas universitárias, e de outro, sujeito às exigências da formação militar. Haig apesar de ocupar um dos últimos lugares do seu curso, somente alcançou o generalato por razões que nada têm a ver com o seu mérito militar ou os seus dotes como estrategista ou tático da *ars belli*, e sim pela sua utilidade e eficácia como organizador administrativo. Por essas mesmas aptidões, ele tornou-se indispensável ao presidente Nixon ao ponto deste pôr de lado 240 oficiais mais antigos e hierarquicamente superiores a ele, e designá-lo para uma das mais altas funções do exército. Já nessas funções, Haig fez-se nomear finalmente pelo então presidente Gerald Ford, nada menos do que Comandante Chefe da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A muitos anos-luz de distância, em termos de capacidade e preparação, de um dos seus antecessores, o general de cinco estrelas George C. Marshall, o seu maniqueísmo é explicável pelas suas já mencionadas carências intelectuais e a sua já igualmente citada aversão pelos «debates ideológicos». E, última das coerências, só alguém tão medíocre como Ronald Reagan poderia considerar funcional no Departamento de Estado uma pessoa tão parecida com ele pelas suas limitações e pela sua estreita concepção do mundo de hoje.

Estas anotações deveriam servir como ponto de referência para uma possível interpretação das posições, actuações e golpes da «diplomacia» de Haig para com a América Central e as Caraíbas com todos os indícios de ser uma Segunda Guerra Fria, nos primórdios da qual se embrenhou o presidente James Carter nos últimos meses da sua administração. Já não é só a estratégia da «reacção flexível» esboçada nos anos 50 pelo general Maxwell Taylor, ou da política internacional do «à beira da guerra» desenvolvida nessa mesma década pelo secretário de Estado John Foster Dulles, sob o contido e quadrado comando do general Dwight Eisenhower.

O estilo inaugurado pela administração Reagan oscila entre a obsessão e a paranóia, o desaforo verbal e o disparate conceitual, os excessos formais e uma irracionalidade visceral, tudo isso condimentado com mecanismos, instrumentos e táticas nos quais, às vezes, torna-se difícil distinguir o absurdo da mentira vulgar e irresponsável.

Nessa troca de tónicas e estilos, a única coisa certa é a identificação já enunciada entre duas personalidades, temperamentos e qualificações do mais gros-



seiro intelecto, como os de Reagan e Haig. Assim, enquanto recordávamos exemplos como os de Marshall em relação a Truman, e Eisenhower em relação a Dulles, os riscos da distância conceitual, ideológica e mesmo temperamental tinham os devidos contrapesos de ponderação e temperança indispensáveis para enfrentar os complexos núcleos da problemática mundial sem o apelo derradeiro ao Apocalipse. Com Reagan e Haig juntaram-se a fome e a vontade de comer, segundo o ditado popular. E pior, foram vislumbrados, nos doze primeiros meses, indícios de uma eufórica e triunfalista pré-disposição para o confronto permanente, que poderia — inclusive por um gratuito excesso verborrágico ou por um inadvertido e casual aperto de um botão — desencadear uma irremediável hecatombe universal.

Isso é particularmente notório nos focos críticos periféricos e marginais, como os da América Central e das Caraíbas, que — considerados prioritários na política do governo Reagan — são forçadamente incorporados na farsa, como se tomassem parte na representação do jogo Leste-Oeste. O drama terrível de El Salvador e da Guatemala, ou o problema sócio-económico da Nicarágua ou de Granada, por exemplo, somam-se ao pacote global da disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética, graças ao ingrediente intermediador de Cuba.

É aqui que ganha sentido o relato com que iniciamos estas reflexões, sobre como Haig e um advogado decidem montar uma «cena de teatro» para dobrar a possível resistência de um membro da equipa de Nixon. Haig e Buzhardt maquinam um espectáculo privado para facilitar ao último «entrar em cena» e enganar o incauto Ziegler. O enredo termina quando Buzhardt permite que o chefe da imprensa de Nixon «tivesse a impressão» de que este último ficaria sem advogados leais se se mantivesse irredutível, quando «Haig fingiu exasperar-se». Ziegler engole a isca e transmite o ocorrido a Nixon, da forma como Haig e Buzhardt haviam planeado. Teatro político, mas teatro.

Este tipo de encenação de ameaça, de chantagem, de acusação não-provada, de uma superpotência contra nações e povos pobres e indefesos, está em vigência desde os primeiros dias em que Haig, se estreou como secretário de Estado dos Estados Unidos. É certo que os indícios e actuações da chamada «equipa de transição» de Reagan precediam-no lugubremente. Pior ainda, um frustrado presidente Carter facilitou-lhes a tarefa em El Salvador, juntando-se sem grande convicção ao coro de acusadores e chegando mesmo ao triste extremo de violar o seu próprio compromisso público, de não reatar a ajuda económica e militar à junta governante. Carter havia exigido que a junta salvadoreña apontasse e subme-

tesse à justiça os culpados do assassinato premeditado — com prévio estupro — de três religiosas católicas e uma assistente social, detidas pelas forças armadas salvadoreñas a 2 de Dezembro de 1980, próximo do aeroporto internacional da capital.

Sob a direcção de Haig, o Departamento de Estado produz o célebre *White Paper* sobre El Salvador, cuja distribuição oficial e pública *urbi et orbi* é também acompanhada de uma encenação teatral média na diplomacia norte-americana. O presidente John F. Kennedy foi mais discreto quando autorizou a distribuição de um «Livro Branco» contra a revolução cubana em Março de 1961, para justificar a invasão da Baía dos Porcos no mês seguinte. Haig despachou emissários pessoais à Europa — Lawrence Eagleburger e Luigi R. Einaudi — e à América Latina — o general Vernon Walters, ex-subdirector da CIA —, como portadores do texto da denúncia documental e ratificadores verbais da conjuração dos revolucionários de El Salvador para adquirirem armas e munições no exterior a fim de derrubarem a junta militar simpática aos Estados Unidos.

Todo o argumento caiu por terra algumas semanas mais tarde, quando o verdadeiro autor da farsa documental, o funcionário Jon Glassman, revelou ao colunista Jonathan Kwitny, do *Wall Street Journal*, que se havia baseado em interpolações e que o dado mais importante — a cifra de 800 toneladas de material bélico de origem presumidamente «comunista» enviadas para El Salvador — era uma estimativa aproximada, calculada por ele de acordo com uma suposição pessoal, sem base numa informação real, provada e fundamentada na verdade.

Paralelamente à operação do *White Paper* sobre El Salvador, o Departamento de Estado planeou um programa de crescente hostilidade contra Cuba, Granada e Nicarágua, que no primeiro dos três casos não era senão uma reiteração de textos e argumentos familiares. Nos dois casos restantes, os textos careciam de credibilidade para influir em decisões de ajuda económica já estabelecidas ou em vias de concessão por parte de países europeus e do Canadá. Estes estavam muito mais apreensivos com o fiasco da intervenção de Glassman e com uma vantagem informativa extra sobre El Salvador: a Nicarágua está aberta para qualquer tipo de verificação estrangeira, não tem áreas secretas nem restritas para quem deseje fazer investigações sérias e responsáveis no seu território.

Enquanto isso, a pequena e ainda indefesa Granada é verbalmente ameaçada directa ou indirectamente pelos Estados Unidos, a ponto desta potência pressionar os países da Comunidade Económica Europeia (CEE), junto dos quais o governo de Maurice Bishop negocia créditos para a construção de um



aeroporto internacional que ponha fim ao isolamento de a ilha. Tudo isto porque Granada procura preservar a sua soberania e autonomia inerentes à condição de nação independente e escolher os seus amigos na região das Caraíbas. Essa escolha e outras decisões sócio-económicas puramente internas servem também como argumento de sustentação na teatralização feita pelo Departamento de Estado, sob a batuta de Haig, sobre o perigo da subversão na região das Caraíbas e centro-americana.

A Nicarágua sofreu uma teatralização semelhante, enfeitada e colorida com maiores doses de coacção e ameaças, a partir da acusação inicial de que o seu território servia de trampolim para mandar armas e guerrilheiros para os revolucionários salvadorenhos. A resposta de Washington consistiu na suspensão de um crédito para a compra de trigo concedido durante o governo de Carter. Depois, não foram economizadas nem acusações nem atitudes de hostilidade da mesma origem, cujo significado mais simbólico é dado pelo detalhe de que com a renúncia — aceite por Reagan — do embaixador Lawrence Pazullo, a representação diplomática norte-americana está vaga.

A Nicarágua continua a defender-se corajosamente contra a pressão, a chantagem e o bloqueio económico-financeiro. Mas conta com a compreensão e solidariedade de países da Europa Ocidental e Oriental para enfrentar as suas necessidades mais prementes. E, como no caso semelhante de Granada, as suas decisões soberanas na escolha de governos amigos são usadas como argumento para que Haig monte novos enredos de farsa e desinformação.

O último degrau na escala de agressão verbal cumpriu-se através de curtas etapas cuja ilustração mereceria por si só uma análise do conteúdo das mensagens e códigos da hostilização. A partir do ponto inicial da acusação não provada sobre a utilização do território como base para enviar homens e armamento para El Salvador — país com o qual não tem fronteira — a Nicarágua sofre acusações directas ou veladas, incluídas em textos nos quais os organismos governamentais norte-americanos ou os seus porta-vozes atacam outros países das Caraíbas, usando a Nicarágua como «papão» nessa cartada. Parece desnecessário destacar a natureza dessa suja desinformação, mas em troca, é útil apontar o papel desempenhado nessa campanha por certos jornalistas e alguns meios da imprensa dos Estados Unidos e de outras partes do mundo.

A nota original foi dada pelos conhecidos jornalistas Rowland Evans e Robert Novak, a 19 de Outubro de 1981, ao publicarem nas suas colunas do *Washington Post* e de outros jornais que reproduzem as suas crónicas, a notícia que atribuíram a «fontes

latino-americanas dignas de crédito», segundo as quais, entre 500 e 600 soldados das tropas de elite cubanas haviam sido transportados secretamente para a Nicarágua em meados de Setembro, com o propósito de «instalar um governo revolucionário marxista no oriente de El Salvador». Sugeriam que esses cubanos eram responsáveis, pouco depois da sua chegada, pela destruição da estratégica Ponte de Ouro, sobre o rio Lempa. A lenda começou a circular segundo as conhecidas técnicas do «disse-me-disse»; os fracos desmentidos nada mais eram do que formas disfarçadas de aprovação oficial dessa espécie de difusão. Dos 500 a 600 cubanos passou-se aos 800, e o jogo continuou, apesar dos veementes protestos dos governos da Nicarágua e de Cuba, e do seu desafio em público para que fossem apresentadas as provas desse acto.

Antes que esse embuste fosse digerido, no programa «Telediário» da cadeia de televisão ABC, um dos seus correspondentes ultrapassava os limites da credibilidade: a 5 de Novembro, John Mc Whety, atribuindo a versão a «fontes do Pentágono», transformou os «500 a 600» cubanos de Evans Novak em três mil, e acrescentou que o Vietname tinha enviado por navio, para a Nicarágua, «mil aviões e helicópteros, a maior parte deles de fabricação norte-americana, capturados ou recolhidos pelas forças de Hanói durante e depois da guerra» travada no sudeste asiático(9).

A insensatez de tal cifra não impediu que o disparate fosse reproduzido pela imprensa escrita dos Estados Unidos e difundido pelas agências noticiosas como se realmente merecesse o custo e a utilização do telex. O presidente cubano Fidel Castro deu atenção apenas ao embuste menos grosseiro, o de Evans e Novak. A 10 de Novembro, o *Washington Post* recebia uma carta sua com pedido de publicação, um gesto não habitual, que falava às claras do grau de irritação que essas falsidades lhe produziram. Castro incluía-as numa «campanha verborreica e mentirosa» que era parte de um plano do governo dos Estados Unidos «destinado a preparar o cenário» para «acções agressivas contra Cuba. Acrescentou que a «notícia» de Evans e Novak era «provocadora e absolutamente falsa», e denunciou, além disso, que o governo Reagan havia informado outros países de que possuía provas sobre as actividades de tropas cubanas na Nicarágua, negando-se a responder à solicitação de Cuba para que apresentasse provas que sustentassem a acusação.

Nem a carta de Castro publicada pelo *Washington Post* nem os outros protestos e reclamações de Cuba e da Nicarágua modificaram o planeado *script*. Imutáveis, Haig e outros porta-vozes da Casa Branca continuam com o seu teatro de enganos e mentiras,



negando-se desdenhosamente a responder ao repetido requerimento da Nicarágua, formulado pelas vias diplomáticas e sujeito a formas e princípios do direito internacional, onde era solicitada uma rectificação pública.

O jogo passou, em meados de Outubro, a uma outra fase da ofensiva de acção psicológica de Haig: a difusão cuidadosa de outro texto com chamada de capa «*Confidential State 298697*» e que tem por título «Actividades secretas de Cuba na América Latina» (10), cujo conteúdo é precedido de uma sugestiva recomendação: os funcionários norte-americanos que o receberam «nas capitais da NATO» para sua distribuição reservada, deverão corrigir «o número de conselheiros de segurança cubanos na Nicarágua» mencionados no *Report* anterior, já que não seriam de 788 a 898, mas 1.599. Como se vê, mais do dobro do número dado por Evans e Novak, porém metade do indicado pela cadeia ABC no seu «Telediário». Falta da devida coordenação informativa, percebe-se.

Salvo prova em contrário, todo o programa de denúncias e provocações verbais em que está mergulhado o governo Reagan desde Janeiro de 1981, incluindo os seus reiterados exercícios musculares na América Central e nas Caraíbas, é puro teatro no estilo descrito por Woodward/Bernstein, apresentado de forma mais aberta — e obviamente mais perigosa — para a paz mundial. O analista Robert C. Toth, do *Los Angeles Times*, dá-nos grande parte de razão numa crónica que tem por título «Os Estados Unidos procuram manter Castro nervoso». Escrevendo de Washington, Toth anuncia que «o Departamento de Estado completará rapidamente uma acção de ameaças na América Central e nas Caraíbas, no intuito de colocar em primeiro plano a longamente esperada definição política da administração em relação à nação de Fidel Castro».

Segundo Toth, não estão previstas acções militares drásticas, tais como a invasão ou o bloqueio naval, devido ao facto de que «acções desse tipo, segundo indicam as fontes, seriam onerosas e impopulares dentro e fora dos Estados Unidos, e não têm garantias de êxito a longo prazo».

Mas a ameaça do secretário Haig de «ir até às origens» dos problemas da América Central através de um projecto de «liquidar Castro» baixaram de tom e diríamos mesmo que se esvaziaram. Para um funcionário que Toth não identifica, «ir às origens significa que não toleraremos o presente nível de aventureirismo cubano, mas que Castro é mais vulnerável, não no seu próprio território, mas fora dele, no palco da Nicarágua e El Salvador, através de uma combinação de esforços políticos, económicos e al-



guns militares». Os cálculos que fazem as «fontes» aludidas por Toth centram-se no alto custo de uma invasão de Cuba, que requereria anos de ocupação militar, e reconstrução e altíssimos subsídios financeiros equiparáveis aos oito milhões de dólares diários gastos hoje pela União Soviética; além disso, a invasão seria respondida «por Moscovo com uma cartada em Berlim Ocidental ou em qualquer outra parte», e um bloqueio naval desviaria navios de guerra norte-americanos de mares importantes para as Caraíbas por um período indeterminado. Além disso, os planeadores do Pentágono «advertiram que



Prémio  
CARAVELA  
PORTUGUESA  
1980



## COMETNA EM ÁFRICA



### Equipamentos para:

- caminhos de ferro
- cimenteiras
- cerâmicas (barro vermelho)
- siderurgias
- centrais hidráulicas e térmicas
- construção civil
- saneamento básico (carros e contentores)

### Válvulas industriais

### Estudos e Tecnologia

## METALOMECÂNICA E METALURGIA



**COMETNA**  
Companhia Metalúrgica Nacional, S.A.R.L.

Sede: R. Academia das Ciências, 5

• 1200 Lisboa • Tel.: 320011

• Telex 12819 COMEN P

Delegação na R.P. de Moçambique:  
Av. Samora Machel, 39 - Flat 603-6.º C.P. 1402  
telefone 29461 Maputo

Moscovo, de forma diferente da sua retirada na crise dos mísseis em 1962, está decidida a desafiar qualquer bloqueio norte-americano, desta vez com embarcações submarinas.

Por outro lado, «novas sanções económicas contra Cuba poderiam produzir apenas resultados periféricos», tendo em conta que Washington ainda mantém o embargo comercial à ilha e que poderia mesmo aumentar as suas pressões sobre as filiais das corporações norte-americanas no exterior e sobre os seus aliados, para induzi-los a pôr fim ao intercâmbio, tudo isto produzindo muito pouco efeito sobre Castro.

As estimativas e previsões sobre o futuro próximo nas áreas das Caraíbas e América Central sugerem às «fontes» de Toth uma «super-reacção nervosa» de Castro face às medidas de Reagan. Isso seria indicado por uma maior estridência nos seus ataques de resposta verbal e pela criação da milícia territorial de um milhão de homens, assim como a tendência que mostra, com o decorrer dos anos, em «aceitar riscos quando as pressões sobre ele são mais agressivas». Para a actual estratégia de Haig, «golpear a Nicarágua até levá-lo ao fracasso representaria a maior derrota para Castro, já que os seus êxitos em Angola, Etiópia e outros lugares não compensariam o impacto negativo nesse novo campo, segundo entendem os funcionários norte-americanos que acreditam que o caminho para deter Castro passa por Manágua».

Se levarmos em conta o tom actual e somarmos a ele os seus antecedentes, o teatro de farsas de Haig tem um significado claro. Mas não é a garantia total de que a farsa não se venha a transformar numa grande tragédia. □

1) Bob Woodward/Carl Bernstein, *Los Días finales*, edição em espanhol da Editorial Argos, Barcelona, 1976.

2) *As asas são nossas*, em todos os casos da presente citação de «Os dias finais».

3) James D. St. Clair, *outro advogado, conselheiro especial de Nixon para o caso Watergate*.

4) *As transcrições das fitas magnéticas secretamente gravadas por Nixon e cujos originais este negava-se a entregar à justiça. Até esse momento, uma manipulada selecção de textos faziam de Nixon um anjo inocente. Quando foi obrigado a apresentar as fitas, o presidente teve que renunciar.*

5) Woodward/Bernstein, *op. cit.*, p. 140.

6) «Bebe» Rebozo, *milionário de origem cubana e um dos mais antigos e íntimos amigos de Nixon*.

7) Woodward/Bernstein, *op. cit.*, p. 208-09.

8) Cf. Gregório Selser, «Mil aviões para Manágua: de Goebels ao 'doutor Faustrol'», em *El Día*, México, 12-11/81.

10) Cf. notas de Gregório Selser sobre o documento «Cuban Covert Activities in Latin America», publicada no *El Día*, México, 7, 8 e 9 de Dezembro de 1981.



### Paulo Jorge: «A independência da Namíbia será um acto de justiça»

*O ministro dos Negócios Estrangeiros angolano analisa a situação na África Austral e revela que manteve um encontro com Alexander Haig a partir de uma iniciativa da administração norte-americana*

Altair L. Campos

O chefe da diplomacia angolana, Paulo Jorge, fez uma visita oficial ao Brasil de 9 a 13 de Fevereiro, a convite do seu homólogo brasileiro, Saraiva Guerreiro.

O ministro angolano foi recebido pelo presidente João Figueiredo em audiência especial e teve vários encontros de trabalho no Ministério dos Negócios Estrangeiros nos quais se discutiu o incremento das relações bilaterais nos domínios técnico, económico e científico. Brasil e Angola estabeleceram relações diplomáticas em 1975, quando o MPLA proclamou a independência em Luanda. Desde então desenvolveram-se crescentes trocas comerciais entre os dois países, que no ano de 1980 atingiram a soma de 217 milhões de dólares. O Brasil vende a Angola prioritariamente produtos alimentares, viaturas e equipamentos, enquanto que Angola exporta para o Brasil petróleo bruto. Paulo Jorge foi condecorado no Brasil com a «Grande Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul», a mais alta distinção brasileira a personalidades estrangeiras.



Durante a sua visita, o chanceler concedeu uma entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, que reproduzimos a seguir:

*Qual a razão principal desta sua viagem ao Brasil?*

Em 1980 o ministro Saraiva Guerreiro fez um périplo por muitos países africanos, entre os quais a República Popular de Angola. Vim, assim, respondendo a um convite. É uma visita de retribuição.

*Qual a característica principal desta visita: económica ou política?*

A visita é iminentemente política, na medida em que, de 1980 para cá, foram assinados acordos de cooperação técnico-científicos e económicos, assim como na área cultural, e isto tem vindo a materializar-se nos diversos domínios em que foi estabelecida esta cooperação bilateral.

*Qual o clima destas conversações e o que foi abordado especificamente?*

Desenrolaram-se num clima cordial e de compreensão mútua. Tivemos a oportunidade de fazer uma análise da situação internacional sobre os grandes problemas que me parecem nos preocupar mutuamente, bem como sobre o andamento das relações bilaterais. E na análise que fizemos das relações bilaterais constatamos a possibilidade de encontrarmos novas perspectivas de cooperação económica, como é o caso do petróleo, do comércio externo de produtos alimentares, da construção civil, energia e agricultura.



*É sabido que tem havido alguns problemas como, por exemplo, no fornecimento, da parte dos empresários brasileiros, de produtos ou serviços de má qualidade...*

No quadro das relações comerciais surgiram realmente algumas dificuldades, mas isso parece-me absolutamente normal, porque às vezes os intervenientes não tomam na devida atenção o relacionamento entre os governos ou povos, prevalecendo este ou aquele interesse imediato, pessoal. Mas são dificuldades que têm sido ultrapassadas, pois nenhuma das partes está interessada em deixar que se criem obstáculos a esse relacionamento harmonioso que tem sido desenvolvido.

*Houve então intervenção directa do governo brasileiro...*

Devo sublinhar que o governo brasileiro interveio para que fossem ultrapassadas certas dificuldades, pois alguns produtos foram enviados e não corresponderam qualitativamente. Mas já tivemos esse tipo de dificuldade com outros países e com outras empresas que não tiveram a devida atenção. Mas são problemas já ultrapassados.

*E na área política?*

Analisámos fundamentalmente os conflitos que se multiplicam em consequência da corrida armamentista fomentada pela administração Reagan. Tivemos oportunidade, igualmente, de tomar conhecimento de um pouco mais da realidade da América Latina, sobretudo manifestando a nossa preocupação sobre aquilo que se passa em El Salvador bem como sobre as ameaças que pesam sobre a Nicarágua e demais regimes progressistas da área. E exprimimos o nosso ponto de vista sobre essa situação.

#### **A situação na África Austral**

*Foi discutido o problema da Namíbia?*

Claro que não deixámos de nos debruçar de maneira muito particular sobre a situação na África Austral, sobretudo a respeito do problema da Namíbia. E, particularmente, nos esforços que têm sido desenvolvidos, por um lado pelos cinco países do «Grupo de Contacto» (1), e por outro pela SWAPO e pelos países da «Linha da Frente».

*Haverá avanços nesse sentido, brevemente?*

**«... A independência da Namíbia, com a subida ao poder da SWAPO, significará que a África do Sul estará, finalmente, dentro dos seus próprios limites geográficos, sem condições de sair deles...»**

Estamos convencidos que no decurso de 1982, o «Grupo de Contacto», pelo facto de se sentir pressionado pela posição da Organização da Unidade Africana (OUA) e pelo próprio Movimento dos Países Não-Alinhados assumirá o engajamento de implementar a Resolução 435 (2) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A única incógnita que pode entravar este processo reside simplesmente na atitude do regime de Pretória, que tem encontrado sempre os mais diversos pretextos para impedir a materialização da independência da Namíbia. Creio que se completou a primeira fase, que constitui a elaboração e a aceitação dos chamados princípios constitucionais, a partir dos quais entrar-se-á numa segunda fase correspondente à composição das tropas das Nações Unidas e à discussão da chamada parcialidade ou imparcialidade das Nações Unidas, que é levantada, de uma maneira metafísica, pelo regime de Pretória.

*E o que virá a seguir?*

A esta fase seguir-se-á, na prática, a implementação da Resolução 435 e do plano das Nações Unidas, que compreende fundamentalmente quatro aspectos: o cessar-fogo entre as partes em conflito (isto é, entre a SWAPO e a África do Sul); a retirada gradual das forças sul-africanas do território da Namíbia; a participação das tropas das Nações Unidas; e a realização de eleições livres e justas. A questão torna-se delicada na sua evolução natural, na medida em que a África do Sul sabe perfeitamente que, num processo livre e justo, a SWAPO ganha as eleições.

*Há a certeza disso?*

Absoluta. Temos a absoluta convicção de que se as eleições forem livres e justas, a SWAPO ganha as eleições. E os sul-africanos e a administração Reagan sabem que assim será. E é por isso que há o acumular de pretextos para impedir que se chegue a esse processo.

*Mas de onde vem essa certeza? Foram feitos inquéritos ou sondagens de opinião pública que dão essa força à SWAPO?*

Há várias fontes de informação que têm testemunhado precisamente isso. E bem curioso é que às vezes essas fontes de informação nem sequer são afectas à SWAPO. Foram visitantes que aí estiveram, missionários e políticos que escutaram testemunhos de pessoas que têm vivido na Namíbia. Algumas dessas informações chegaram até nós. É importante recebermos essas informações de áreas que não nos são afectas.

*Há algum paralelo entre a situação da Namíbia e a do Zimbabwe, antes da independência?*

No processo do Zimbabwe, o que todos esperavam, com todos os meios que foram postos à disposição do bispo Muzorewa, era a sua vitória eleitoral. E na verdade foi a Frente Patriótica que ganhou, e de maneira mais do que convincente. É essa, no fundo, uma das razões pelas quais a África do Sul tem procurado atrasar o processo.

(1) Os cinco países do Grupo de Contacto são: Estados Unidos, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, França e Canadá.

(2) Em 1968 a ONU reconheceu o direito do território ocupado pela África do Sul à independência, com o nome de Namíbia.



*Porquê esse temor tão grande da SWAPO?*

A independência da Namíbia, com a subida ao poder da SWAPO significará que o regime da África do Sul estará finalmente confinado nos seus limites geográficos, sem condições de sair deles. E ao ficar dentro desses limites geográficos, encontrar-se-á imediatamente isolado do restante do continente africano. Ficará limitado com uma Namíbia independente, com o Zimbábue e com Moçambique. A África do Sul antevê a chegada ao fim do odioso regime do *apartheid*. E vê as possibilidades do ANC (African National Congress, Congresso Nacional Africano) poder dispor de ajuda ou de bases ou facilidades logísticas para uma maior actividade política e militar dentro da própria África do Sul, ao lado das suas fronteiras.

*E em relação à Angola, o que significa a independência da Namíbia?*

Com a independência da Namíbia, a República Popular de Angola encontrar-se-á na situação de ver reduzidas, senão eliminadas, as ameaças, as agressões e mesmo as invasões armadas por parte do regime sul-africano, pois ele deixará de utilizar ilegalmente o território namíbio. Estas agressões têm provocado graves danos no nosso país.

*A independência da Namíbia seria então também uma vitória de Angola?*

Seria antes de tudo uma vitória da Humanidade, um acto de justiça. Mas, inegavelmente, o nosso povo, o nosso partido e o nosso governo poderão aplicar melhor os recursos humanos e financeiros disponíveis no desenvolvimento económico e social do país. E essa tranquilidade e paz que o povo angolano tem o legítimo direito de usufruir poderão ter também influência na própria estabilidade política da região e constituirão um factor importante do desenvolvimento económico.

#### **Corresponder às decisões da ONU**

*Mas não seria apenas o regime da África do Sul que teria*



**Os planos sul-africanos visam atingir a economia angolana, afectando as zonas agrícolas**

*alguma coisa a perder com a independência da Namíbia...*

É verdade, ele é um instrumento das potências imperialistas. Os interesses são recíprocos no referente à desestabilização dos regimes progressistas da área. É todo esse jogo que está em causa. Mas estamos convencidos que, diante dos compromissos assumidos perante a comunidade internacional, o Grupo de Contacto terá realmente que corresponder às decisões da Assembleia Geral da ONU.

*Qual é a presença real das forças sul-africanas no território angolano? Sabe-se que as tropas sul-africanas ainda ocupam bases dentro da República Popular de Angola...*

A presença sul-africana em território angolano é muito variada. Depois da invasão de grande envergadura realizada a partir de Agosto do ano passado, houve efectivamente uma clara ocupação militar. Foram utilizados na operação mais de 11 mil soldados sul-africanos, apoiados fortemente por aviões, helicópteros, blindados, etc. Foi unicamente pela resistência heróica das nossas forças armadas que não conseguiram ir além nem consumir o objectivo que pretendiam...

*Que era...*

...o estabelecimento de uma zona-tampão que dificultaria à SWAPO o abastecimento das suas forças de combate no interior da Namíbia. Com essa zona-tampão e com a superioridade aérea de que dispõem, os sul-africanos poderiam detectar qualquer movimentação militar no terreno. Os combatentes no interior da Namíbia, sem a possibilidade de receberem apoio do exterior para continuar a luta armada, seriam facilmente aniquilados.

*E as consequências maiores da criação dessa zona-tampão?*

Os sul-africanos pretendiam, numa segunda fase, implantar na região angolanos fantoches para servirem também como instrumento desestabilizador. Estes elementos actuariam na provocação de atritos que perturbassem a evolução normal do processo de libertação da Namíbia, e seriam também utilizados contra Angola. Esses seriam os objectivos imediatos. Mas, além disso, a África do Sul procuraria criar uma situação económica difícil para o povo angolano — o que já vem fazendo com a destruição de centros económicos, vias de comunicação terrestres e caminhos de ferro — afectando as zonas agrícolas. Criariam uma situação real-



mente muito difícil no sul do território, com sérias implicações.

*E a zona agrícola mais rica e mais produtiva de Angola é realmente a região sul, como Huambo e Huíla...*

Sim, Huambo e Huíla, mas também o Cunene, que é uma zona de gado muito importante, além das possibilidades de aproveitamento dessa região, uma vez que fosse possível o estabelecimento de sistemas de captação de água e irrigação que a valorizassem. São planos de desenvolvimento que existem e que são prejudicados e que o seriam ainda mais com essa zona-tampão. E acresce-se a isso o aspecto energético, pois as barragens do Cunene também são fontes de energia importantes para o país.

*Os sul-africanos chegaram a fixar-se solidamente?*

A resistência das nossas forças armadas foi tal que a África do Sul chegou à conclusão de que por via terrestre não lhe seria possível atingir os seus objectivos. Mantém entretanto a supremacia aérea, que é evidente, visto estarmos a formar as nossas tropas regulares e não dispormos ainda de quadros suficientes para dominar a tecnologia do equipamento sofisticado utilizado hoje em combate. A utilização desse equipamento sofisticado é necessária na edificação de um sistema defensivo que salvaguarde efectivamente a soberania nacional e a integridade territorial angolana.

*Diante desse flagrante desequilíbrio, digamos, tecnológico, o que foi então que pesou, ou que pesa? Maiores efectivos humanos?*

É principalmente a determinação da resposta das nossas Forças Armadas que faz com que a ocupação seja mais provisória do que efectiva. Permanecem durante algum tempo numa área, e depois de se confrontarem com as Forças Armadas angolanas vão para outra área, e assim por diante.

### **As tropas cubanas**

*A partir de que momento passaram as tropas cubanas a in-*

*tervir directamente no bloqueio ao invasor?*

Podemos dizer, e isso deveria ser do conhecimento geral, que nestas últimas acções da África do Sul, as forças internacionalistas cubanas não intervieram. Isto por uma razão muito simples. Por um lado porque as nossas Forças Armadas, embora ainda estejam a ser estruturadas, já respondem, em certa medida, às necessidades de defesa de nosso país.

E, por outro lado, perguntamo-nos até que ponto esta enorme invasão, com todo esse potencial bélico utilizado, não constituía uma provocação. Até onde a intervenção das forças internacionalistas cubanas não seria um pretexto para a internacionalização do conflito. Porém se a invasão atingisse realmente posições mais avançadas, as forças armadas internacionalistas cubanas seguramente que interviriam.

**«... A administração Reagan, mais precisamente o Departamento de Estado, procurou estabelecer contacto connosco, tomou essa iniciativa...»**

*Que pode o ministro Paulo Jorge dizer a respeito das notícias propagandeadas sobre o aprisionamento de técnicos e militares soviéticos feito pelos sul-africanos? A imprensa internacional divulgou nomes, fotografias e origem dos prisioneiros...*

Isso foi no curso dessa grande invasão de Agosto do ano passado, na etapa da ocupação de M'giva, com a utilização de mais de 60 aviões e com helicópteros e tropas helitransportadas. Alguns soviéticos foram mortos, porém eram civis. Militares havia somente um sargento, enviado para a preparação das nossas tropas. Ele foi capturado. E há outros dois pilotos soviéticos

que foram feitos prisioneiros. Mas este é um caso diferente. Dois aviões nossos foram desviados de Kuando-Kubango para a Namíbia...

*Iam para onde?*

Não me lembro se para Huambo ou Lubango. Os dois aviões foram interceptados e obrigados a ir para a Namíbia. Mas eram aviões da TAAG, da empresa angolana de aviação. Esses dois pilotos soviéticos são civis e estão inseridos no quadro de cooperação bilateral que existe com a União Soviética. Nós temos aviões que fazem voos domésticos, de fabricação soviética, alguns Yak e Antonov-26 utilizados no transporte entre as províncias.

### **Diálogo com a UNITA?**

*Outra coisa bastante divulgada pela imprensa e com origem em Portugal, é que está a haver negociações entre o MPLA-Partido do Trabalho e a UNITA. Que pode o senhor ministro dizer a esse respeito?*

Trata-se, em nosso entender, de uma campanha de intoxicação, porque não há contacto nenhum entre o MPLA-Partido do Trabalho e essa organização fantoche. É curioso salientar que essa campanha de intoxicação e de deformação da realidade foi lançada com a presença do principal responsável dessa organização fantoche quando da sua visita aos Estados Unidos da América. E são os norte-americanos e os sul-africanos que lançam a campanha falando, inclusive, numa eventual reconciliação entre o MPLA — Partido do Trabalho, entre o governo legítimo da República Popular de Angola e esse bando de traidores.

*Foram citados encontros secretos havidos em Londres, e mesmo em Lisboa...*

Disseram inclusive que havia uma mensagem entregue por um ministro nosso à organização fantoche através do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Essa falsa notícia foi também bastante divulgada pela imprensa britânica. Dissemos então que consultassem o secretário de Estado



português. No dia seguinte deu-se o primeiro desmentido feito pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal de que tivesse sido intermediário dessa ou de qualquer outra mensagem. Foi pura especulação mal-intencionada.

### O encontro com Haig

*E sobre as negociações entre o governo angolano e o Departamento de Estado norte-americano?*

A administração Reagan, mais precisamente o Departamento de Estado, procurou estabelecer contacto conosco, tomou essa iniciativa. E na base dessa iniciativa houve efectivamente, no ano passado, um encontro entre o secretário de Estado Alexander Haig e eu próprio. Exprimi o desejo de manter esses contactos directos, por duas razões fundamentais: a primeira em função do processo de independência da Namíbia, visto que os Estados Unidos fazem parte do Grupo de Contacto; em segundo lugar, para que se dialogue sobre a eventual normalização das relações entre a República Popular de Angola e os Estados Unidos.

*A iniciativa foi então dos Estados Unidos?*

Sim. E face a esse desejo expresso pela administração Reagan, o nosso chefe de Estado, o presidente José Eduardo dos Santos, declarou a 10 de Dezembro, por ocasião da comemoração da constituição do MPLA em partido, que o governo angolano estava aberto à discussão. Foi nessa base que, atendendo à solicitação do Departamento de Estado, eu próprio mantive conversações em Paris com Chester Crocker (3) e discutimos fundamentalmente duas questões: o problema da Namíbia dentro da implementação da Resolução 435 e dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Contacto; e o problema das relações futuras entre a República Popular de Angola e os Estados Unidos.

*Detiveram-se em algum aspecto particular?*



*«... Foi unicamente pela resistência heroica das nossas forças armadas que não conseguiram ir além nem consumir o objectivo que pretendiam...»*

O problema que se coloca é o dos Estados Unidos ultrapassarem os condicionalismos e obstáculos que eles mesmos criaram e se impuseram na questão da normalização das nossas relações. Foi isso, fundamentalmente, que analisámos. Existem, de facto, hoje, contactos directos e praticamente a nível ministerial. Outros contactos serão feitos futuramente para que tenhamos uma melhor solução para o problema da Namíbia e, paralelamente, vermos a possibilidade de normalização das relações entre os dois países.

### As relações com Portugal

*Como está o relacionamento com Portugal, com o actual governo?*

Não tem havido atritos nem incidentes que possam afectar as relações normais que existem. Tem-se procurado, de parte a parte, mesmo no quadro da Comissão Mista, discutir os problemas existentes e ir encontrando as soluções que correspondam aos interesses bilaterais.

*E em relação a Timor-Leste? Angola assumiu, desde o primeiro momento, a bandeira da defesa da sua independência. Como andam as negociações de Angola com Portugal nesse sentido?*

Nós temos acompanhado de perto a evolução da luta do povo maubere sob a direcção da FRETILIN. Isso é uma questão de princípio, pois é um povo que está efectivamente resistindo ao invasor mas que por condições geográficas e geopolíticas tem tido dificuldades em receber o apoio necessário para o desenvolvimento da luta armada. Sempre tomámos uma posição muito clara, em todas as instâncias internacionais, na defesa dos direitos desse povo e no apoio à actuação da FRETILIN. Pensamos que a principal responsabilidade é do governo português, que deve, portanto, assumir os seus compromissos.

*E a Indonésia?*

Torna-se intolerável toda essa situação, porque é precisamente uma nação do Movimento dos Países Não-Alinhados que interveio militarmente em Timor-Leste, promovendo o massacre do povo maubere e impedindo esse povo de usufruir a sua independência. Entendemos que é tempo das instâncias internacionais, das Nações Unidas, do Movimento dos Países Não-Alinhados assumirem igualmente as suas responsabilidades perante esse povo e ajudá-lo a reconquistar o seu direito de ser independente. □

(3) Chester Crocker é o secretário de Estado adjunto para Assuntos Africanos.





**Na grande ou pequena  
intervenção  
damos-lhe a garantia  
da nossa experiência**

- montagem de estruturas metálicas  
pórticos  
pontes rolantes e transportadores*
- movimentação, elevação  
montagem de equipamentos pesados*
- montagem de torres processuais  
reservatórios de armazenagem*
- pré-fabricação e montagem de tubagem*
- montagem de equipamento rotativo*
- cedência de pessoal especializado*

servimos as indústrias:

petróleos  
petroquímica  
química  
cimentos  
naval  
energia  
celulose  
papel  
siderurgia  
mineira  
agrícola  
alimentar

**TONUS**

**Montagem e Aluguer de Máquinas, Sarl**

**Lisboa – Porto – Setúbal – Sines**

Sede: Av. 5 de Outubro, 114-1.º Dt.º – 1000 Lisboa



## Jerry Rawlings: «Estamos para ficar!»

*Em entrevista ao nosso colaborador, o capitão Jerry Rawlings analisa os motivos que o levaram a encabeçar um novo golpe de Estado no passado dia 31 de Dezembro, que conduziu ao derrube do presidente Limann e a mais uma tomada do poder pelos militares. E afirma: «o carnaval de corrupção terminou!»*

Alberto B. Mariani

**A** independência política de um país pode, por si só, resolver os problemas decorrentes da dependência económica internacional e das estruturas herdadas do antigo regime colonial? Serão as riquezas naturais de um Estado suficientes para anular o atraso económico e social de um povo e contribuir, de maneira decisiva, para o desenvolvimento de um país do Terceiro Mundo? Nem sempre é esse o caso.

O Gana, antiga colónia britânica da «Costa do Ouro», é um dos exemplos mais marcantes desta contradição (ver número 41 de **cadernos**). Com efeito, apesar de ter sido o primeiro Estado colonizado da África negra a ascender à independência (6 de Março de 1957) e não obstante as suas incontáveis riquezas naturais (cacau, madeira, manganês, bauxite, diamantes, ouro, petróleo, etc.) continua a ser um país economicamente dependente do estrangeiro, politicamente paralisado pela presença de uma burguesia negra «inglesada» e socialmente retrógrada em termos de desenvolvimento. Mergulhado num

marasmo económico há mais de um decénio (segundo o ex-presidente Hilla Limann, o aparelho produtivo funcionava a 10% da sua capacidade real); à beira da bancarrota (as negociações com o FMI continuam num impasse; 120% de taxa de inflação em 1981; continuando a moeda local, o «cedi», a ser negociada no mercado paralelo a 15 por cento do seu valor fiduciário); vítima da corrupção (a *kalabule*) e da má gestão dos assuntos públicos; cada vez mais temeroso do eclodir de uma violenta explosão social (o Produto Nacional Bruto — PNB — quedou-se pelos 238 dólares por habitante em 1980), o Gana tornou-se de repente na «manchete» da actualidade internacional no passado 31 de Dezembro, quando do «golpe de estado» do capitão Jerry Rawlings contra o presidente Hilla Limann.

Para «Jerry o salvador» (como o apelidam nas ruas de Accra), que desde então retomou o poder que ele próprio havia devolvido aos civis em 1979, tratava-se, uma vez mais, de pôr termo ao colapso da sociedade ganense.



«Não há provavelmente ninguém mais desiludido do que eu — declarou-nos — por ver de novo os militares assumirem o poder, mas isso era inevitável».

Inevitável ou não, e contrariamente ao que se passou a 1 de Outubro de 1979, quando da sua primeira passagem pelo poder, uma coisa é certa: desta vez, Rawlings, não o deixará assim tão facilmente...

Com efeito, a Junta a que ele preside mostra-se mais orientada para o estabelecimento de um verdadeiro regime revolucionário, do que para um mero governo de transição gestor dos assuntos correntes...

«Não estamos aqui — confirmou-nos Rawlings — para devol-



ver, uma vez mais, estupidamente o poder para as mãos de politiquinhos corruptos. Estamos para ficar e ajudar a implantar o poder das massas».

#### «Fui um ingénuo»

*Senhor presidente, a 31 de Dezembro, após dois anos e meio de governo do presidente Hilla Limann, retirou o poder aos civis após lho haver devolvido em 1979 no seguimento de um golpe de Estado contra o então regime militar do general William Frederick Akuffo. Quais as razões que, uma vez mais, o levaram a intervir nos assuntos do Estado e a destronar o regime e o homem que você próprio tinha contribuído para colocar no poder?*

Sabe, o meu principal defeito é o de ser um idealista, um homem de boa fé... alguém que acredita que os homens são «naturalmente» bons...

Esta é realmente a chave para compreender toda esta história!

Com efeito, quando do meu primeiro golpe de Estado de 1979 e da posterior entrega do poder aos civis, estava convencido que, uma vez conquistada a liberdade, ninguém a poderia de novo confiscar. Tremendo erro. Fui bem ingénuo... Julgava entregá-la nas mãos do povo, e acabei por a entregar nas mãos de um punhado de politiquinhos! E durante estes dois anos e meio de pseudo-liberdade, todos nós pagámos... pagámos duramente... mas também aprendemos muitas coisas.

O meu povo não precisou de estudar o latim para compreender a lei do «dividi i impera»... compreendemo-lo no nosso dorso e pudemos constatar os seus efeitos na nossa própria carne. Isso bastou-nos. Hoje, conhecemos a realidade. Sabemos que os homens não são todos «naturalmente bons»...; que a repressão não é apenas um «erro humano accidental», mas qualquer coisa de muito complexo, premeditado e organizado...

E que se não damos uso à liberdade, ela pode-nos facilmente ser roubada.

*De acordo, mas desta vez, contrariamente ao que se passou em Junho de 1979, parece que os ganen-*



Manifestações nas ruas de Accra em apoio ao golpe do passado 31 de Dezembro

*ses continuam a estar profundamente divididos em relação ao seu governo. A população mostra-se reticente face às medidas económicas tomadas e inquietam-se pelo seu rigor. As «revendedoras» dos mercados recusam-se mesmo a observar os apelos governamentais de baixa dos preços. Os estudantes, por seu lado, exigem medidas radicais contra os membros do antigo governo... e as próprias Forças Armadas parecem longe de ter atingido a unanimidade (a Marinha não teria aderido oficialmente). Que lhe parece?*

Não é a população em geral que se inquieta com as novas medidas económicas, mas sim os corruptos... os traficantes, aqueles que, como as mamies (as revendedoras), julgavam poder continuar a prosperar na corrupção e no clima de traficância instaurado pelo antigo regime. Pois, toda essa gente se enganou! O «Carnaval» acabou para eles, é a «quarta-feira de cinzas» que começa.

Chegou o momento de alinharem ou não com a nova realidade do país, pois o povo não pode e não deve continuar a apertar o cinto para manter o luxo e o bem-estar de um punhado de corruptos.

É um facto que os estudantes contestam um pouco... mas eles são jovens. São idealistas, puros, a consciência do nosso povo. Só os podemos apreciar.

Afirma que as Forças Armadas não conhecem a unanimidade... veja você mesmo. Visite as casernas, pergunte aos militares, aos soldados, aos oficiais e verá a realidade. Compreende, se eu suspei-

tasse de que poderia defrontar alguma resistência a 31 de Dezembro, não teria agido... teria esperado um momento mais favorável.

#### O combate à corrupção

*E o clima de terror de que alguma imprensa falou? Segundo essas informações, na sequência do «putsch» de 31 de Dezembro, mais de 80 membros do Partido Nacional do Povo (anterior partido governamental) teriam sido detidos e mais de 700 pessoas teriam sido executadas. O que nos pode dizer em relação a essas notícias?*

Eu também li esses números na imprensa europeia... essa gente diz não importa o quê! Inventam números e, pronto, os dados estão lançados...

No princípio não prendemos apenas 80 pessoas, prendemos muito mais. Actualmente só apenas uma dezena de pessoas se encontra sob prisão. Quanto aos mortos, é a mesma história... mas desta vez a proporção é diferente. De facto houve mortos, mas isso deu-se no dia da acção. É lamentável, mas não podemos evitar. Morreram exactamente oito pessoas e não 700 como chegaram a afirmar. Sejam os lógicos. Se morressem tantas pessoas deveria haver pelo menos 700 famílias de luto em Accra e Accra não é Nova Iorque. Onde estão elas?

*O ex-presidente Limann e os seus mais directos colaboradores serão executados?*

Não lhe posso responder. O Comité Nacional de Investigações dili-





Jerry Rawlings com o nosso colaborador

gencia no sentido de estabelecer as responsabilidades de toda essa gente. Primeiro que tudo, é necessário que se faça luz sobre as suas actividades, após o que eles decidirão em consequência.

*O que nos pode dizer dos tribunais populares institucionalizados desde o passado dia 5 de Janeiro? Qual o seu papel e como os conciliar com o sistema penal ganense?*

Esses tribunais são a expressão dos novos tempos. Se os tribunais tivessem funcionado como deviam não teríamos chegado a este estado. De que serve falar de processo judicial, de legalidade estabelecida, se no fim do processo não existe integridade judicial?

Infelizmente essa tem sido a verdadeira história da nossa magistratura e é por essa razão que nós favorecemos a justiça popular. Aqui, ela ainda é íntegra.

*O Gana vive a hora da caça à «kalabule» e a «Holy War» (Guerra Santa) contra as personalidades do antigo regime continua. Mas como fazer sair o país do marasmo económico em que estagna há mais de uma década?*

Temos muitos problemas a resolver: 120 % de inflação, o mercado negro da moeda, o contrabando de cacau, o relançamento do aparelho produtivo, o desemprego, etc., etc.

Mas dêem-nos tempo para o conseguirmos. Como quer que consigamos resolver tudo isso em apenas dois meses? Em todo o caso, alguma coisa começa a mudar. Efectivamente, mesmo sem a aplicação de

uma nova política, a taxa de câmbio da libra esterlina no mercado negro baixou em três dias de 80 cedis para 27 cedis.

### O diferendo com a Nigéria e a amizade por Kadhafi

*Esquece o diferendo com a Nigéria. Como sabe, desde 31 de Dezembro o presidente Shehu Shagari exige o pagamento imediato dos seus fornecimentos de petróleo. Como fazer face a este imprevisto, e, sobretudo, como reembolsar a Nigéria dos 200 milhões de dólares em atraso?*

Que quer que lhe diga? Os nigerianos utilizam a arma económica contra nós na esperança de salvar os seus protegidos.

Mas esse tipo de pressão não terá efeito sobre nós. Cem ou 200 milhões de dólares de dívida exigidos por um credor podem, por acaso, travar a marcha de um povo? Não acredito.

*Quer com isso dizer que a dívida não será liquidada?*

Não, pelo contrário, nós responderemos pelas nossas dívidas. Mas antes disso há que avaliar os nossos próprios recursos.

*Até agora anunciou a intenção de lutar contra a corrupção, de pôr termo à gestão catastrófica do antigo regime e de relançar a economia do país. Mas no plano concreto, quais são, no imediato, as novas opções políticas e económicas do Gana?*

De um ponto de vista político,

posso-lhe dizer que não temos a intenção de alimentar o nosso povo de «retórica»... Queremos apenas apontar-lhe os aspectos positivos e tangíveis da nossa Revolução. Queremos conduzi-lo àquilo que nós chamamos o interesse da Nação: poder alimentar-se, vestir-se, possuir casas em condições e reconquistar a dignidade e a integridade moral. Numa palavra, «colocá-lo no seu lugar», no seu «justo lugar».

De um ponto de vista económico, não pretendemos ressuscitar a velha economia, antes queremos criar uma nova. Anteriormente éramos consumidores de coisas que não produzíamos e produtores de coisas que não consumíamos. A partir de agora vamos alterar tudo: vamos tallar a camisa segundo o nosso próprio corpo.

*Na Europa fala-se muito da sua simpatia pela Jamahiriya do coronel Kadhafi. Como encara esses comentários?*

A maneira como os povos constroem a sua vida vem da experiência histórica de toda a humanidade. São as «ciências sociais» que o afirmam.

Ora se os ganenses de hoje se encontram na mesma situação que os líbios no começo da sua revolução, isso não é mais que um acidente da história. Mas não há na nossa terra quem pretenda vender o Gana à Líbia ou adquirir uma doutrina ou uma ideologia que, entre outras coisas, não conhecemos. Respeitamos e aceitamos todos os países que nos respeitam e aceitam e, evidentemente, agradecemos a todos aqueles que nos querem ajudar. Será que é pecado aceitar a ajuda da Líbia? Não se esqueça que o coronel Kadhafi foi o único que veio em nossa ajuda. Não há outros exemplos. Se os Estados Unidos tivessem vindo em nosso auxílio, se a URSS, a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal, a França tivessem vindo nos ajudar, se a China tivesse vindo socorrer-nos, nós teríamos tido exactamente o mesmo comportamento que o manifestado em relação à Líbia. Ter-lhes-íamos manifestado a mesma dose de respeito e abertura. Mas, infelizmente, não foi esse o caso. □



EDIÇÕES PORTUGUESAS EM

# ÁFRICA

em  
co-edição  
com o INALD



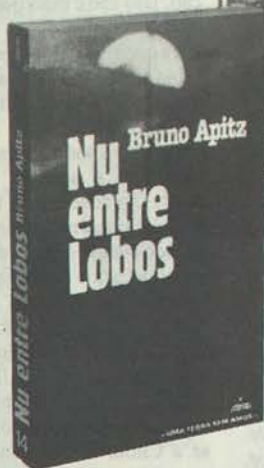
**A SEMENTE  
NA AREIA**  
Volodia Teitelboim

O Chile através da clarividência política e do rigor literário de um dos seus principais escritores.



**OS SINOS  
DE BASILEIA**  
Louis Aragon

O maior escritor francês vivo e o romance que inicia a sua fase realista.



**NU ENTRE LOBOS**  
Bruno Apitz

O grande romance da resistência nos campos de concentração Nazis. Uma criança é salva pela corajosa solidariedade dos presos.



**Os  
grandes êxitos  
em Angola  
como  
em Portugal**

na estrada do futuro **editorial  
CAMINHO**



## Bangladesh

### Uma democracia de botas

*A criação do Conselho Nacional de Segurança abre de novo a polémica sobre a participação ou não dos militares na condução política do país*

Narinder Koshla

○ início de 1982 trouxe aos bengalis uma instituição inédita e esdrúxula: o Conselho Nacional de Segurança (CNS), integrado pelas altas hierarquias militares que, usando esse organismo como instrumento, tomaram parte na condução de um governo ansioso por ressaltar a sua origem civil e a sua supremacia sobre as Forças Armadas.

O CNS põe a descoberto justamente o contrário: que as Forças Armadas bengalis são determinantes como factor de poder, e que aspiram a um papel crescente na condução de um Estado débil, que por diversas vezes governaram depois da destituição e assassinato em 1975 do presidente Mujibur Rahman, o fundador do Bangladesh.

No governo anterior, o papel central era desempenhado, na prática, pelo corpo militar. Esse regime era um prolongamento (em traços civis) do regime ditatorial do general Ziaur Rahman, enérgico e indiscutível caudilho militar, que com elementos heterogéneos criou, utilizando o poder, uma organização

— o Partido Nacional do Bangladesh (PNB) — que o tornou presidente constitucional. O que Rahman fez, na realidade, ao criar o PNB foi institucionalizar uma espécie de regime civil-militar, para o qual convergiram elementos conservadores, interesses regionais além de militares da reserva, unidos por uma marca comum conservadora.

Porém, em 30 de Maio de 1981, um general rival de Rahman rebelou-se e, embora a sua intentona tenha fracassado, conseguiu matar o general-presidente. Desaparecido o fundador do PNB, vieram à tona as contradições e profundas divisões da sua criação e o outrora estável sistema começou a estremecer. Após um complexo debate, os grandes eleitores do PNB chegaram a um acordo em designar o ex-vice-presidente Abdus Sattar como sucessor de Ziaur Rahman. Homem ancião e enfermo, e com muito pouca ascendência sobre os diferentes componentes do partido, Sattar foi aceito como a fórmula de compromisso mais conveniente, sobretudo para evitar um aprofundamento das divi-

sões que ameaçavam fazer explodir o PNB.

As eleições foram realizadas em 15 de Novembro de 1981 e delas Sattar saiu vencedor apoiado por uma ampla maioria, ainda que impugnado pela oposição que atribuiu o seu triunfo a uma fraude e a uma manipulação tendenciosa dos aparelhos estatais.

O tenente-general N.S. Ershad, comandante das Forças Armadas há três anos, foi o factor-chave dessa transição. Assim como Ershad havia assegurado a Ziaur Rahman a submissão dos militares, ele empregou o seu prestígio e a sua autoridade para conter a inquietação e o apetite dos seus subordinados, que com o desaparecimento do general-presidente foram tentados, pelo vazio de poder, a exercer novamente o governo sem intermediações. Mais ainda, Ershad usou a sua influência dentro do PNB para que o candidato partidário fosse Sattar. Essa aliança contém, no entanto, uma contradição fundamental. O novo presidente entende que o sistema democrata-liberal bengali deve preservar a sua natureza sem modificações e que



por isso os militares não devem ter participação alguma no governo. Porém Ershad — que se mostra preocupado em que não se repitam as intervenções militares — acredita que o único meio de evitá-las é outorgar às hierarquias militares uma importante participação orgânica no governo.

### Dar estabilidade ao regime

Esse debate desenvolveu-se publicamente e, assim, enquanto Sattar, primeiro como candidato e depois como presidente, não se cansou de expressar a sua oposição à reivindicação de Ershad («as Forças Armadas têm como única função a defesa da soberania nacional, não posso conceber que desempenhem outro papel dentro de um Estado democrático»), o tenente-general foi igualmente taxativo na sua tese. Ershad sustentou que a participação é uma aspiração militar lógica e que satisfazê-la é uma exigência para dar estabilidade ao regime.

Essa é a razão pela qual se teme que a disputa concluisse num prematuro derrube de Sattar. Porém em Dezembro houve uma mediação entre ambos, cujos detalhes não vieram a público, e a 1 de Janeiro foi anunciada a constituição do CNS, que será presidido pelo próprio Sattar. O Conselho será um organismo de consulta e assistência ao governo em questões de segurança nacional e no que diz respeito às necessidades das Forças Armadas. Também terá como função identificar as formas e meios mediante os quais aquela instituição se possa associar ao desenvolvimento sócio-económico nacional. Por esta última via, o corpo militar poderá obter informações em primeira mão sobre as medidas governamentais e discretamente controlá-las. O anúncio da criação do CNS fez pensar que Ershad havia obtido um claro triunfo e que Sattar se havia dobrado às pressões daquele militar.

Porém, poucos dias depois, Ershad declarou: «Nem a natureza nem o modo como o Conselho foi constituído atendem às nossas reivindicações e aspirações.»

Os oficiais representados por

Ershad pretendiam portanto mais, talvez muito mais. Ainda que o tenente-general não tenha esclarecido quais foram as reivindicações militares, soube-se que eles desejavam participar nas decisões políticas e que o organismo competente «idealizado» para exercer tais finalidades não teria no seu seio nenhum membro do governo, nem sequer o presidente.

### Dois hipóteses

Em relação à personalidade de Ershad, há quem assegure que se trata de um homem honesto e que é sincero ao refrear o ímpeto dos seus colegas de armas. A ser verdade, significaria que a estabilidade do sistema dependeria da capacidade de Ershad para acalmar os altos comandos, o que seria uma meta incerta pois o próprio comandante afirma que há uma profunda insatisfação militar frente ao que vêem como uma concessão insuficiente. Por outro lado, há aqueles que pensam que Ershad é ambicioso e hábil, que, no presente, está calculadamente a acumular poder à espera que as condições sejam propícias para tornar-se um ditador.

Em qualquer das hipóteses, é de esperar que Ershad continue a pressionar para conseguir a participação militar e que portanto a tensão entre as hierarquias militares e o presidente prossigam, e com ela a incerteza sobre a sorte das jovens instituições bengalis.

Entretanto, a tão poucos meses da sua vitória, o presidente parece debilitado, não só pela disputa militar, como também pelas rivalidades dentro do PNB, que permanecem muito fortes. O secretário-geral do partido, Badruddoza Chowdury, exortou o presidente a eliminar, do PNB e do governo, aqueles que ele qualificou de «assassinos» e de contrários à «liberalização».

Essas violentas declarações respondem a uma das discussões fundamentais dentro do regime: a que opõe os que lutaram pela independência do país, em 1971, e os que foram indiferentes à emancipação ou colaboraram com a dominação do

Paquistão. Estes, segundo os primeiros, não podem ser admitidos no governo do país.

### O papel do FMI

O outro grande problema é o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a crise estrutural desse país paupérrimo, agravada pela conjuntura internacional. (O Bangladesh tem um dos rendimentos per capita mais baixos do mundo: 105 dólares anuais em 1980.)

O déficit da sua balança comercial é crónico e agravou-se com a queda do preço do seu principal produto de exportação, a juta. Actualmente, as exportações só cobrem uma terça parte dos custos das importações. Para sobreviver na miserável condição em que se encontra, o Bangladesh necessita de uma maciça ajuda internacional das potências ocidentais e da área socialista, dos países da OPEP e das Nações Unidas.

Entre os que fornecem empréstimos encontra-se o FMI, que em 1980 lhe concedeu um crédito com direitos de saque por três anos, num total de 912 milhões de dólares. No entanto, uma recente missão do Fundo avaliou que as 10 severas condições subjacentes à concessão do crédito não tinham sido cumpridas.

As exigências do Fundo são muito duras para uma economia tão carente de recursos: pede a redução dos gastos públicos, o corte de subsídios para os bens de consumo popular, uma política bancária austera, a eliminação de certos produtos de importação e a desvalorização monetária. Os custos sociais dessas prescrições seriam enormes, talvez insuportáveis. Este é o dilema de Sattar: aplicar essa política draconiana com o rigor que o Fundo exige, pagando um preço político muito alto e proporcional ao descontentamento social que causará, ou privar-se da ajuda do Fundo que, pela dependência do sistema transnacional em que se encontra o país, tem uma enorme influência tanto sobre a economia bengali como sobre os seus credores. □



*UM INSTRUMENTO PARA  
O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA  
NACIONAL*



DNPP





*Os diamantes  
de Angola  
são mais  
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo  
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



# O planalto central sete anos após a guerra

*A região, vulgarmente conhecida como o «tecto da Indochina», não mostra já as cicatrizes do napalm. Hoje apresenta-se coberta de cafezeiros, pastagens, plantações de borracha, arroz e milho*

Wilfred Burchett



**E**M meados de 1965, em plena escalada norte-americana no Vietname, perguntei a Nguyen Huu Tho, então presidente da Frente de Libertação Nacional e hoje presidente-interino da República Socialista do Vietname, de que forma as forças de libertação iriam enfrentar a ameaça. A entrevista realizou-se no quartel-general da FLN, em plena selva do Vietname do Sul, na província de Tay Ninh.

«Há quem compare uma batalha a um jogo de xadrez», respondeu ele. «Mas a guerra no Vietname do Sul não é um jogo de xadrez. Quando o Pentágono decidiu enviar tropas norte-americanas, fizeram-no por já terem perdido a «guerra especial». (Referia-se à fase inicial da estratégia de «contra-insurreição», do presidente Kennedy, segundo a qual o Pentágono forneceria tudo, menos soldados). No xadrez, quando se perde uma partida, limpa-se o tabuleiro, cada um dos jogadores apanha as suas peças e tudo começa de novo. Na guerra não é assim. Quando os norte-americanos trouxeram os seus homens para uma «guerra limitada» (guerra convencional que excluía o uso de armas nucleares), já encontraram os nossos homens em posição no tabuleiro. Em termos militares, a iniciativa estratégica pertencia-nos (...) As únicas posições que eles podiam ocupar eram aquelas ainda em poder de um exército títire que já começara a entrar em colapso».

Confidenciou-me Nguyen Huu Tho que a posição estratégica decisiva em poder da FLN eram os planaltos centrais, uma região de selva e montanhas que dominam as pla-





nícies do litoral, em toda a extensão daquilo que, na época, era a linha divisória entre o Vietname do Norte e o Vietname do Sul, no paralelo 17, e as circunvizinhanças de Saigão e do Delta de Mekong, onde abundam as plantações do arroz. Os Planaltos Centrais constituíram a base a partir da qual foram lançadas todas as operações militares contra as forças conjuntas de Saigão e dos Estados Unidos, até às portas da capital, desde 1960 até a vitória final em fins de Abril de 1975.

### o exército oculto

Naquele tempo, a capital provisória dos Planaltos Centrais (Hauts Plateaux, em francês, e *Tai Nguyen*, em vietnamita) era Buon Me Thuot, capital da província de Dac Lac. Fica a mais de dois terços da distância entre o paralelo 17 e a cidade de Saigão. Muita gente ficou surpreendida e gerou-se pânico entre o regime de Nguyen Van Thieu e os seus assessores norte-americanos — quando o primeiro golpe da «Ofensiva da Primavera», que pôs fim à guerra do Vietname, foi desferido em Buon Me Thot, a 10 de Março de 1975. Esse ataque marcou o início de uma campanha de 55 dias que terminaria com a queda do regime de Saigão a 30 de Abril de 1975.

Porquê Buon Me Thuot? e como podia um exército equipad com tanques e artilharia, chegar aos arredores da cidade sem que o comando de Saigão e os seus oficiais de Buon Me Thuot tivessem sido alertados? Como foi possível, de repente, surgirem tanques no centro da cidade sem que o seu ruído desse o alarme? Eram essas as perguntas que eu tinha a fazer aos participantes da batalha, numa recente visita a Buon Me Thuot.

«O ruído dos tanques foi abafado pela nossa artilharia e pelo estrondo dos mísseis. A nossa infantaria caminhava à noite, seguindo atalhos, escondendo-se no matagal durante o dia.»

Sem dúvida era uma resposta surpreendente; mas como é que a artilharia tinha chegado até lá, juntamente com a enorme quantidade de

munições necessárias para alimentar o pesado bombardeamento?

«Tudo foi transportado às costas da gente do povo, durante um mês antes do início do combate, e escondido nas vilas e aldeias das redondezas, à espera que chegassem os nossos soldados e artilheiros. O que é preciso entender é que a nossa guerra era uma guerra popular e nada teria sido possível sem a co-opeção do povo, que nos abrigava, nos informava dos movimentos do inimigo, e transportava e armazenava os nossos abastecimentos em lugares seguros».

### No «tecto da Indochina»

Na fase inicial da intervenção norte-americana, quando a situação em Saigão parecia muito instável do ponto de vista do comando conjunto das tropas de Saigão e dos Estados Unidos, surgiu a ideia de converter Buon Me Thuot numa segunda capital no estratégico «tecto da Indochina». A ideia era instalar, nas redondezas de Buon Me Thuot, aeroportos a partir dos quais os aviões norte-americanos pudessem dominar os três países da Indochina — o Vietname, Kampuchea e Laos.

Para quem parte da cidade costeira de Nha Trang, com as suas praias maravilhosas, e sobe as colinas que levam ao planalto Dac Lac, inteiramente plano, o sonho do Pentágono é perfeitamente compreensível. Mas, tal como aconteceu com o plano de converter a Planície dos Jarros, no Laos, numa grande base aérea do Sudeste da Ásia, esse sonho transformou-se num pesadelo.

O povo opôs-se e ajudou as forças revolucionárias, que possuíam determinação e poderio militar para impedir a realização do plano. Os norte-americanos podiam bombardear, desfolhar e matar quase metade dos mil elefantes que existiam na província, mas só podiam ocupar e controlar — durante o dia — alguns pontos isolados como Buon Me Thuot. À noite, as forças revolucionárias dominavam o terreno em Dac Lac e em outras províncias dos Planaltos Centrais, tais como Kontum,

Gia Lai, Phu Bon e Quang Duc.

Ainda na fase final da guerra contra os franceses, Ho Chi Minh — sempre de olho no futuro — havia mandado para os Planaltos Centrais vários grupos de revolucionários com instruções de se integrarem completamente nas minorias étnicas e ajudarem a uni-las, umas às outras, e aos *Kinh* que constituíam a maioria vietnamita. A política francesa e, mais tarde, a norte-americana visavam promover a discórdia entre as minorias étnicas e uni-las contra os *Kinh*. Ambas fracassaram, e a verdadeira extensão do fracasso ficou patente quando as forças de libertação nacional apareceram subitamente em pleno coração de Buon Me Thuot e investiram dos Planaltos Centrais para as áreas vitais do litoral, dizimando e isolando as forças de Saigão ao norte do eixo Buon Me Thuot-Nha Trang, e descendo sobre Saigão a uma velocidade sem paralelo na história militar.

### Unidade Nacional

Apesar do romantismo do noticiário da Imprensa, que dizia terem os norte-americanos conquistado os «corações e mentes» das minorias étnicas dos Planaltos Centrais, a verdade é que a maioria esmagadora destas últimas apoiava a causa revolucionária, ant colonial e anti-imperialista. Durante a minha recente visita a Buon Me Thuot, perguntei a dois líderes do Comité Popular da província de Dac Lac — Ybih Aleo e Y Bloc, que eu havia conhecido e sobre os quais escrevera 17 anos antes — por que haviam tomado uma atitude tão corajosa e perigosa. A resposta veio de Ybih Aleo:

«Dac Lac foi uma das primeiras províncias a serem libertadas durante o levantamento contra os franceses em Agosto de 1945. Y Bloc e eu fizemos parte da primeira reunião do comité revolucionário e, no dia 24 de Agosto, lançámos um apelo a toda a província para que se rebelasse contra os franceses. Deu-se a revolta. Reunimo-nos no estádio de Buon Me Thuot, e depois marchámos pela Estrada 21 (na direcção de



Nha Trang) para eliminar os postos japoneses e consolidar a nossa tomada do poder. Em Novembro daquele ano, os franceses voltaram através do Kampuchea e, em Dezembro, tinham tornado a ocupar Dac Lac. Fui preso, entre outros, e passei os cinco anos e sete meses seguintes na prisão. As forças revolucionárias de etnia *ede* (\*) que eu chefiava, foram dispersadas e integradas nas forças revolucionárias gerais do povo, que contavam com grande apoio popular. Compreendemos que só fazendo parte do movimento global de libertação nacional poderíamos conquistar direitos essenciais para o nosso próprio povo e para as outras etnias minoritárias. Isso deu-se durante a luta contra os franceses, mas a noção de unidade nacional tornou-se ainda mais forte durante a luta contra os norte-americanos. Percebemos logo o que havia por detrás das tentativas americanas de persuadir as minorias étnicas de que os assessores norte-americanos iriam protegê-las contra a política opressora de Saigão. Sabíamos que eram os próprios americanos que manobravam a opressão de Saigão contra os nossos povos».

#### «É proibido tomar banho nu»

Perguntei a Y Trhe Nie, outro membro da minoria étnica *ede* e presidente do comité popular de Ha Ea Kar, pequena vila a 20 quilómetros de Buon Me Thuot, qual teria sido a forma mais odiosa de opressão.

«Até à chegada dos assessores norte-americanos que iriam servir o regime de Ngo Dinh Diem em Buon Me Thuot, viajávamos com bastante liberdade, não só para trabalhar na *ray* (roça), mas também para pescar, caçar e colher raízes comestíveis».

(\*) Existem mais de 30 minorias étnicas diferentes nos Planaltos Centrais, muitas delas aparentadas mas falando dialectos diversos e, em certos casos, línguas inteiramente diferentes. Em Dac Lac, os principais grupos étnicos eram os *ede* (ou *rhade*) e os *m'ning*, sendo estes últimos grandes especialistas na captura e no treinamento de elefantes.



O empenho na reconstrução económica não elimina a preocupação com a defesa

veis na selva. Daí em diante, depois da chegada das tropas de Diem, não podíamos sair das nossas aldeias sem papéis de autorização. Em cada vila, havia uma ou duas unidades do exército. Depois, passaram a multar-nos por tomarmos banho nus nos rios ou somente de tanga. Como tivéssemos protestado, trouxeram tanques e forçaram-nos a deixar as nossas povoações para ficarmos concentrados nas chamadas aldeias «estratégicas». Ali, éramos forçados a construir altas cercas de bambu, e os mais moços eram levados para receber treinamento militar; quando voltavam, traziam armas e participavam da opressão

contra o seu próprio povo. No fundo, porém, estavam do nosso lado e, mais tarde, usaram as armas contra o inimigo».

O processo de confinar as minorias étnicas em campos de concentração disfarçados e convocar os jovens para o serviço militar teve início em 1962, pouco depois da instalação, em Saigão, de um comando militar dos Estados Unidos chefiado pelo general Paul D. Harkins, e intensificou-se de 1963 a 1964. Os autores do plano, porém, receberam um rude golpe a 20 de Setembro de 1964, quando 2 mil a 4 mil recrutas das minorias, que se encontravam na base de Buon Me Thuot, se amo-



tinaram, tomaram a base e prenderam o seu comandante, o coronel Freund, e cinco outros instrutores norte-americanos, além de se apoderarem da estação de rádio local. Através de artimanhas, traições e falsas promessas, o comando EUA-Saigão conseguiu debelar a revolta e sufocar outra, ocorrida em Agosto de 1965, com enormes baixas entre os recrutas. Para o regime EUA-Saigão, porém, aquela foi uma vitória de pouca duração. As minorias étnicas (montanhese) têm boa memória, e vingaram-se mais tarde, desempenhando um papel decisivo na ofensiva de 1975, que pôs fim à guerra.

### Terra vermelha

Se os Planaltos Centrais do antigo Vietname do Sul constituíram a base estratégica para o esforço militar contra o regime EUA-Saigão, hoje estão servindo de base estratégica para o esforço de construir uma nova economia e cumprir a promessa de «prosperidade e felicidade», que eram dois dos objectivos da Revolução Vietnamita.

Quem vem do Norte, de carro, pela estrada 1, ao longo do litoral, onde só a rodovia separa as montanhas do mar, tem a impressão de que os poucos quilómetros de planície são interrompidos, a oeste, por formidáveis cadeias de montanhas, cujas encostas terá de galgar se quiser ver de perto as serras que separam o Vietname do Laos e do Kampuchea. Mas, tendo subido as primeiras encostas, chega-se a uma região de vastos planaltos, estendendo-se por muitas centenas de milhares de hectares, especialmente nas províncias de Dac Lac, Kontum-Giai Lai e Lam Dong (da qual Dalat é a capital). Há ali uma grande variação de climas e altitudes. Dalat, por exemplo, fica a 1.400 metros acima do nível do mar, enquanto Buon Me Thuot, capital de Dac Lac, tem uma altitude de, apenas, 400 metros, e a altitude média da região de Kontum-Giai Lai é de cerca de 800 metros.

Se as montanhas da fronteira começam a dar sinais de conter minerais preciosos - ferro, estanho, co-

bre, cromo e outros metais que os franceses não descobriram ou não se deram ao trabalho de explorar -, a vasta região dos planaltos não é menos rica no seu potencial agrícola. Trata-se de uma região de cerca de 1.200 mil hectares de terra vermelha (barrenta), de origem vulcânica. A profundidade dessa camada de terra vai de dois a cinquenta metros, e o seu teor de elementos químicos torna-a muito adequada à plantação de borracha, café, cacau e outros produtos típicos de climas tropicais e subtropicais. No caso dos franceses, não precisavam de ir buscar riquezas tão longe; quanto aos norte-americanos, estavam demasiadamente ocupados em repelir a resistência à sua presença para pensarem em explorar esse potencial. Típica também dos solos vermelhos, a bauxite - matéria-prima para o alumínio - foi encontrada em grandes quantidades. Outro exemplo do desinteresse do governo colonial é o facto de que, nessa área de cerca de 6 milhões de hectares de terra valiosa, somente 2.600 quilómetros de estrada foram construídos - dos quais 900 quilómetros asfaltados - e nem um só metro de linha-de-ferro. Os norte-americanos estavam interessados tão somente no potencial militar da região. O solo plano da savana era ideal para operações militares de helicóptero e para a construção de grandes aeroportos militares.

### Integração étnica

Hoje, toda a região se está, gradualmente, a tornar produtiva. Um dos problemas é o subpovoamento. Nas planícies, especialmente nos deltas do rio Vermelho, ao Norte, e do rio Mekong, ao sul, a densidade demográfica é de cerca de 500 ou mais habitantes por quilómetro quadrado. Nas terras férteis dos Planaltos Centrais, o máximo - verificado na província de Lam Dong, mesmo após uma considerável imigração vinda do norte - é de 32 pessoas por quilómetro quadrado. A média para toda a região dos Planaltos é de 22 habitantes por quilómetro quadrado. Certos plantios, como o do café, exigem vastos contingentes

de mão-de-obra durante a colheita, e o mesmo se aplica à borracha durante todo o ano.

Fontes autorizadas em Buon Me Thuot, capital não oficial de toda a região, explicaram que os planos prevêem a seguinte distribuição de terras: 3 milhões de hectares (56% de toda a área) para reflorestamento; 1 milhão e 600 mil para agricultura (arroz, milho, batata doce e mandioca); 312 mil para pastagens; 200 mil para o plantio de borracha; e 137 mil hectares para café e cacau. Com isso, sobra ainda uma boa margem para expandir o plantio de borracha, café, tabaco e soja.

Em Dac Lac, a população cresceu de 360 para 510 mil habitantes, entre Abril de 1975 e Março de 1981, graças à imigração dos *kinh* vindos da planícies. (Os *kinh* constituem a maioria do povo vietnamita, e diferem da minoria étnica, constituída principalmente por povos *de em' nong* que compõem a maior parte da população de Dac Lac.)

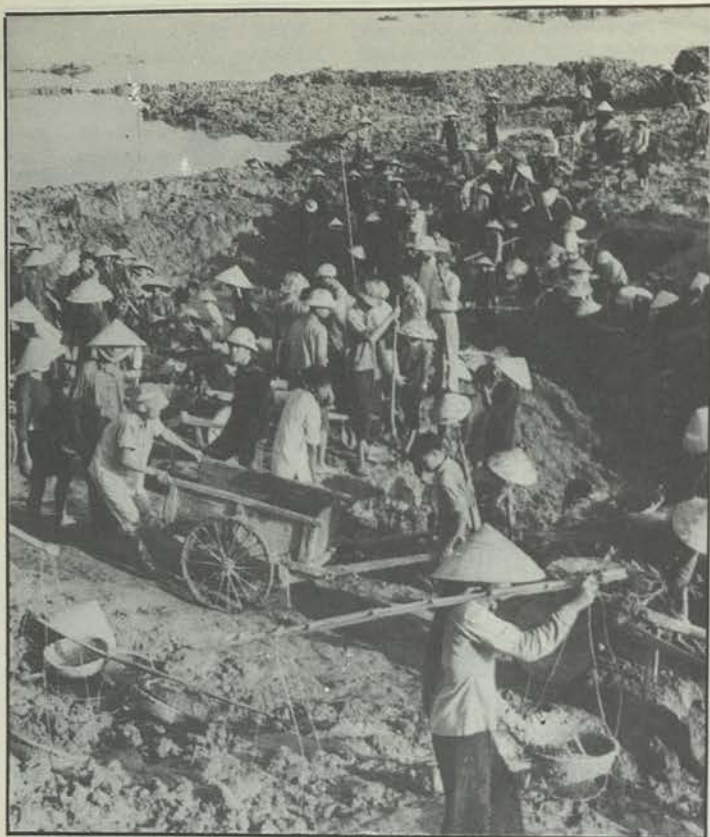
Uma pergunta óbvia era se esse aumento de população vietnamita decorrente de elementos vindos da planície não iria provocar ressentimento entre as minorias étnicas locais.

-Não, disse-me Y Bloc. Os *kinh* não interferem com as nossas terras de cultivo. Cultivam novas áreas e, assim, contribuem para melhorar o nosso padrão de vida. Antigamente, grande parte dos nossos alimentos vinha do sul. Agora, graças às técnicas aperfeiçoadas trazidas pelos *kinh*, somos auto-suficientes em alimentação. Resolvido o problema de alimentos, atacamos outros problemas. Educação e saúde pública, por exemplo. Hoje, cada uma das nossas aldeias possui uma escola e uma clínica. Existem também equipas médicas ambulantes que visitam os lugarejos mais remotos. A malária, que antigamente causava danos terríveis, está hoje praticamente dominada. No passado, um dos nossos maiores problemas nesta região era a falta de água durante a estação da seca, que às vezes chega a durar seis meses - de Fevereiro até Junho ou Julho. Gradualmente,









estão sendo construídos diques e sistemas de irrigação, de modo que teremos água para as nossas plantações durante todo o ano».

### Café e borracha

Subindo pelos contrafortes da montanha, desde Nha Trang, no litoral, até Buon Me Thuot, alcançamos o planalto. Lá, vimos plantações de café em todos os estágios de desenvolvimento, desde mudas delicadas de algumas polegadas de altura — cada qual protegida por um cone de palha de arroz entrançada — até árvores jovens e robustas cobertas de flores brancas que logo se tornariam grãos vermelhos. Muitas dessas plantações estendiam-se por vários quilômetros de cada lado da estrada. Vim a saber depois que esses cafeeiros substituíam antigos trechos de floresta devastados pela

guerra química dos norte-americanos, que assim procuravam proteger contra emboscadas as suas colunas militares. Avistámos também, da estrada, plantações de borracha que obviamente não estavam a ser exploradas. As árvores estavam crescidas, mas não havia incisões recentes na casca, nem canecas enfiadas nos troncos para apanhar o látex.

Em Buon Me Thuot, as autoridades locais explicaram-me que 3 mil hectares tinham sido plantados com borracha da província de Dac Lac, mas ficara decidido que, mais para o sul, as terras eram mais propícias à borracha, ao passo que Dac Lac era eminentemente adequada ao plantio de café. Como o cultivo de borracha e de café exige considerável mão-de-obra, ficara decidido que o melhor era utilizar os trabalhadores disponíveis para tornar a província, antes de mais nada, auto-suficiente em alimentos; só depois se plantaria

café — cuja exportação é bastante rentável.

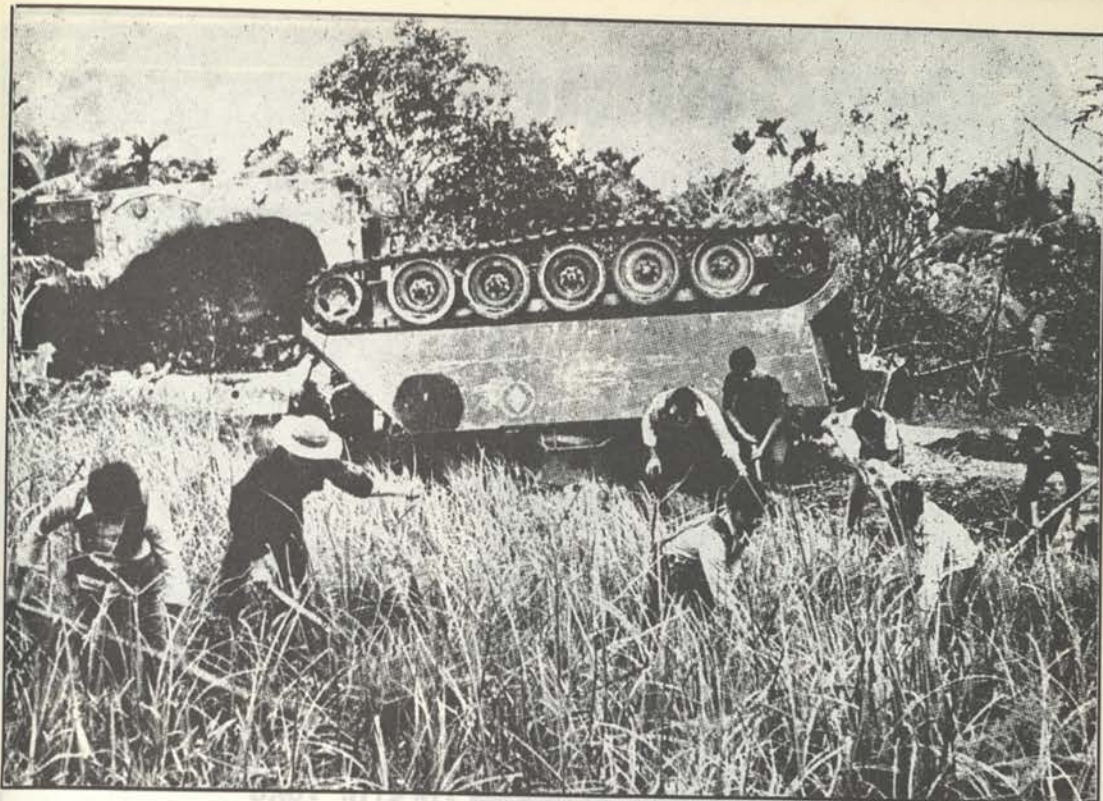
«Hoje, temos 15 mil hectares plantados com café», disse-me Ybih Aleo, 80 anos, veterano chefe da minoria étnica *ede* e presidente do Comitê Popular da província de Dac Lac. Com o emprego de boas técnicas, as plantas jovens começam a produzir após dois anos e meio. De contrário, a colheita leva quatro anos. A vida média de um cafeeiro aqui é de 30 anos, quando bem cuidado — o que significa podar três vezes por ano, entre outras coisas — e irrigá-lo bem.

### Raízes

O abastecimento de água é o grande problema. O sistema tradicional de queimar e roçar, adoptado pelas minorias étnicas, mediante o qual percorriam uma área geográfica fixa sem jamais cultivar duas vezes o mesmo pedaço de terra em cinco ou sete anos, teve efeitos devastadores sobre as reservas de madeira. Valiosos trechos de floresta eram queimados cada ano para que as sementes de milho ou de arroz pudessem ser plantadas em furos feitos na terra, coberta de cinzas, com varetas de bambu afiadas. Era esse o método tradicional de cultivo das minorias étnicas em ambos os lados da cadeia de montanhas que separa o Vietname do Laos e do Kampuchea.

«Sabemos que esse sistema é um desperdício», disse Y. Bloc. «Mas, para substituí-lo e convencer o nosso povo a fixar-se em determinado pedaço de terra, precisávamos resolver antes o problema do abastecimento de água, além de fornecer fertilizantes e sementes seleccionadas para que o mesmo pedaço de terra pudesse produzir melhores colheitas ano após ano. Os *kinh* estão-nos a ajudar neste particular, construindo represas e sistemas de irrigação. Uma vez que os camponeses se fixem num mesmo pedaço de terra, podem passar a criar porcos e galinhas — o que é impossível quando se emigra a cada ano para um pedaço de terra diferente. Com represas e canais de irrigação, haverá também peixe. É assim que as





Tendo como pano de fundo as recordações da guerra recente, os camponeses vietnamitas do Planalto Central lavram a terra onde será plantado o arroz que tornará a região auto-suficiente em comida

minorias étnicas estão começando a assentar raízes e a formar comunidades estáveis. Sem estas, a educação e a saúde pública tornam-se problemáticas. A existência nómada não era uma questão de preferência, mas sim de necessidade — uma vez que as colheitas eram extremamente reduzidas quando se cultivava a mesma terra dois anos seguidos. Mas, agora, o nosso povo percebeu que, destruindo as florestas, acabam com a caça e fazem secar os rios. Os resultados trazidos pela guerra química dos norte-americanos, que fizeram desaparecer florestas inteiras, convenceram o nosso povo a abandonar o sistema de roçados».

#### Novo estilo de vida

No decorrer de uma conversa com Huu Tho, editor-assistente do *Nhan Dan*, diário do Partido Comunista, e especialista nos Planaltos Centrais,

ele mencionou a importância de agir com muito cuidado quando se tratava de alterar o estilo de vida das minorias étnicas e fixar os *kinh* imigrados das planícies.

«Uma vez que as minorias étnicas perceberam as vantagens de se fixarem num único lugar, ajudámo-las a criar pequenas cooperativas, às quais se adaptam com muita facilidade. Todos têm um grande senso de comunidade. Os imigrantes *kinh* desbravam novas terras e criam tipos mais avançados de cooperativas e grandes fazendas estatais (muitas das quais são administradas pelo Exército Popular Vietnamita). Os jovens das comunidades tribais são convidados a trabalhar durante algum tempo nessas cooperativas modernas, e comentam em casa os benefícios que elas trazem para o padrão de vida. E assim, gradualmente — porém, do ponto de vista histórico, com muita rapidez — progredem de sistemas feudais de

produção para sistemas mais avançados, e alguns dos jovens fixam-se como assalariados nas fazendas estatais. Mas não convém acelerar demais esse processo».

Nos Planaltos Centrais, já foram criadas 29 fazendas estatais. Quase todo o resto da produção agrícola se deve a várias formas de cooperativas, nas quais estão incorporadas 75% das minorias étnicas: Trezentos mil *kinh* emigraram para a região, 120 mil dos quais participam na produção. Desbravaram cerca de 150 mil hectares de terra, dos quais 120 mil são actualmente dedicados quase exclusivamente à produção de alimentos, uma vez que a maioria das plantações de café e de borracha só começarão a produzir daqui a algum tempo. A necessidade mais urgente era tornar todas as províncias auto-suficientes em alimentos, de modo a sustentar a mão-de-obra exigida pela produção agrícola para a industrialização e exportação. □



# Compelmada

SOCIEDADE COOPERATIVA DE MONTAGENS METÁLICAS . SCARL.



**ÀO SERVIÇO  
DA INDÚSTRIA  
DESDE 1969**

**\* PROJECTO, FABRICO  
E MONTAGEM DE:**

**RESERVATÓRIOS DE PRESSÃO  
RESERVATÓRIOS DE ARMAZENAGEM  
TUBAGENS INDUSTRIAIS  
ESTRUTURAS METÁLICAS  
PERMUTADORES DE CALOR  
PONTES E PÓRTICOS ROLANTES  
APARELHOS DE PROCESSO  
SILOS EM AÇO CARBONO,  
AÇO INOX E ALUMÍNIO**

**\* MECÂNICA GERAL  
\* RECONSTRUÇÃO DE MOTORES  
\* MANUTENÇÃO FABRIL**

Casal do Marco

Sines

Cova da Piedade

**SEDE E FÁBRICA:**

Pinhal dos Frades — Casal do Marco — Seixal  
telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934  
telex: 15264 COMPEL-P





## Se Herodes vivesse...

*Em 1981, morreu uma criança em cada dois segundos porque a humanidade acredita que é muito dispendioso dar assistência aos 500 milhões de criaturas mais desamparadas. Em 1982, morrerão mais 17 milhões de seres humanos antes de completarem cinco anos de idade*

**A** vida de uma criança vale menos de 100 dólares, segundo o relatório da UNICEF, «O estado mundial da infância», correspondente ao ano passado. Se essa quantia fosse destinada a cada uma das crianças mais pobres do mundo — informa o relatório — poderia ter coberto as suas necessidades básicas e impedido a morte de 17 milhões de crianças no decorrer de 1981.

Somente uma em cada dez crianças, por exemplo, foi imunizada contra as seis doenças mais comuns da infância. «O custo dessa imunização para todas as crianças do Terceiro Mundo, diz a UNICEF, seria de cinco dólares *per capita*. O custo

de não fazê-lo, porém, é de cinco milhões de mortes anuais».

Esse massacre anual dos recém-nascidos no mundo tem todas as probabilidades de continuar no futuro previsível. «Em muitas nações pobres, — afirma James Grant, o director executivo da UNICEF — as tendências económicas indicam que a luta contra a pobreza não está a diminuir, mas antes está a tomar exactamente a direcção contrária.»

Em parte causa, em parte sintoma, a ajuda para o desenvolvimento declinou de uma média de 0,49% do PIB (Produto Interno Bruto) dos países ricos aplicado 15 anos atrás, para 0,37% na actualidade. «Em relação ao desenvolvi-

mento — comenta Grant — só há dúvidas e pessimismo». E não será para a próxima geração que poderemos ter qualquer esperança de acabar com essa negação da vida que a pobreza das massas significa, enquanto nos achamos em tão baixo nível.

### O verdadeiro realismo

O relatório «Estado mundial da infância» de 1980 estabelecia que, para fins deste século, todos os países em desenvolvimento poderiam reduzir as suas taxas de mortalidade infantil (número de mortes por mil nascidos vivos) até 50 ou menos; elevar a média da esperança de vida





James Grant

até 60 anos ou mais; e oferecer a todas as crianças pelo menos quatro anos de educação. Na prática, isso significaria uma duplicação ou triplicação do ritmo do desenvolvimento mundial, uma meta que, no presente contexto económico — admite o relatório — pode parecer totalmente ingênua.

«Mas o realismo ou a ingenuidade de qualquer objectivo — diz Grant — é quase sempre uma questão de prioridades tanto quanto de possibilidades. Por exemplo, poder-se-ia conseguir facilmente educação primária e atendimento básico de saúde para a grande maioria das crianças com menos dinheiro do que aquele que o mundo industrializado gasta em bebidas alcoólicas em cada ano».

Dar prioridade ao atendimento das necessidades infantis é especialmente importante hoje em virtude das mudanças na estrutura de idade a nível mundial. Com 40% da população do Terceiro Mundo abaixo da faixa dos 15 anos, esta é a mais numerosa geração de crianças da história. «Não só é grande a sua necessidade actual — afirma Grant — como o fracasso em dar-lhe assistência poderia afectar a tendência para a diminuição dos índices de crescimento demográfico no mundo...» O elo de ligação entre os dois fenómenos é muito dependente de mudanças tais como: melhorias no cuidado à saúde, redução da mortalidade infantil e expansão da educação.

Assim, dos mesmos passos necessários para reduzir as mortes in-

fantis a 50 por mil — informação estudo — decorreria uma redução de nascimentos da ordem de 12 a 20 milhões. «O ponto de vista tão comumente mantido de que a redução da mortalidade infantil só serve para aumentar a reserva de natalidade e trazer problemas para o futuro — afirma a UNICEF — é, por consequência, errado.»

O esforço para atender às necessidades de saúde, nutrição e educação na presente geração é, de facto, o caminho para diminuí-las no futuro. «Nós podemos ou permitir à mais extensa geração de crianças da história crescer desnutrida, doentia e deseducada, para chegar a serem pais de outra geração de crianças desnutridas, doentias e deseducadas — sustenta Grant — ou, pelo contrário, melhorar a vida da infância de hoje ao mesmo tempo que investimos na sua capacidade como pais de amanhã, criando, ao mesmo tempo, as condições necessárias para diminuir de forma constante a taxa de crescimento demográfico. A escolha deve ser feita entre o bem e o espírito do mal.»

A UNICEF preferiria ver incrementada a contribuição de recursos nacionais e internacionais para enfrentar as necessidades dessa geração de crianças. Mas a recessão económica mundial, a tendência do governo norte-americano para reduzir as suas contribuições para as Nações Unidas por motivos políticos, indicam que os recursos da UNICEF não aumentarão nos próximos anos.

James Grant esforça-se, no entanto, por demonstrar no seu relatório que a assistência à infância não é um «gasto humanitário», mas um investimento rentável.

O público em geral pode sensibilizar-se e comprar cartões postais da UNICEF ao ver a foto de uma criança do Terceiro Mundo faminta ou doente. Mas os tecnocratas que decidem sobre as contribuições governamentais pensam em termos de rentabilidade do investimento. Assim, o relatório assinala que nos Estados Unidos, por cada dólar investido na reabilitação de deficientes, o erário recupera nove dólares em impostos pagos pelas pessoas

invalidas que consigam emprego graças a tal iniciativa.

Em Nova Iorque, um investimento anual de 2,7 milhões de dólares para assistência pré-natal às mulheres de baixo nível de rendimento permitiria economizar entre 10 e 12 milhões de dólares em cuidados intensivos, de elevado custo, para crianças prematuras.

No plano internacional, a eficaz campanha para erradicar a varíola para a qual os Estados Unidos contribuíram com 50 milhões de dólares, acabou por reverter para este país numa poupança anual superior ao dobro daquela quantia, por causa das reduções de gastos de imunização e serviços de controlo e vigilância.

### Investir a favor dos pobres

Em 1981, a ratificação pela Assembleia Mundial da Saúde do «Código de comercialização de alimentos substitutos do leite materno», apresenta, de acordo com a UNICEF, uma possibilidade de combinar «a melhoria da qualidade de vida com a redução de custos económicos».

As crianças não alimentadas com leite materno, ou que o tenham sido por um período inferior a seis meses, têm uma probabilidade entre cinco e dez vezes maior de falecer durante o segundo semestre do seu primeiro ano de vida, em comparação com as crianças amamentadas pela mãe durante os primeiros seis meses ou mais. O relatório sublinha que no Terceiro Mundo, que gasta actualmente mil milhões de dólares por ano em alimentos infantis artificiais, e para as famílias de baixo nível de rendimento que gastam nesses alimentos 3,5 dólares do seu salário semanal de 15 dólares, o facto de se passar da promoção do aleitamento artificial para a do aleitamento natural pode gerar uma boa economia.

O relatório não o afirma, mas é sabido que os Estados Unidos foram o único país do mundo a votar contra esse «código do leite», com o argu-



mento de que ele limita a liberdade de acção das transnacionais.

A UNICEF conclui que «inclusive em épocas economicamente difíceis, o atendimento às necessidades das crianças do mundo é ao mesmo tempo a acção mais humanitária e a melhor oportunidade de investimento».

Grant cita as sessões especiais da Assembleia-Geral da ONU, as conferências da UNCTAD, o diálogo Norte-Sul de Paris e as reuniões promovidas pela Comissão Brandt em Otawa, Melbourne e Cancún como bases teóricas e políticas de uma «nova economia» orientada no sentido das necessidades básicas, segundo a qual «o investimento para melhorar a produtividade dos pobres poderia ser um estímulo tão importante para a economia mundial como o seria para as comunidades pobres» dos países do Terceiro Mundo.

Na prática, no entanto, «as políticas comerciais que prevalecem — reduzindo as receitas do mundo em vias de desenvolvimento — e as políticas de ajuda que dirigem mais de 50 % da assistência oficial para os países em vias de desenvolvi-

mento mais prósperos, são um freio às propostas de melhorar a qualidade de vida das crianças do planeta».

### Ajudando os ricos

Não só é escassa e mal dirigida a ajuda, como também frequentemente quando esta enfim chega produz um resultado oposto ao esperado: «um programa de perfuração de poços artesanais empreendido com a intenção de melhorar a saúde dos pobres pode significar uma subvenção para o proprietário de terras; a implantação de uma nova cultura de alta rentabilidade, fomentada com o propósito de melhorar a alimentação, acaba aumentando a extensão dos latifúndios e o número de camponeses sem terra; a introdução de um tractor para que seja possível arar uma maior extensão do terreno, pode terminar por ser um oneroso suplemento de horas de trabalho

para as mulheres, encarregadas de preparar a terra para receber as sementes».

Definitivamente, «continuar a confiar em que o dinheiro e a tecnologia possam operar com independência da política e da sociedade, é repetir uma fórmula já tentada e que fracassou».

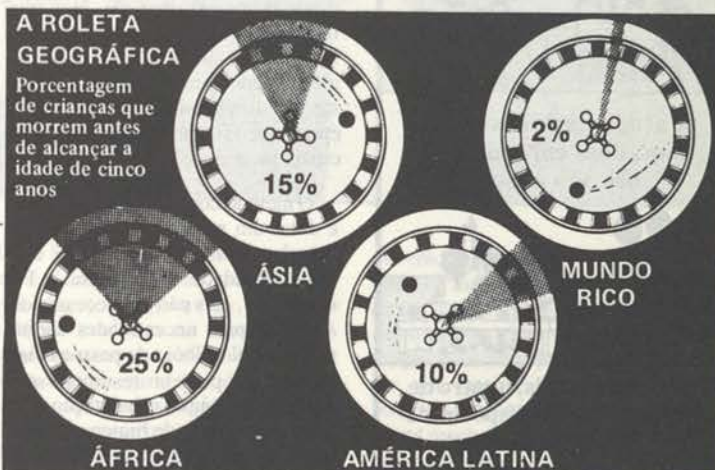
Dois factores chaves devem ser analisados, então, quando se estuda qual a eficácia de um projecto de desenvolvimento, para que ele, de facto, beneficie os pobres: a participação popular e a igualdade de oportunidades. «Esses são os problemas realmente difíceis do desenvolvimento», realça Grant. «Enquanto o desenvolvimento for considerado uma questão de intervenção científica a cargo de especialistas e não uma questão de organização social apoiada na participação popular, as decepções e os fracassos serão tão inevitáveis quanto o desânimo resultante». □

## A geração do silêncio

«**○** S últimos doze meses marcam um ano de silêncio para a infância do mundo», disse James Grant. Segundo o director executivo da UNICEF, em 1981 «40 mil crianças morreram silenciosamente em cada dia; 100 milhões de crianças deitaram-se famintas e em silêncio todas as noites; 10 milhões de crianças tornaram-se silenciosamente deficientes físicos ou mentais; 200 milhões de crianças viram em silêncio como outras iam á escola».

Essa «silenciosa ocorrência» é a contrapar-

tida das insuficiências do desenvolvimento económico. E o futuro próximo apresenta poucas esperanças. Devido à recessão mundial, muitas das nações de baixo nível de rendimento não só vêem barrada a sua saída da pobreza, como inclusive perderem terreno nessa luta. O resultado será que o número dos «absolutamente pobres» do mundo passará provavelmente dos 800 milhões hoje calculados para mil milhões ou mais até ao fim do século; metade dessa cifra será constituída pelas crianças e as suas mães.





**1.000.000.000**

Cerca de mil milhões de  
crianças vivem onde a  
UNICEF trabalha

e onde

uma criança em cada quatro  
sofre de desnutrição



quatro de cada cinco  
carecem de serviços  
sanitários



no grupo etário dos 6 aos 11  
anos, duas em cada cinco  
não vão à escola



nas zonas rurais, quatro de  
cada cinco não dispõem de  
serviços de saneamento e  
abastecimento de água



Os gastos militares  
mundiais em cada 4 horas  
equivalem ao orçamento  
anual da UNICEF

Ilustração de Clive Offley

## Um mais um igual a três

**D**OS 125 milhões de crianças que nascerão em 1982, 12 milhões estarão mortas antes de 1983 e outros cinco milhões antes de completarem cinco anos. A UNICEF acha que essa taxa anual que a morte cobra dos recém-nascidos do mundo pode e deve ser reduzida pelo menos a metade, antes do final do século.

O índice de mortalidade infantil — que talvez seja o indicador mais exacto do estado de saúde e bem-estar geral das mães e dos recém-nascidos — tinha baixado com regularidade de quatro ou cinco pontos por ano durante a década de 1960 e nos primeiros anos 70. Nos últimos cinco anos, tem apenas oscilado. Conseguir que esse índice de mortalidade continue a baixar, apesar das dificuldades económicas da época que vivemos, é uma das principais preocupações da UNICEF.

O método convencional de formar e dotar um número maior de médicos plenamente qualificados é uma impossibilidade financeira. Por outro lado, eles não são necessários. As principais necessidades sanitárias dos mil milhões de pessoas mais pobres do planeta resumem-se à alimentação, água e habitação adequadas, sistemas de higiene e eliminação de resíduos, além de serviços de imunização, educação sanitária e assistência pré-natal, natal e pós-natal qualificada. E a forma mais eficaz de atender a essas necessidades, garante a UNICEF, é um exército de paramédicos que possam trabalhar no seio da sua própria comunidade, em cada uma das sociedades pobres, com a finalidade de prevenir doenças, intervir nas ocorrências mais simples e remeter os casos mais graves ao pessoal médico mais qualificado de clínicas ou hospitalares. Esse é o conceito de assistência sani-

tária de base que, iniciado pela China com o seu 1,6 milhão de «médicos descalços», está agora a ser introduzido — com diferentes graus de decisão e êxito — em muitos países do Terceiro Mundo.

### O elo perdido

Se as frentes de combate pela saúde mundial estivessem literalmente cobertas por milhões de assistentes sanitários de base — adequadamente apoiados, por sua vez, por alguns serviços sanitários convencionais — seria possível pular o abismo que existe entre o que a ciência sabe e o que as pessoas necessitam.

Cientistas asiáticos e norte-americanos, por exemplo, desenvolveram recentemente um tratamento simples e de baixo custo para as doenças diarreicas que actualmente ceifam o estarecedor número de cinco milhões de vidas infantis por ano. O tratamento (baseado em açúcar e sais facilmente acessíveis e administrado por via oral) pode reduzir em 90 % a mortalidade infantil por diarreia. «Registam-se muito poucas mortes se o tratamento for iniciado prontamente e, se possível, em casa», explica a UNICEF.

Nos milhões de aldeias do Terceiro Mundo, que é onde mais essa dieta hídrica de restabelecimento faz falta, não será possível dispor-se de médicos para manter essa dieta e ensinar as mães a empregá-la. Mas os assistentes sanitários de base poderiam fazê-lo.

A UNICEF e a Organização Mundial da Saúde (OMS) propuseram-se a que, para 1983, o novo tratamento de «re-hidratação oral» esteja ao alcance de uma quarta parte, como mínimo, do total de



crianças menores de cinco anos, que são as mais expostas a esse principal agente de mortalidade infantil.

Já que a saúde é inseparável da agricultura e da nutrição, da qualidade da água e da higiene geral, do nível de rendimento e da educação, os assistentes sanitários de base melhor formados e melhor apoiados tornar-se-ão inevitavelmente agentes de desenvolvimento comunitário. «Um mais um pode ser igual a três», dizem os boletins de informação da UNICEF. Os benefícios de um sistema de distribuição de água potável, por exemplo, multiplicam-se por um considerável factor quando as canalizações e as bombas manuais vêm acompanhados de uma educação sanitária.

A alfabetização da mulher catalisa os programas de planeamento familiar; a menor frequência de gravidez melhora o estado de saúde das mães e dos recém-nascidos; uma boa saúde da criança permite um melhor aproveitamento do ensino pré-escolar e primário; a educação pode trazer maiores receitas e melhor produtividade agrícola; receitas mais elevadas e melhor alimentação reduzem a mortalidade infantil; com o decréscimo do número de crianças falecidas, o número de nascimentos também tende a diminuir; famílias reduzidas favorecem a saúde materna; mães mais saudáveis têm filhos mais saudáveis; filhos mais saudáveis exigem maiores cuidados; o estímulo assim recebido colabora com o desenvolvimento mental; as crianças mais espertas progredem mais na escola... e assim sucessivamente, de acordo com uma pauta de relações que se potenciam ou se desvirtuam mutuamente, o que pode minimizar ou, pelo contrário, multiplicar os benefícios trazidos por cada um destes factores.

### Paliativo ou mudança real?

Os críticos do sistema de assistentes sanitários argumentam que estes são apenas o degrau inferior e mais barato de um sistema «de prestações» concebido de cima para baixo e planeado para ministrar aos pobres um serviço de segunda categoria.



Com isso, pretenderiam colocar diques de contenção ao problema da pobreza e assim evitar qualquer tipo de mudança na sociedade da qual faz parte essa mesma pobreza. «Em alguns casos isso é indiscutivelmente correcto — admite a UNICEF. Acontece que, no conjunto do Terceiro Mundo, ainda se gastam 80 % dos orçamentos de saúde em médicos e hospitais que só irão beneficiar a minoria urbana, enquanto são enviados auxiliares sanitários de base para atender à imensa maioria rural. Nessas situações, o conceito de participação popular não é mais do que uma frase, sem outro sentido senão o de fazer dos pobres os responsáveis pela sua própria pobreza».

Para colocar a tarefa de forma adequada, estabelece a UNICEF, os serviços sanitários convencionais

deverão estar à disposição do sistema de assistência de base. Os médicos, as clínicas, os hospitais terão de ministrar a preparação, a informação e os serviços complementares aos assistentes sanitários de base, de maneira que cada um deles possa receber o nível de capacitação que necessite.

A solução proposta — baseada nos «médicos descalços» e na participação popular — não é considerada pela UNICEF «como um fim em si mesmo, mas como um ponto de partida; não como um serviço mínimo, mas como o máximo que se possa conseguir num determinado momento e num dado lugar; não como um serviço sanitário exclusivo para os pobres, mas como o meio pelo qual os recursos existentes podem ser adaptados às necessidades dos pobres». □



Nova Deli

## Os dilemas do Terceiro Mundo

*Uma vez mais os países do Terceiro Mundo não chegaram a total acordo. Se o tivessem conseguido, os países do Norte – e, nomeadamente, os Estados Unidos, que se opõem a qualquer concessão – teriam que o levar em consideração nas suas negociações com o Sul, por um novo relacionamento económico à escala mundial*

**C**ONVOCADA para imprimir um novo e decisivo impulso às negociações globais entre nações ricas e os países subdesenvolvidos no seio das Nações Unidas, assim como para analisar os problemas económicos que afligem o Terceiro Mundo, a Conferência de Nova Deli terminou sem haver alcançado o seu objectivo, ainda que não possa ser considerada como um fracasso, já que foram conseguidos consensos em vários assuntos e, na opinião de alguns observadores, ela estimulará as relações económicas e a cooperação recíproca entre as nações subdesenvolvidas.

A conferência retomou os temas tratados na cimeira Norte-Sul de Cancun (ver n.º 40 dos **cadernos**) ainda que, desta vez, os participantes tenham sido apenas os interessados directos, isto é, os países do Sul. Assistiram delegações de 44 governos, previamente seleccionados de forma a encontrarem-se representadas todas as regiões e países-chave do Terceiro Mundo. Destes, só a Arábia Saudita faltou ao encontro.

Os trabalhos decorreram, entre 22

e 25 de Fevereiro, na capital da Índia. Caso tivesse sido alcançado um consenso em relação ao tema central, o encontro teria, por certo, uma importante influência sobre as reuniões que se irão realizar no âmbito das Nações Unidas em relação às negociações globais. Com efeito, se os países do Terceiro Mundo tivessem tomado uma posição comum, os países do Norte, encabeçados pelos Estados Unidos, que se opõem a qualquer concessão, teriam que tomá-la em consideração.

Na realidade, a Conferência de Cancun alcançou um parco compromisso nesta matéria, porém, as posteriores negociações realizadas nas Nações Unidas com vista a harmonizar as diferentes posições fracassaram.

O conceito de negociações globais refere-se a uma abordagem ampla e coerente que permita encarar sucessivamente cada uma das reivindicações e reformas sectoriais que vem defendendo o Terceiro Mundo – e sobretudo o seu portavoz, o Grupo dos 77 – no âmbito do diálogo Norte-Sul. Tanto as negociações em relação ao tema alimen-

tar como ao dos preços das matérias-primas ou da transferência tecnológica, para só citar três exemplos, deveriam ser precedidas por um acordo global entre ricos e pobres que orientasse essas discussões sectoriais.

Em 1979, na ONU, foi aprovada por unanimidade a resolução sobre negociações globais. Mas quando a discussão passou ao nível prático enrentaram-se dois pontos de vista. Os Estados Unidos, argumentando tratar-se de assuntos de índole económica, puseram como condição à sua participação que as negociações tivessem lugar no seio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Ora, como é sabido, o FMI e o Banco Mundial são os únicos organismos das Nações Unidas em que o poder de decisão é proporcional às doações económicas concedidas, sendo por isso controlados pelos EUA, já que eles são o seu maior contribuinte. Foi por isso que a imensa maioria dos membros da comunidade internacional, incluindo uma parte das nações industrializadas, se negaram a aceitar tais imposições. Esse conjunto de



nações, indicou, com toda a lógica, que o cenário natural para as negociações globais não poderia ser outro que não fosse a própria Assembleia Geral das Nações Unidas, por ser a mais alta e única instância para um tratamento global. Uma vez obtido esse acordo global na Assembleia Geral, ele constituiria o quadro orientador na discussão dos temas sectoriais, onde se incluiriam o FMI e o Banco Mundial.

A intransigência dos Estados Unidos e o temor de que a sua negativa impedisse todo e qualquer avanço, levou a que surgissem duas posições que se confrontaram em Nova Deli, uma partidária outra contrária a qualquer concessão.

### Nova Deli: algum impasse

Em Nova Deli foi analisada uma variante apresentada pelo embaixador do Paquistão na ONU, o qual havia desenvolvido conversações com as partes em confronto na espe-

rança de encontrar uma fórmula aceitável para todos. No entanto, a maioria das delegações viria a rejeitar tal proposta ao comprovar que ela continha algumas condições inaceitáveis e em oposição aos interesses do Terceiro Mundo, pois, para se conciliar com a posição norte-americana, a proposta avançava um papel de extrema relevância ao FMI e ao Banco Mundial.

Evidentemente que houve consenso quanto à necessidade de se travarem conversações globais, mas, ao não ter sido acordada uma clara e firme posição comum, perdeu-se, uma vez mais, a possibilidade de exercer-se uma vigorosa pressão sobre os adversários do diálogo Norte-Sul.

Outro grande tema da conferência foi a cooperação Sul-Sul. No discurso que pronunciou ante a conferência, o presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, afirmou que o Terceiro Mundo deveria prestar menos importância ao modelo ocidental de

desenvolvimento e mais à construção do seu próprio caminho de auto-suficiência e cooperação mútua.

Mas também nesta matéria se registaram dois pontos de vista durante as discussões sobre a natureza do mecanismo financeiro que possa vir a apoiar a Cooperação Económica entre os países em vias de Desenvolvimento (CEPD). Daí que o resultado tenha sido a paralisação. Por ocasião da Conferência de Caracas, no ano passado, o Grupo dos 77 decidiu a criação de uma equipa de trabalho cuja função consistiria em cooperar com o presidente do Grupo para todas as questões relacionadas com a CEPD. Essa equipa, no fundo, mais não era que a consequência lógica da prioridade com que se encarava a cooperação económica Sul-Sul. Mas passou-se o tempo e a referida equipa está ainda por constituir. Uma conclusão se pode tirar desde já: ambas as vias de desenvolvimento possível, a Norte-Sul ou a Sul-Sul, se encontram obstruídas. Obstrução que é consequência não só das diferenças culturais, geográficas e históricas nesse imenso leque que é o Terceiro Mundo, como também da crise económica mundial.

No entanto, há que referir que todos os problemas relacionados com o comércio Sul-Sul como o intercâmbio tecnológico e o desenvolvimento alimentar foram agora analisados em profundidade, assim como as fórmulas para lhe dar novo impulso. E, não obstante as divergências registadas, puderam encontrar-se numerosas coincidências, não só quanto às negociações globais, como à ampliação do intercâmbio Sul-Sul ou sobre os temas em debate. Coincidências de opiniões, que, naturalmente, foram expressas no comunicado final divulgado no termo da Conferência. □

## Um prémio para Nyerere

«O presidente Nyerere pode ser considerado um **mwalimu** (mestre em swahili) no sentido mais elevado da palavra... um exemplo não só para os seus concidadãos, mas também para todos os pobres e despojados do Terceiro Mundo» — foi com estas palavras que Sridath Ramphal, presidente do Comité do Prémio da Fundação do Terceiro Mundo, fez o elogio do dirigente tanzaniano, agraciado com aquele galardão por se ter destacado devido à sua acção relevante em prol do Terceiro Mundo. A cerimónia decorreu em Nova Deli durante a «Conferência Sul-Sul», que, de 22 a 25 de Fevereiro, reuniu representantes de 44 países do Terceiro Mundo.

No discurso que proferiu após ter

recebido o prémio, Nyerere advertiu que «o Terceiro Mundo fracassará desastrosamente, se continuar a tentar alcançar o Norte», insistindo em que os padrões de desenvolvimento a atingir não são aqueles que a tecnologia do Norte fixa. A esse propósito lembrou que o desenvolvimento não significa «adquirir a invenção mais recente em todos os âmbitos»: esse caminho só serve para agravar a dependência e criar «ilhas de alto desenvolvimento no meio dum mar de pobreza, doenças e ignorância».

Nyerere propôs a criação de uma Comissão Sul-Sul e de um grupo técnico do Terceiro Mundo para apoiar as negociações nos foros internacionais.



## Os filhos de Roque Dalton

*O desaparecimento dos dois filhos do poeta salvadorenho Roque Dalton recoloca em evidência a trágica história das violências das ditaduras contra os intelectuais latino-americanos e seus filhos*

Mario Benedetti



**R**OQUE e Juan José Dalton Cañas, os dois filhos mais velhos do poeta salvadorenho Roque Dalton, desapareceram no seu país depois de um combate com o exército na zona de Chalatenango. Ao que parece, isso aconteceu em Outubro de 1981, mas só agora é que a notícia foi divulgada.

Telegramas foram enviados à junta cívico-militar presidida por Napoléon Duarte, às Nações Unidas, à UNESCO. No México, no Peru e no Panamá, campanhas foram iniciadas no sentido de reclamar da Junta — que, segundo se presume, tem em seu poder os dois rapazes — a apresentação pública e

a realização de um julgamento dentro da lei.

Roque Dalton tinha 40 anos quando foi assassinado em El Salvador, em Maio de 1975. Assim como o fariam os seus filhos seis anos mais tarde, ele participava na luta revolucionária. A sua morte faz parte do preço que a cultura paga na árdua libertação da América Latina.

O nome de Roque incorporou-se, assim, à lista de escritores assassinados ou desaparecidos, integrada já — entre outros — pelos guatemaltecos Roberto Obregón e Otto René Castillo, os nicaraguenses Rigoberto López Pérez, Leonel Rugama e Ricardo Morales, os peruanos Edgardo Tello e Javier Héraud, o uruguaio Ibero Gutiérrez, e os haitianos Rony Lescouffair e Jacques Stephen Alexis.

Essa lista foi aumentando com a morte do argentino Francisco Urondo e os desaparecimentos de Rodolfo Walsh e Haroldo Conti (argentinos) e Julio Castro (uruguaio). Parece, no entanto, que nestes tempos de extermínio, a repressão não se conforma com uma só geração.

Quando Paco Urondo foi morto e desapareceu Rodolfo Walsh, as suas respectivas filhas tinham já sido assassinadas. Assim como também tombaram os filhos do poeta Juan Gelman e do novelista David Viñas, hoje exilados.

Tenho recordado com frequência um velho ensinamento de Heródoto: «Ninguém é tão insensato que escolha por vontade própria a guerra e não a paz, já que na paz os filhos enterram os pais e, na guerra, os pais enterram os filhos».

Hoje, Heródoto teria que acrescentar uma nova categoria. Há tempos que não são de paz, nem propriamente de guerra. Há tempos, como estes que vivemos, que são de massacre, e neles os filhos e os pais unem-se num mesmo coral de morte.

Nada se sabe até hoje dos dois filhos do poeta salvadorenho. Fui amigo de Roque e conheço os seus



três filhos desde que eram crianças. Por volta de 1967, vivemos vários meses no mesmo hotel e não esqueci a incrível maturidade de Roquinho, o mais velho, que tinha então uns sete ou oito anos e já encarava a vida com a seriedade de quem começava a ser consciente deste complexo e arriscado mundo.

Em 1975, quando mataram traiçoeiramente Roque, coloquei todo o meu triste assombro num poema:

*«Cedo chegaste ao bom humor  
ao amor cantado  
ao decantado amor  
chegaste cedo  
ao rum fraterno  
às revoluções.»*

Pois bem, quando Roque voltava muito alegre, eufórico, do «rum fraterno» era Roquito que cuidava dele, e o poeta de «A vez do ofendido» deixava-se cuidar, talvez porque sabia até que ponto o seu filho era precocemente responsável e sensato.

Mais tarde, mantive uma relação cordial com os três rapazes e com a sua mãe, Aida, mas custou-me bastante meter na cabeça que Roquito já não era só uma criança responsável mas um homem que lutava pela sua pátria. Agora, vai-me custar muito mais acostumar-me à idéia de que ele e seu irmão desapareceram. Os desaparecidos sempre nos fazem sofrer, principalmente quando têm rostos e nomes.

A 7 de Janeiro, a televisão espanhola transmitiu um documentário sobre El Salvador, realizado por Carmen Sarmiento. Quem presenciou o trágico catálogo de crueldades que o vídeo implacável e objectivo mostrou; quem assistiu ao contraponto que faziam a vala comum de cadáveres descobertos em El Playón — a 30 quilómetros apenas da capital — e o descaramento do presidente salvadorenho, Napoléon Duarte, quando atribui essas «notícias» a boatos e exageros de jornalistas; quem viu esse terrível testemunho, não poderá considerar inverosímil a tenebrosa ameaça que paira sobre as jovens vidas de Roque e Juan José Dalton Cañas.

CREIO  
QUE MINHAS VEIAS  
NÃO ACABAM EM MIM  
MAS NO SANGUE  
UNÂNIME  
DOS QUE LUTAM  
PELA VIDA  
PELO AMOR,  
PELAS COISAS,  
PELA PAISAGEM  
E PELO PÃO  
PELA POESIA DE  
TODOS NÓS.



Em um dos seus «Poemas Clandestinos», seu pai escreveu:

*«Nunca esqueças  
que os menos fascistas  
dentre os fascistas  
também são  
fascistas.»*

Mas, quando no vídeo aparecem os que mandam naquele país, é difícil saber quem é menos fascista: cada um deles é-o mais do que o outro.

Desde os tempos dos campos de extermínio nazista que o mundo não encarava uma imagem tão abjecta e feroz de si mesmo. Um pouco antes de o seu sangue ser derramado em 1975, Roque escreveu:

*«Creio (...)  
que as minhas veias não acabam  
em mim*

*mas no sangue unânime  
dos que lutam pela vida  
pelo amor, pelas coisas,  
pela paisagem e pelo pão  
pela poesia de todos.»*

Ele tinha razão, já que as suas veias continuaram no sangue unânime dos seus próprios filhos. Estes mesmos que hoje não aparecem.

Num país onde ocorre uma média de 30 assassinatos políticos por dia, pode parecer arbitrária a reivindicação de apenas duas vidas. Mas não é bem assim. Onze mil assassinatos por ano tornam-se quase uma abstracção, um pesadelo. Por isso, nos rostos concretos de Roque e Juan José (tomara que ainda vivam!), simbolizamos o clamor solidário por um povo que luta, morre, renasce e tudo sacrifica pela sua sensível vocação à liberdade. □



## Objectividade e credibilidade

*A guerrilha salvadorenha cria uma agência de notícias e descobre que a melhor maneira de furar o bloqueio de informação é noticiar com objectividade*

Roberto Remo

**Q**UANDO a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional iniciou a sua ofensiva militar contra a Junta salvadorenha em Janeiro de 1981, o regime presidido por Napoleón Duarte era apresentado pela imprensa internacional como um governo moderado submetido ao fogo cruzado dos extremistas de direita e de esquerda. O próprio nome oficial do executivo (Junta de Reconstrução Nacional), copiado da vizinha Nicarágua, ou a denominação de «Junta Revolucionária», com que o qualificavam as agências de notícias ocidentais, contribuía para aumentar a confusão do público internacional quanto ao que realmente estava em jogo em El Salvador. Ao contrário do que ocorrera na Nicarágua dois anos antes, os «farabundistas» salvadorenhos pareciam condenados a isolar-se das forças democráticas internacionais, que na revolução sandinista desempenharam um importante papel ao se solidarizarem com os rebeldes.

Como mudar essa imagem? Os comunicados de guerra redigidos pelos comandantes guerrilheiros nas frentes de combate somente se referiam ao governo como «junta genocida», «assassina» ou «fascista», mas obviamente essa terminologia jamais conseguiria ter eco nos telegramas das agências transnacionais, e se por acaso alguma citava esses adjetivos na boca de um dirigente salvadorenho, a frase aparecia entre rigorosas aspas: *Analisando a sua actual ofensiva contra a Junta «genocida», o comandante fulano de tal disse que...*

No estilo usual das agências ocidentais, as aspas empregadas assim não querem dizer «isto é uma citação textual» mas sim «isto é algo de que se deve duvidar». O comandante que usa esses qualificativos exagerados é sem dúvida um fanático e o leitor deverá suspeitar da veracidade de todas as suas afirmações. E ninguém poderá acusar a agência de falta de objectividade ou

de não apresentar as duas versões em torno da questão.

Os jornalistas salvadorenhos comprometidos com a causa revolucionária (a imensa maioria da classe) logo compreenderam que numa guerra de adjectivos contra a Junta, levavam a pior. O responsável pela selecção de telexes de qualquer jornal ocidental não vacilará em publicar uma notícia que fale dos guerrilheiros *marxistas* salvadorenhos, mas jogará no lixo, por falta de objectividade, um texto que se refira à Junta *capitalista* ou *pró-imperialista* desse país ainda que, dentro do rigor sociológico, os dois últimos qualificativos sejam exactos e o primeiro não, pois muitos dos rebeldes são social-democratas ou cristãos.

Queixar-se dos mecanismos da imprensa internacional tão-pouco contribuiria para ganhar alguma batalha. Da mesma forma que, na frente militar, haveria que combater o inimigo com as suas próprias armas. Assim, em Janeiro de 1981, começou a funcionar no México a Agência Salvadorenha de Imprensa (*Salpress*).

A um ano de iniciada a empresa, José Ventura, director da agência, faz um balanço optimista: «Creio que temos furado bastante o cerco informativo — declarou em entrevista ao semanário nicaraguense *Barricada Internacional* — e agora, inclusive, as agências transnacionais apoiam-se em nós para obter informação, corroborar dados ou confrontar as versões emanadas do regime com as nossas».

Ventura reconhece que não foi fácil iniciar a tarefa. «Em alguns meios não nos queriam dar espaço porque achavam que éramos uma fonte parcial, vinculada à oposição, que manipularia a informação».

Porém «até ao momento podemos dizer com muito orgulho que não tivemos nenhuma informação desmentida. Sempre fomos fiéis à verdade. Para um revolucionário, a verdade tem que ser revolucionária e a mentira é contra-revolucionária».



Além de se preocupar com a veracidade das informações, a *Salpress* esforça-se por oferecer um serviço impecável. «Conseguimos penetrar nos meios, obter créditos e aparecer ao lado de outras agências internacionais», comenta José Ventura, mostrando como prova periódicos do México, França, República Dominicana, Peru e Estados Unidos, entre eles o semanário *Time*.

Os serviços da *Salpress* não são gratuitos (se o fossem, muitos meios apelidá-lo-iam de propaganda) e os seus preços oscilam entre 25 dólares por uma fotografia a preto e branco a 200 por uma reportagem de guerra (incluindo fotos). A agência oferece ainda um serviço noticioso diário para assinantes e um boletim com resumos semanais. A experiência tem sido tão frutuosa que já há uma segunda agência salvadorenha (Agência Independente de Prensa — AIP), a oferecer serviços complementares.

#### «Rádio Venceremos»

Para manter informada a população no interior do país (onde a única fonte dos noticiários de rádio, dos jornais e televisão são os comunicados oficiais do Comité de Imprensa das Forças Armadas), a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional criou a *Rádio Venceremos*, que transmite em ondas curtas na faixa de 40 metros. A *Rádio Venceremos* informa directamente sobre o desenvolvimento das operações militares a partir das frentes de guerra e transmite entrevistas com os dirigentes políticos e militares, assim como comunicados oficiais da FMLN, e da Frente Democrática Revolucionária (FDR).

As precárias instalações da rá-

dio-emissora funcionam em zonas sob o controlo guerrilheiro e até ao momento todas as tentativas da Junta para destruí-la fracassaram. A *Rádio Venceremos* é, ao mesmo tempo, a fonte de grande parte das informações que a *Salpress* recolhe e depois distribui para o exterior.

«Creio que agora não há no mundo alguém que desconheça qual é a situação real do país, o que é a Junta, o que é o movimento revolucionário e qual o papel que os Estados Unidos desempenham nesse problema», conclui Ventura.

Como é que a *Salpress* qualifica a Junta? Simplesmente não a qualifica. Ela descreve-a simplesmente como é: uma junta militar democrata-cristã. Assim ela é conhecida hoje por todos os meios de comunicação do mundo, mas isso não era tão óbvio há um ano atrás, quando a *Salpress* começou a funcionar. Como no caso do «ovo de Colombo», a solução encontrada pelos salvadorenhos para o problema da imprensa revolucionária parece muito simples: dizer a verdade... e dizê-la bem. □



José Ventura (à esquerda) director da *Salpress*. Em cima, os estúdios da rádio «Venceremos»



O escritório central da *Salpress* no exterior funciona na Cidade do México, em Insurgentes Centro 125, edifício B, despacho 303, México, D.F., e o seu telefone é o 592-2184. Transcrições das transmissões da *Rádio Venceremos* e documentos da FMLN e da FDR podem ser solicitados ao Comando Internacional de Informação da Revolução Salvadorenha (COMIN), Apartado Postal 2363, Telcor Los Escombros, Manágua, Nicarágua.

### PUNTOS DE VISTA

«EL GOBIERNO DE VENEZUELA HACE DE HOJA DE PARRA»  
INGO. PRESIDENTE DEL F.D.R.

México, octubre 16 (SALPRESS). El presidente del Frente de Liberación Revolucionario — FOL — Guillermo Manuel Ungo, manifestó que quiere evitar la deserción de "hacer el papel de hoja de parrá que ha — COPRAL — durante sesiones celebradas en esta capital".

Las declaraciones de Ungo, excluyeron para SALPRESS, se dijo, de tener lugar de ser elegido como uno de los vicepresidentes de la Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina y el apoyo del Partido Revolucionario Dominicano — PRD — a la declaración Franco-mexicana. "Esto es más importante que la posición asumida por el gobierno de ese país", manifestó.

El gobierno de la República Dominicana, presidido por Antonio Guzmán, se adhirió a la protesta de unos países latinoamericanos interesados en México y Francia de "información" en los comentarios dados al carácter de "información" en los países que se subscriben.

Ungo añadió que el Frente Farabundo Martí para la Libertación Nacional — FMLN — y el FOL "no está" en contra de las elecciones al conflicto salvadoreño y "no tenemos como principio" guerra y de extermínio popular.

El dirigente opositor admitió que las actuales elecciones convocadas por la Junta Militar Democrática "son una forma de legitimar lo que es una cohección para continuar con el esquema de explotación social".

Por su parte, el presidente para América Latina de la Interacción Socialista, y Secretario General del Partido Revolucionario del vicesecretario noroccidental, Gerardo Bosh, expresó que la victoria significa "eliminar la posibilidad de negociar con respecto al conflicto salvadoreño". Aseguró Bosh que "cada posición del FOL de su visita de Bush a República Dominicana".



Abdou Diouf



## Senegal Diouf à procura do seu próprio caminho

□ O reconhecimento da República Popular de Angola pelo governo do Senegal — um facto importante em si mesmo — é também indicação de que o novo presidente senegalês, Abdou Diouf, se vem gradualmente a afastar do seu antecessor, Leopold Senghor, o todo-poderoso senhor do país durante 20 anos.

Senghor, intelectual e político, ocupou a Presidência da República após a independência do Senegal. E sempre contou com Diouf como seu estreito colaborador e dócil executor da sua política. No fim de 1981, Senghor renunciou à Presidência para se dedicar — segundo anunciou — a actividades literárias e à organização da Interafricana Socialista (Secção regional da Internacional Socialista).

Diouf, na época primeiro-ministro, foi nomeado por Senghor seu sucessor a partir de 1 de Janeiro de 1981, transformando-se automaticamente em Presidente da República sem ter que defrontar qualquer desafio eleitoral.

Esse precedente, assim como o monopólio tácito do Partido Socialista fundado por Senghor, deram a impressão de que o velho político manipularia o poder por detrás do trono ou que haveria uma similaridade total entre a política seguida pelos dois homens.

O reconhecimento da República Popular de Angola é o mais recente passo dado por Diouf no sentido da personalização da sua política, com um claro conteúdo de «abertura democrática». A medida, anunciada no passado dia 16 de Fevereiro, é da máxima relevância na política africana, pois o Senegal era o único país do continente — à excepção do regime racista da África do Sul — que não tinha ainda reconhecido o governo de Angola.

Senghor — o teórico de uma «negritude» que na verdade tinha como sustentação a cultura europeia e o defensor de um socialismo africano que nunca foi socialismo mas antes a preservação da dependência dos grandes interesses económicos franceses e das empresas transnacionais — adoptara sempre uma política externa ferozmente pro-ocidental. Essa orientação levou-o a manifestar-se contra o governo revolucionário de Angola. Senghor pretendia que o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), cuja chegada ao poder em Luanda vinha pôr termo a cinco séculos de colonialismo português, compartilhasse o governo com a UNITA (organização apoiada por Pretória) e com a FNLA, outro grupo contra-revolucionário.

Apesar da invasão de Angola pelo Exército da África do Sul, em Novembro de 1975, com o objectivo de impedir a chegada ao poder do presidente Agostinho

Neto e do MPLA, Senghor opôs-se à presença militar cubana. Com um raciocínio semelhante ao sustentado pelo actual morador da Casa Branca, Ronald Reagan, Senghor pretendia que, em primeiro lugar, as tropas cubanas abandonassem Angola e disso fazia depender o reconhecimento do presidente Agostinho Neto pelo seu governo, e depois o do seu sucessor, José Eduardo dos Santos.

O estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular de Angola é, sem dúvida, uma mudança significativa na diplomacia de Dacar e implicará, tudo o indica, a cessão do apoio fornecido pelo regime senegalês à UNITA e à FNLA.

Outra medida inovadora de Diouf foi o convite ao diálogo feito aos professores, considerados o maior grupo de pressão sobre o governo. Na sequência dessa abertura, foram introduzidas no sistema escolar línguas nativas que Senghor sempre mantivera à margem do sistema educativo.

Diouf cancelou também a dívida para com os produtores de amendoim (o principal produto nacional de exportação) que se encontravam associados numa cooperativa estatal. No entanto, a iniciativa mais importante do novo presidente foi a implantação do multipartidarismo. Senghor, que se declarava um defensor acérrimo da democracia, só em 1974 deu legalidade a um partido da oposição. Com a entrada em vigor da Constituição de 1976, admitiu mais dois. Porém, era sempre o seu regime que determinava quais os partidos autorizados e, inclusive, que tipo de correntes deveriam eles representar. Um deles, por exemplo, teria que ser obrigatoriamente marxista; ou seja, o governo elegia a oposição que desejava legalizar enquanto mantinha à margem da lei todos os partidos que, de facto, o incomodavam. (Ver cadernos n.º 38).

A reforma adoptada pelo sucessor de Senghor não apresenta restrições. Todos os partidos são aceites na vida legal do país e, em princípio, têm possibilidades de chegar ao Congresso. Trata-se de um regime democrata-liberal, agora sim, semelhante aos da Europa Ocidental. Desde Janeiro de 1981, foram já legalizadas 10 organizações políticas, que, até ao momento, têm actuado sem restrições. Apareceu também uma imprensa oposicionista. Porém, só no início do próximo ano se poderá comprovar a solidez do compromisso assumido por Diouf e o todo-poderoso partido do governo.



Muammar  
Kadhafi



## Manobras contra a Líbia

□ Uma discreta mas incisiva campanha foi deflagrada pelo governo norte-americano para frustrar, a nível diplomático, a aspiração do governo líbio de assumir a presidência do Movimento dos Países Não-Alinhados, em 1985, depois que terminar o período em que a presidência ficar com o Iraque.

Segundo se soube nas Nações Unidas, o Departamento de Estado norte-americano estaria a procurar impor a Indonésia como uma possível alternativa, durante contactos mantidos recentemente com países membros do movimento.

A presidência da conferência de cúpula dos Não-Alinhados em 1985, deverá ser discutida na próxima reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros do Bureau de Coordenação, marcada para Havana em Maio. O governo de Ronald Reagan já tentou impedir que a Líbia hospede os participantes da próxima Conferência da Organização da Unidade Africana, que será realizada em Trípoli, em Agosto. Tradicionalmente, o país anfitrião do encontro de chefes de Estado africanos é escolhido para presidente da organização pelo período de um ano.

Segundo informou de Nova Iorque o jornalista Thalif Deen, a Indonésia ainda não se manifestou sobre a iniciativa dos Estados Unidos. A delegação indonésia alega desconhecer os planos norte-americanos.

Apesar disso, não é a primeira vez que certas notícias da imprensa sugerem o nome da Indonésia como uma alternativa para a sede dos Não-Alinhados. Recentemente, o governo norte-americano sugeriu através de aliados dentro do movimento que a reunião de cúpula marcada para este ano, fosse transferida de Bagdade para Jacarta. A desculpa foi a guerra entre o Irão e o Iraque.

Mas os Não-Alinhados dificilmente aprovarão uma proposta nesse sentido, já que na realidade a Indonésia ocupa, desde 1975, o território da República Democrática de Timor Leste, uma atitude expansionista que tem sido condenada por muitos países membros do Movimento.

# SOGUIPAL

(ex-ACTIMESA)

Sociedade Comercial  
Luso-Guineense, SARL

**IMPORTAÇÃO:** AMENDOIM,  
COCONOTE, CÊRA, COUROS,  
BORRACHA, BAGAÇO, ETC.

**EXPORTAÇÃO:** PRODUTOS  
ALIMENTARES, TÊXTEIS,  
MATERIAIS DE  
CONSTRUÇÃO E BENS DE  
EQUIPAMENTO

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**  
ÁREAS ADMINISTRATIVA E  
FINANCEIRA

**ÁREA GEOGRÁFICA DE  
ACTUAÇÃO:** LARGA  
EXPERIÊNCIA DOS  
MERCADOS AFRICANOS E  
EUROPEUS

## SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69

TELEX 14238 ACTIME/P

R. Tomás Ribeiro, 50-4.º

1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,  
125-B e C Tel. 38 62 85



## OUA

### Vitória diplomática saharauí

□ Depois de ser oficialmente aceite como membro da Organização da Unidade Africana (OUA), a República Árabe Saaharai Democrática (RASD), procura agora entrar para o Movimento dos Países Não-Alinhados. O secretário geral da Frente Polisario, Mohamed Abdelaziz, dirigiu uma mensagem a Fidel Castro, presidente em exercício dos Não-Alinhados, pedindo que «todas as forças favoráveis à paz e à liberdade» intensifiquem os esforços para que «Marrocos e os Estados Unidos ouçam a voz da razão e cessem as agressões contra o Sahara.»

Abdelaziz enviou esta mensagem a Fidel Castro a propósito do reconhecimento oficial da RASD como membro da OUA, facto considerado como um passo prévio para que o Estado saharauí peça a sua integração no Movimento dos Não-Alinhados e na ONU.

A vitória na Organização da Unidade Africana foi decisiva na luta que a RASD trava no campo diplomático. Embora a República Saaharai tenha sido proclamada pela Frente Polisario em 27 de Fevereiro de 1976, o movimento consumiu todos estes anos para vencer as manobras do regime de Hassan II, que na qualidade de in-

vasor e interessado directo nos destinos do antigo Sahara Espanhol, se opôs tenazmente ao reconhecimento oficial do Estado saharauí por parte da OUA.

Quando a bandeira da RASD foi içada oficialmente na sede da Organização da Unidade Africana, em Addis Abeba (Etiópia), 19 delegações solidárias com Marrocos abandonaram a sala onde se realizava a sessão do Conselho Ministerial da OUA. Resta saber até que ponto esses 19 países manterão essa solidariedade e de que forma virá a ser abordada a questão saharauí na próxima cimeira da Organização, a realizar em Trípoli, na Líbia.

## Afeganistão

### O Exército e a nova conjuntura

□ O ministro da Defesa do Afeganistão, general Abdel Kadir, afirmou recentemente que no momento está em curso o chamado «processo de aproximação entre o governo e o povo». Oficiais e soldados das unidades regulares do exército e os militantes do exército voluntário, assim como os quadros do Partido e da Juventude estão a manter conversações com os chefes das numerosas tribos afegãs para incentivar a «autodefesa das suas aldeias e territórios». Esta iniciativa permitirá uma maior compreensão mútua e explicar a base social do país, as metas e a política oficial.

O general Kadir comandou as unidades militares que há oito anos derrubaram a monarquia e levaram o presidente Daud ao poder, após a proclamação da República. Estas mesmas tropas, em Abril de 1978, deram um golpe contra Daud, transferindo o poder para o Partido Popular Democrático (PPD), que nomeou Nur Mohamed Taraki como novo presidente. Quando Hafizullah Amin, em Setembro de 79, derruba e assassina Taraki, o general Kadir estava entre os



Babrak Karmal

muitos oficiais que foram detidos e condenados à morte. Em Dezembro do mesmo ano, o general continuava preso quando as tropas soviéticas ajudaram a derrubar o governo de Amin, que foi também assassinado. O poder passa então a ser exercido por Babrak Karmal, que nomeia o general Kadir para o cargo de ministro da Defesa com o objectivo de restabelecer a confiança da população no exército. Em 79, este exército contava uns 100 mil soldados e agora esse efectivo viu-se reduzido para apenas 40 mil. O general Kadir acredita, no entanto, que a deserção é um fenómeno superado e que os novos sistemas de recrutamento permitirão, a médio prazo, que as Forças Armadas voltem a contar o número necessário de soldados para cumprir adequadamente as suas funções.

Além do sistema normal de recrutamento, obrigatório para todos os que atingirem a idade mínima, o serviço militar foi estendido a todos os que já passaram pelas escolas do Partido e da Juventude.





Sérgio Vieira

## Não-Alinhados

### A Cimeira de Bagdade

□ De Moçambique partiu um alerta sobre a Conferência dos Não-Alinhados, a realizar-se em Bagdade. O ministro Sérgio Vieira, do Comité Central da FRELIMO, declarou ao diário *Notícias*, de Maputo, que há manobras de bastidores tentando mudar para Jacarta a sede da conferência de cúpula. A desculpa seria a guerra entre o Iraque e o Irão mas, no fundo, o que se procuraria seria enfraquecer o Movimento dos Países Não-Alinhados e isolar diplomaticamente o Iraque, que tem sido um dos Estados mais empenhados no seu êxito e consolidação.

Quando da Conferência de Havana, também se articulou uma manobra semelhante, com a alegação de que Cuba não era o país apropriado para uma Assembleia dessa natureza, nem Fidel Castro a pessoa indicada para presidi-la. A reunião de Havana foi um grande êxito político e diplomático e nem os adversários mais intolerantes levantaram qualquer objecção à maneira como a presidiu o mandatário cubano.

O mesmo ocorrerá em Bagdade. Seguramente, a Sétima Reunião dos Países Não-Alinhados, sob a presidência de Saddam Hussein alcançará a mesma repercussão e o alto nível político e diplomático das anteriores.

A sugestão de que a sede alternativa seja Jacarta desmascararia, à cabeça, a origem da campanha. O ministro Sérgio Vieira foi explícito a este respeito: «Realizar a mais importante reunião do Movimento dos Não-Alinhados na capital da Indonésia, seria celebrar essa Assembleia num país que está a violar, de modo frontal, os princípios básicos do não-alinhamento, ocupando pela força um outro país, Timor Leste, de forma colonialista e expansionista».



# CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1981



INTERNATIONAL  
TROPHY FOR QUALITY  
MADRID 1979  
MADRID 1980

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE  
**EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM**

BÁSCULAS E BALANÇAS DE  
TODOS OS TIPOS PARA

- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS

EXPORTADOR PARA  
AS REPÚBLICAS DE

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE

**JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.**  
TELEF. 22468/25347 - TELEX 32125 CAXPUZ P  
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL



# telex telex telex telex telex

**Estados da Indochina propõem paz** – Os Estados da Indochina (Vietname, Kampuchea e Laos) estão prontos a assinar acordos de não-agressão e a restabelecer relações normais com a R.P. da China, com base no respeito pelos princípios da soberania e da mútua integridade territorial, afirmou em Nova Iorque, Van Lau, representante de Hanói na ONU. Segundo este diplomata, não tem havido da parte de Pequim nenhum gesto que indique estar a China interessada na estabilidade e na paz da zona. O mesmo diplomata referiu que os governos dos três países indochineses são favoráveis à criação de uma zona desmilitarizada na fronteira entre a Tailândia e o Kampuchea, sob controlo internacional, acrescentando que Hanói retirará as suas tropas do Kampuchea, desde que o regime de Bangucoque cesse o apoio aos bandos de Pol Pot e que a China modifique a sua atitude.

Estas declarações coincidem com uma nova «ofensiva» das forças de Pol Pot, a nível diplomático, junto dos Não-Alinhados, e com notícias de que a China intensificou o seu fornecimento de armas ao grupo destituído de Phnon Penh, enquanto estimula a criação de uma frente entre os Khmers Vermelhos o príncipe Sihanuk e o velho dirigente político, Son Sann.

**A Índia e a Antártida** – Na sequência de uma expedição científica de dez dias à Antártida levada a cabo por cientistas e técnicos indianos que se deslocaram num barco norueguês, vários países felicitaram o governo de Nova Deli e solicitaram que a Índia subscreva o tratado que estipula o uso do continente gelado para fins exclusivamente pacíficos. A primeira-ministra indiana mostrou-se favorável a essa ideia, reafirmando que a Índia visa apenas fins científicos na exploração da Antártida para onde partirá nova expedição indiana em Outubro. O governo de Nova Deli pensa instalar ali uma estação habitada permanente e uma pista de aterragem.

**Fundos árabes** – Foi assinado em Roma (Itália) um acordo de assistência para planos de desenvolvimento agrícola no Bangladesh, Tanzania, Burundi, e Peru, entre o programa do Golfo Árabe para organizações de Desenvolvimento da ONU e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). O orçamento dos projectos ultrapassa o montante global de 2,52 milhões de dólares, distribuídos da seguinte maneira: 550 mil dólares para um plano experimental de créditos e distribuição de fertilizantes no Bangladesh, 842 mil dólares para um projecto de capacitação na Tanzania, 690 mil para a criação de oito centros de demonstração de técnicas de elaboração de alimentos no Burundi, e 440 mil para um projecto de assistência à distribuição de sementes melhoradas de «quinua», no Peru. São contribuintes para este fundo os seguintes Estados do Golfo: Arábia Saudita, Bahrein, Emiratos Árabes Unidos, Iraque, Kuwait, Oman e Qatar

**Funcionários expulsos** – A criação, em 1980, de um departamento de Controlo e Disciplina no ministério moçambicano da Segurança permitiu levar a efeito uma acção depuradora dos quadros daquele ministério. De então para cá, já foram expulsos 390 funcionários por prática de delitos diversos, como abuso do poder, corrupção, falta de respeito pelo público e embriaguez. Departamentos idênticos foram criados em todos os ministérios, no âmbito do combate contra a incompetência, negligência, corrupção e falta de disciplina. O governo convidou a população a apresentar queixa por escrito ou por telefone contra funcionários de diversos ministérios que porventura não tenham um comportamento digno. A princípio as atenções recaíram sobretudo nos sectores económico e social. Posteriormente o presidente Samora Machel chamou a atenção para a necessidade de pôr cobro aos abusos de diversa índole cometidos por elementos da polícia, exército e forças de segurança, pedindo à população que colaborasse nessa campanha.

**Investigação espacial** – A Universidade nigeriana de Nsukka criou um centro de investigação espacial, o qual vai ser dotado de um radiotelescópio com refractor de onze metros, receptores e outros sistemas electrónicos. As investigações deste centro (que em parte será equipado com instrumentos doados pela universidade da Califórnia) serão muito úteis nos domínios da meteorologia, navegação e telecomunicações.

**Heróis que regressam do túmulo** – Durante largas décadas, tudo se fez para que os nomes de Augusto Cesar Sandino e Farabundo Martí fossem esquecidos em todo o mundo. Até que os movimentos de libertação da Nicarágua e de El Salvador desenterraram do esquecimento os nomes dos seus heróis, que são agora mundialmente conhecidos. Dois outros nomes por ora perdidos na poeira dos arquivos históricos e presentes apenas na memória dos combatentes pela liberdade na América Latina poderão dentro de anos tornar-se igualmente lembrados: o de Francisco Morazan e de «Chinchonero». Francisco Morazan foi um herói da luta pela integração da América Central, que acabaria por ser fuzilado nos fins do século passado na capital costa-riquenha, pois o seu projecto constituía uma ameaça tremenda para o domínio que as companhias fruteiras (em especial a famigerada *United Fruits*) queriam assegurar na região. «Chinchonero», por sua vez, foi um líder camponês que, no século passado, lutou duramente contra os latifundiários das Honduras. Francisco Morazan e «Chinchonero» dão agora o nome a dois grupos político-militares que anunciaram o começo da luta armada nas Honduras como meio único de introduzir naquele país as profundas reformas sociais que tanto têm tardado para as populações latino-americanas.





**TAAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
★  
ANGOLA AIRLINES



tele

Estados d  
Estados da Ind  
estão prontos a  
restabelecer re  
com base no re  
da mútua integ  
lorque, Van La  
Segundo este d  
Pequim nenhun  
interessada na  
mesmo diplom  
países indochin  
zona desmilitar  
Kampuchea, s  
acrescentando  
Kampuchea, de  
cesse o apoio a  
modifique a su

Estas decl  
«ofensiva» das  
junto dos Não-  
China intensifi  
grupo destituid  
criação de um  
príncipe Sihan  
Sann.

A Índia e  
expedição cie  
cabo por cient  
deslocaram n  
felicitarom o g  
Índia subscree  
continente ge  
A primeira-mi  
essa ideia, re  
científicos na  
partirá nova e  
governo de No  
habitada perr

Fundos árab  
acordo de ass  
agícola no Ba  
entre o progr  
de Desenvolv  
Nações Unid  
(FAO). O orç  
montante glo  
distribuidos d  
um plano exp  
fertilizantes r  
projecto de c  
criação de oit  
elaboração d  
projecto de a  
melhoradas  
para este fun  
Saudita, Ba  
Kuwait, Oma

# ANGOLA



Café de Angola  
um  
gosto  
de  
liberdade